Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015 10

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014 11

Demonstração do Valor Adicionado 12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 13

Balanço Patrimonial Passivo 14

Demonstração do Resultado 16

Demonstração do Resultado Abrangente 17

Demonstração do Fluxo de Caixa 18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015 20

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014 21

Demonstração do Valor Adicionado 22

Comentário do Desempenho 23

Notas Explicativas 28

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 95

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	571.644
Preferenciais	1.119.341
Total	1.690.985
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.290
Preferenciais	1
Total	2.291

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	09/04/2015	Dividendo		Ordinária		0,01553
Assembléia Geral Ordinária	09/04/2015	Dividendo		Preferencial		0,01708
Reunião do Conselho de Administração	12/05/2015	Dividendo		Ordinária		0,17018
Reunião do Conselho de Administração	12/05/2015	Dividendo		Preferencial		0,18720
Reunião do Conselho de Administração	12/05/2015	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,27591
Reunião do Conselho de Administração	12/05/2015	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,30350

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	95.787.551	73.137.128
1.01	Ativo Circulante	17.212.547	14.754.381
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.391.227	3.835.304
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	104.094	63.136
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	6.287.133	3.772.168
1.01.03	Contas a Receber	6.577.250	6.470.764
1.01.04	Estoques	629.958	458.488
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.972.676	2.163.404
1.01.07	Despesas Antecipadas	863.390	300.567
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	778.046	1.525.854
1.01.08.03	Outros	778.046	1.525.854
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	253.132	283.105
1.01.08.03.02	Operações com Derivativos	41.398	613.939
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	211.908	202.169
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	0	174.726
1.01.08.03.05	Outros Ativos	271.608	251.915
1.02	Ativo Não Circulante	78.575.004	58.382.747
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.786.730	5.483.215
1.02.01.03	Contas a Receber	204.525	190.288
1.02.01.06	Tributos Diferidos	92.258	40.704
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	17.280	24.346
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	2.997	34.936
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.469.670	5.192.941
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	346.841	340.205
1.02.01.09.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.754.642	4.514.783
1.02.01.09.05	Aplicações Financeiras em Garantia	88.642	125.343
1.02.01.09.06	Operações com Derivativos	222.042	152.843
1.02.01.09.07	Outros Ativos	57.503	59.767
1.02.02	Investimentos	21.366.942	1.445.014
1.02.02.01	Participações Societárias	21.366.942	1.445.014
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	6.399.267	1.153.151
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	82.558	76.676
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	14.885.117	215.187
1.02.03	Imobilizado	20.941.202	20.381.731
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	19.630.029	18.675.193
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.311.173	1.706.538
1.02.04	Intangível	30.480.130	31.072.787

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	95.787.551	73.137.128
2.01	Passivo Circulante	16.342.706	16.102.171
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	484.484	585.770
2.01.01.01	Obrigações Sociais	332.831	267.736
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	151.653	318.034
2.01.02	Fornecedores	7.367.556	7.675.632
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.085.837	1.236.330
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	210.564	248.003
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	841.302	953.926
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	33.971	34.401
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.416.804	2.264.518
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	618.909	1.485.019
2.01.04.02	Debêntures	768.295	755.047
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	29.600	24.452
2.01.05	Outras Obrigações	5.210.402	3.665.645
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	286.514	245.529
2.01.05.02	Outros	4.923.888	3.420.116
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.075.238	1.495.321
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	25.628	23.011
2.01.05.02.05	Receitas Diferidas	631.101	704.589
2.01.05.02.06	Grupamento de Frações de Ações	388.872	388.975
2.01.05.02.07	Licença de Autorização	424.661	415.308
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	378.388	392.912
2.01.06	Provisões	777.623	674.276
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	777.623	674.276
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	123.151	124.599
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	654.472	549.677
2.02	Passivo Não Circulante	12.326.618	12.084.862
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.726.882	5.534.742
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.061.632	1.917.234
2.02.01.02	Debêntures	3.418.440	3.411.616
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	246.810	205.892
2.02.02	Outras Obrigações	826.048	1.172.278
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	46.320	51.432
2.02.02.02	Outros	779.728	1.120.846
2.02.02.02.03	Operações com Derivativos	12.218	24.133
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	57.681	41.379
2.02.02.02.05	Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais	78.553	118.829
2.02.02.02.06	Licença de Autorização	450.523	763.670
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	180.753	172.835
2.02.04	Provisões	5.278.064	4.896.885
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.726.158	4.372.348
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.605.418	2.379.898
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	960.858	888.527
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	478.530	456.129
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	681.352	647.794

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.02.04.02	Outras Provisões	551.906	524.537
2.02.04.02.04	Provisão para Desimobilização	276.118	246.929
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	275.788	277.608
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	495.624	480.957
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	495.624	480.957
2.03	Patrimônio Líquido	67.118.227	44.950.095
2.03.01	Capital Social Realizado	63.571.416	37.798.110
2.03.02	Reservas de Capital	1.275.131	2.616.449
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.361.154	2.728.556
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-86.023	-112.107
2.03.04	Reservas de Lucros	1.535.699	4.303.071
2.03.04.01	Reserva Legal	1.532.630	1.532.630
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	3.069	1.849
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	2.768.592
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	721.938	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	14.043	232.465

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.414.876	16.836.157	8.124.243	16.318.292
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.303.895	-8.592.857	-3.886.561	-8.081.761
3.03	Resultado Bruto	4.110.981	8.243.300	4.237.682	8.236.531
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.146.173	-6.190.107	-2.947.656	-5.883.938
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.686.978	-5.369.141	-2.554.420	-5.037.917
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-456.692	-877.733	-441.710	-929.161
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	130.938	243.712	110.656	224.832
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-256.443	-514.397	-240.100	-465.045
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	123.002	327.452	177.918	323.353
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	964.808	2.053.193	1.290.026	2.352.593
3.06	Resultado Financeiro	55.405	-192.551	-136.299	-241.231
3.06.01	Receitas Financeiras	431.809	678.143	173.706	402.543
3.06.02	Despesas Financeiras	-376.404	-870.694	-310.005	-643.774
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.020.213	1.860.642	1.153.727	2.111.362
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-150.397	-411.107	838.926	542.061
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	869.816	1.449.535	1.992.653	2.653.423
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	869.816	1.449.535	1.992.653	2.653.423
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,56138	1,05466	1,66407	2,21588
3.99.01.02	PN	0,61752	1,16012	1,83047	2,43746

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	869.816	1.449.535	1.992.653	2.653.423
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-622.208	-218.422	-4.817	-7.094
4.02.01	Ganhos (Perdas) Não Realizadas em Investimentos Disponíveis para Venda	206	-783	-3.276	-4.571
4.02.02	Tributos sobre Ganhos (Perdas) Não Realizadas em Investimentos Disponíveis para Venda	-70	266	1.114	1.554
4.02.06	Ganhos (Perdas) com Operações de Derivativos	-942.708	-337.175	-438	1.594
4.02.07	Tributos sobre Ganhos (Perdas) com Operações de Derivativos	320.521	114.640	149	-542
4.02.08	Participação do Resultado Abrangente das Subsidiárias	-580	-580	0	0
4.02.09	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	423	5.210	-2.366	-5.129
4.03	Resultado Abrangente do Período	247.608	1.231.113	1.987.836	2.646.329

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.721.001	3.023.664
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.117.360	5.665.939
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	1.860.642	2.111.362
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	2.810.898	2.622.196
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos	-141.854	40.752
6.01.01.04	Variações Monetárias	163.103	37.539
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-327.452	-323.353
6.01.01.06	Perda (Ganho) na Baixa/Alienação de Bens	21.415	25.958
6.01.01.07	Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	543.545	396.685
6.01.01.08	Provisão (Reversão) de Fornecedores	321.637	152.807
6.01.01.09	Baixas e Reversões de Perdas Estimadas p/ Redução ao Valor Realiz. Estoques e Obsolescência	-15.061	-11.391
6.01.01.10	Planos de Pensão e Outros Benefícios Pós Emprego	21.594	15.762
6.01.01.11	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	413.793	240.591
6.01.01.12	Despesas de Juros	415.468	342.533
6.01.01.13	Outros	29.632	14.498
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.396.359	-2.642.275
6.01.02.01	Contas a Receber	-664.268	-836.955
6.01.02.02	Estoques	-156.409	-9.069
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-100.492	41.344
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-446.092	-412.834
6.01.02.05	Outros Ativos Circulantes	6.998	-243.376
6.01.02.06	Outros Ativos Não Circulantes	-131.989	9.966
6.01.02.07	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-141.562	10.155
6.01.02.08	Fornecedores	-277.052	-250.889
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	-186.651	98.570
6.01.02.10	Juros Pagos	-402.210	-378.298
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	-415.724
6.01.02.12	Outros Passivos Circulantes	-655.362	-191.195
6.01.02.13	Outros Passivos Não Circulantes	-241.270	-63.970
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13.433.265	-2.712.345
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível (Líquido de Doações)	-3.083.486	-2.638.508
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	6.224	5.887
6.02.03	Resgate (Aplicações) de Depósitos Judiciais	-66.953	-80.864
6.02.04	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	698.903	1.140
6.02.05	Aquisição de Sociedade	-8.903.954	0
6.02.06	Aumento de Capital em Controlada	-2.766.694	0
6.02.07	Pagamneto Líquido dos Contratos de Derivativos na Aquisição de Sociedade	682.695	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	13.268.187	-2.123.879
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-1.266.125	-433.825
6.03.02	Captação de Empréstimos e Debêntures	12.580	93.884
6.03.03	Pagamento Líquido de Contratos de Derivativos	337.002	-31.710
6.03.04	Pagamentos Referentes a Grupamento de Ações	-103	-145

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.03.05	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-1.841.617	-1.752.083
6.03.06	Aumento de Capital	16.107.285	0
6.03.07	Custos Diretos para Aumento de Capital	-80.835	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.555.923	-1.812.560
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.835.304	6.311.299
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.391.227	4.498.739

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.616.449	4.303.071	0	232.465	44.950.095
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	4.303.071	0	232.465	44.950.095
5.04	Transações de Capital com os Sócios	25.773.306	-1.341.318	-2.767.372	57.403	-218.422	21.503.597
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-86.023	0	0	0	-86.023
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2014	0	0	-2.768.592	0	0	-2.768.592
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos	0	0	0	58.623	0	58.623
5.04.12	Aumento de Capital - AGE 28/04/2015	15.812.000	0	0	0	0	15.812.000
5.04.13	Custos Diretos sobre o Aumento de Capital (líquidos de tributos) conforme AGE de 28/04/2015	0	-62.812	0	0	0	-62.812
5.04.14	Aumento de Capital - AGE 30/04/2015	295.285	0	0	0	0	295.285
5.04.15	Custos Diretos sobre o Aumento de Capital (líquidos de tributos) conforme AGE 30/04/2015	0	-3.776	0	0	0	-3.776
5.04.16	Aumento de Capital - Incorporação de Ações GVTPart - AGE 28/05/2015	9.666.021	-1.188.707	0	0	0	8.477.314
5.04.17	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-218.422	-218.422
5.04.18	Incentivos Fiscais	0	0	1.220	-1.220	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	664.535	0	664.535
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.449.535	0	1.449.535
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-785.000	0	-785.000
5.05.02.06	Juros sobre o Capital Próprio Intermediários	0	0	0	-515.000	0	-515.000
5.05.02.07	Dividendos Intermediários	0	0	0	-270.000	0	-270.000
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.275.131	1.535.699	721.938	14.043	67.118.227

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.616.449	2.463.034	0	16.849	42.894.442
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	2.463.034	0	16.849	42.894.442
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.175.538	109.518	0	-1.066.020
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	-1.175.538	0	0	-1.175.538
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos	0	0	0	109.518	0	109.518
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.653.423	-7.094	2.646.329
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.653.423	0	2.653.423
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.094	-7.094
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.616.449	1.287.496	2.762.941	9.755	44.474.751

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	22.895.400	22.161.113
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	23.113.873	22.242.223
7.01.02	Outras Receitas	325.072	315.575
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-543.545	-396.685
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.942.918	-8.634.019
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.782.952	-4.642.720
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.142.841	-3.974.252
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-17.125	-17.047
7.03	Valor Adicionado Bruto	13.952.482	13.527.094
7.04	Retenções	-2.810.898	-2.622.196
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.810.898	-2.622.196
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.141.584	10.904.898
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.005.595	725.896
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	327.452	323.353
7.06.02	Receitas Financeiras	678.143	402.543
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.147.179	11.630.794
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.147.179	11.630.794
7.08.01	Pessoal	1.381.041	1.285.333
7.08.01.01	Remuneração Direta	988.852	898.317
7.08.01.02	Benefícios	327.772	328.675
7.08.01.03	F.G.T.S.	64.417	58.341
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.480.692	6.186.819
7.08.02.01	Federais	2.467.159	1.310.642
7.08.02.02	Estaduais	4.981.565	4.845.527
7.08.02.03	Municipais	31.968	30.650
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.835.911	1.505.219
7.08.03.01	Juros	836.319	643.774
7.08.03.02	Aluguéis	999.592	861.445
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.449.535	2.653.423
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.449.535	2.653.423

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	102.067.157	73.065.288
1.01	Ativo Circulante	19.479.711	15.517.368
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.094.667	4.692.689
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	117.402	64.010
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	6.977.265	4.628.679
1.01.03	Contas a Receber	8.001.965	6.724.061
1.01.04	Estoques	680.396	479.801
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.171.259	2.202.662
1.01.07	Despesas Antecipadas	921.899	303.551
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	609.525	1.114.604
1.01.08.03	Outros	609.525	1.114.604
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	85.467	38.241
1.01.08.03.02	Operações com Derivativos	41.398	613.939
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	211.908	202.169
1.01.08.03.05	Outros Ativos	270.752	260.255
1.02	Ativo Não Circulante	82.587.446	57.547.920
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.979.870	5.726.827
1.02.01.03	Contas a Receber	313.012	299.405
1.02.01.06	Tributos Diferidos	505.486	144.817
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	18.950	26.223
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	2.475	34.801
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.139.947	5.221.581
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	410.624	340.205
1.02.01.09.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	5.344.200	4.543.056
1.02.01.09.05	Aplicações Financeiras em Garantia	97.721	125.353
1.02.01.09.06	Operações com Derivativos	222.042	152.843
1.02.01.09.07	Outros Ativos	65.360	60.124
1.02.02	Investimentos	84.904	79.805
1.02.02.01	Participações Societárias	84.904	79.805
1.02.03	Imobilizado	30.073.795	20.453.864
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	28.654.938	18.739.126
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.418.857	1.714.738
1.02.04	Intangível	45.448.877	31.287.424

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	102.067.157	73.065.288
2.01	Passivo Circulante	20.640.418	16.011.006
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	670.014	591.381
2.01.01.01	Obrigações Sociais	191.200	271.082
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	478.814	320.299
2.01.02	Fornecedores	8.033.724	7.641.191
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.508.145	1.281.673
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	422.058	280.132
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.039.295	955.079
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	46.792	46.462
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.543.955	2.264.518
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.746.060	1.485.019
2.01.04.02	Debêntures	768.295	755.047
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	29.600	24.452
2.01.05	Outras Obrigações	5.090.562	3.557.967
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	104.602	97.257
2.01.05.02	Outros	4.985.960	3.460.710
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.075.238	1.495.321
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	47.690	23.011
2.01.05.02.05	Receitas Diferidas	645.720	717.019
2.01.05.02.06	Licença de Autorização	424.661	415.308
2.01.05.02.07	Grupamento de Frações de Ações	388.872	388.975
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	403.779	421.076
2.01.06	Provisões	794.018	674.276
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	794.018	674.276
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	127.430	124.599
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	666.588	549.677
2.02	Passivo Não Circulante	14.308.512	12.104.187
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.990.574	5.534.742
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.325.324	1.917.234
2.02.01.02	Debêntures	3.418.440	3.411.616
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	246.810	205.892
2.02.02	Outras Obrigações	905.900	1.168.880
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.898	22.276
2.02.02.02	Outros	894.002	1.146.604
2.02.02.02.03	Operações com Derivativos	12.218	24.133
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	85.681	67.126
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Contribuições Sociais	78.565	118.829
2.02.02.02.06	Licença de Autorização	450.523	763.670
2.02.02.02.08	Outras Obrigações	267.015	172.846
2.02.04	Provisões	5.915.418	4.917.783
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.823.486	4.388.491
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.625.564	2.396.041
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	970.876	888.527
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	478.530	456.129
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	748.516	647.794

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.02.04.02	Outras Provisões	1.091.932	529.292
2.02.04.02.04	Provisão para Desimobilização	380.259	251.684
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	711.673	277.608
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	496.620	482.782
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	496.620	482.782
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	67.118.227	44.950.095
2.03.01	Capital Social Realizado	63.571.416	37.798.110
2.03.02	Reservas de Capital	1.275.131	2.616.449
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.361.154	2.728.556
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-86.023	-112.107
2.03.04	Reservas de Lucros	1.535.699	4.303.071
2.03.04.01	Reserva Legal	1.532.630	1.532.630
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	3.069	1.849
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	2.768.592
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	721.938	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	14.043	232.465

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	9.962.125	18.945.203	8.616.594	17.228.524
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.068.448	-9.605.288	-4.116.069	-8.512.413
3.03	Resultado Bruto	4.893.677	9.339.915	4.500.525	8.716.111
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.639.069	-6.921.441	-3.143.451	-6.238.743
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.973.591	-5.682.237	-2.566.999	-5.077.012
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-531.434	-961.254	-455.553	-943.522
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	146.631	260.457	118.566	247.862
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-281.115	-539.079	-239.919	-467.530
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	440	672	454	1.459
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.254.608	2.418.474	1.357.074	2.477.368
3.06	Resultado Financeiro	-171.527	-389.379	-112.048	-200.378
3.06.01	Receitas Financeiras	456.011	711.145	193.062	432.700
3.06.02	Despesas Financeiras	-627.538	-1.100.524	-305.110	-633.078
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.083.081	2.029.095	1.245.026	2.276.990
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-213.265	-579.560	747.627	376.433
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	869.816	1.449.535	1.992.653	2.653.423
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	869.816	1.449.535	1.992.653	2.653.423
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	869.816	1.449.535	1.992.653	2.653.423
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	869.816	1.449.535	1.992.653	2.653.423
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-622.208	-218.422	-4.817	-7.094
4.02.01	Perdas Não Realizadas em Investimentos Disponíveis para Venda	206	-783	-3.276	-4.571
4.02.02	Tributos sobre Perdas Não Realizadas em Investimentos Disponíveis para Venda	-70	266	1.114	1.554
4.02.03	Ganhos (Perdas) com Operações de Derivativos	-942.593	-337.060	-438	1.594
4.02.04	Tributos sobre Ganhos (Perdas) com Operações de Derivativos	320.521	114.640	149	-542
4.02.05	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	423	5.210	-2.366	-5.129
4.02.06	Perdas com Outros Resultados Abrangentes	-695	-695	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	247.608	1.231.113	1.987.836	2.646.329
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	247.608	1.231.113	1.987.836	2.646.329

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.323.699	3.780.607
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	7.297.753	6.187.418
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	2.029.095	2.276.990
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	3.099.990	2.632.390
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos	81.307	40.752
6.01.01.04	Variações Monetárias	171.137	24.393
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-672	-1.459
6.01.01.06	Perdas na Baixa/Alienação de Bens	27.987	25.734
6.01.01.07	Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	609.212	428.270
6.01.01.08	Provisão (Reversão) de Fornecedores	370.073	157.752
6.01.01.09	Baixas e Reversões de Perdas Estimadas p/ Redução ao Valor Realiz. Estoques e Obsolescência	-16.034	-10.795
6.01.01.10	Planos de Pensão e Outros Benefícios Pós Emprego	21.586	15.755
6.01.01.11	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	427.796	240.605
6.01.01.12	Despesas de Juros	446.644	342.533
6.01.01.13	Outros	29.632	14.498
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.974.054	-2.406.811
6.01.02.01	Contas a Receber	-757.292	-824.255
6.01.02.02	Estoques	-179.920	6.076
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-104.794	32.772
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-441.228	-414.016
6.01.02.05	Outros Ativos Circulantes	-47.732	54.898
6.01.02.06	Outros Ativos Não Circulantes	-131.961	-27
6.01.02.07	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-133.789	10.251
6.01.02.08	Fornecedores	-398.411	-158.907
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	-187.484	98.582
6.01.02.10	Juros Pagos	-441.248	-378.298
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-186.372	-544.113
6.01.02.12	Outros Passivos Circulantes	-711.380	-210.135
6.01.02.13	Outros Passivos Não Circulantes	-252.443	-79.639
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-11.329.302	-2.713.943
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível (Líquido de Doações)	-3.274.268	-2.654.154
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	6.438	7.034
6.02.03	Resgate (Aplicações) de Depósitos Judiciais	-67.444	-67.963
6.02.04	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	0	1.140
6.02.05	Aquisição de Sociedade, Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa Adquiridos de R$ 399.241	-8.504.713	0
6.02.07	Outros	-172.010	0
6.02.08	Pagamento Líquido dos Contratos de Derivativos na Aquisição de Sociedade	682.695	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	10.407.581	-2.123.879
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-4.120.130	-433.825
6.03.02	Captação de Empréstimos e Debêntures	12.580	93.884
6.03.03	Pagamento Líquido de Contratos de Derivativos	330.401	-31.710
6.03.04	Pagamentos Referentes a Grupamento de Ações	-103	-145

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.03.05	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-1.841.617	-1.752.083
6.03.06	Aumento de Capital	16.107.285	0
6.03.07	Custos Diretos para Aumento de Capital	-80.835	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.401.978	-1.057.215
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.692.689	6.543.936
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.094.667	5.486.721

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.616.449	4.303.071	0	232.465	44.950.095	0	44.950.095
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	4.303.071	0	232.465	44.950.095	0	44.950.095
5.04	Transações de Capital com os Sócios	25.773.306	-1.341.318	-2.767.372	57.403	-218.422	21.503.597	0	21.503.597
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-86.023	0	0	0	-86.023	0	-86.023
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2014	0	0	-2.768.592	0	0	-2.768.592	0	-2.768.592
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos	0	0	0	58.623	0	58.623	0	58.623
5.04.10	Aumento de Capital - AGE 28/04/2015	15.812.000	0	0	0	0	15.812.000	0	15.812.000
5.04.11	Custos Diretos sobre o Aumento de Capital (líquidos de tributos) conforme AGE de 28/04/2015	0	-62.812	0	0	0	-62.812	0	-62.812
5.04.12	Aumento de Capital - AGE 30/04/2015	295.285	0	0	0	0	295.285	0	295.285
5.04.13	Custos Diretos sobre o Aumento de Capital (líquidos de tributos) conforme AGE de 30/04/2015	0	-3.776	0	0	0	-3.776	0	-3.776
5.04.14	Aumento de Capital - Incorporação de Ações GVTPart - AGE 28/05/2015	9.666.021	-1.188.707	0	0	0	8.477.314	0	8.477.314
5.04.15	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-218.422	-218.422	0	-218.422
5.04.16	Incentivos Fiscais	0	0	1.220	-1.220	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	664.535	0	664.535	0	664.535
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.449.535	0	1.449.535	0	1.449.535
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-785.000	0	-785.000	0	-785.000
5.05.02.06	Juros sobre o Capital Próprio Intermediários	0	0	0	-515.000	0	-515.000	0	-515.000
5.05.02.07	Dividendos Intermediários	0	0	0	-270.000	0	-270.000	0	-270.000
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.275.131	1.535.699	721.938	14.043	67.118.227	0	67.118.227

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.616.449	2.463.034	0	16.849	42.894.442	0	42.894.442
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	2.463.034	0	16.849	42.894.442	0	42.894.442
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.175.538	109.518	0	-1.066.020	0	-1.066.020
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	-1.175.538	0	0	-1.175.538	0	-1.175.538
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprios Prescritos	0	0	0	109.518	0	109.518	0	109.518
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.653.423	-7.094	2.646.329	0	2.646.329
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.653.423	0	2.653.423	0	2.653.423
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.094	-7.094	0	-7.094
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.616.449	1.287.496	2.762.941	9.755	44.474.751	0	44.474.751

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	25.570.351	23.282.986
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	25.717.327	23.372.651
7.01.02	Outras Receitas	462.236	338.605
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-609.212	-428.270
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.941.188	-9.140.593
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.585.999	-5.131.097
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.337.047	-3.991.573
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-18.142	-17.923
7.03	Valor Adicionado Bruto	15.629.163	14.142.393
7.04	Retenções	-3.099.990	-2.632.390
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.099.990	-2.632.390
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	12.529.173	11.510.003
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	711.817	434.159
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	672	1.459
7.06.02	Receitas Financeiras	711.145	432.700
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.240.990	11.944.162
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	13.240.990	11.944.162
7.08.01	Pessoal	1.584.065	1.297.013
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.139.503	906.448
7.08.01.02	Benefícios	371.755	331.555
7.08.01.03	F.G.T.S.	72.807	59.010
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.075.850	6.496.543
7.08.02.01	Federais	2.784.088	1.568.168
7.08.02.02	Estaduais	5.201.917	4.849.947
7.08.02.03	Municipais	89.845	78.428
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.131.540	1.497.183
7.08.03.01	Juros	1.066.340	633.078
7.08.03.02	Aluguéis	1.065.200	864.105
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.449.535	2.653.423
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.449.535	2.653.423

Comentário do Desempenho

NEGÓCIO MÓVEL

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

R$ milhões	Pro forma (GVT a partir de jan/14)				Contábil (GVT a partir de mai/15)			
	2T15	YoY%	6M15	YoY%	2T15	YoY%	6M15	YoY%
Receita Líquida Móvel	6.212,3	7,0	12.441,5	7,8	6.216,6	6,7	12.459,5	7,6
Receita de serviço móvel	5.828,9	5,7	11.719,4	7,1	5.833,1	5,5	11.737,4	6,9
Franquia e utilização	2.685,9	(5,7)	5.556,7	(2,2)	2.686,2	(5,7)	5.557,5	(2,2)
Uso de rede	385,3	(28,5)	857,2	(28,0)	389,2	(29,9)	874,0	(28,8)
Dados e SVA	2.686,5	33,5	5.165,5	32,4	2.686,6	33,5	5.165,8	32,4
Mensagem P2P	428,6	(1,5)	842,2	(2,4)	428,6	(1,5)	842,2	(2,4)
Internet	1.776,6	50,9	3.374,4	48,4	1.776,6	50,9	3.374,6	48,4
SVA	481,3	20,2	949,0	24,1	481,3	20,2	949,0	24,1
Outros serviços	71,3	(36,6)	140,0	(14,8)	71,3	(36,6)	140,1	(14,8)
Receita Líquida de Aparelhos	383,4	30,4	722,1	19,0	383,4	30,4	722,1	19,0

A receita líquida móvel apresentou no 2T15 crescimento de 7,0% y-o-y, impulsionada pela crescente receita de dados e SVA, que no trimestre passou a ser a maior rubrica em receitas móveis. A receita de serviço móvel obteve variação anual de 5,7% no trimestre, ainda que afetada pelo efeito da redução de VU-M ocorrida em 24 de fevereiro de 2015. Excluindo tal efeito, o crescimento da receita de serviço móvel do 2T15 seria de 8,8% y-o-y.

A receita de **franquia e utilização** reduziu 5,7% em relação ao 2T14. Tal desempenho anual já reflete a maior proporção de dados nos planos pós-pagos e maior consumo de internet por pré-pagos, com o crescimento da internet móvel mais do que compensando a redução em voz.

A receita de **uso de rede** do trimestre variou -28,5% em relação ao 2T14 principalmente em função da redução de 33,0% das tarifas de VU-M ocorrida em fevereiro/2015. Ao normalizar este efeito, a variação nas receitas de uso de rede seria de +2,7% no 2T15.

A receita de **dados e SVA** segue apresentando sólido desempenho no 2T15, com crescimento de 33,5% y-o-y, o maior dos últimos 3 anos. O sucesso nas vendas de pacotes e planos de dados e o crescimento da penetração de *smartphones* em nossa base de clientes têm sido os impulsionadores desta evolução. No trimestre, a receita de dados e SVA aumentou sua representatividade sobre a receita líquida de serviço móvel para 46,1%, evoluindo 9,6 p.p. y-o-y.

A receita com **SMS** reduziu 1,5% y-o-y, reflexo da maturidade do serviço. Na comparação contra o 1T15, houve crescimento de 3,6%, fruto do aumento da adoção a ofertas de maior valor agregado que integram pacotes de SMS, voz e dados.

A receita de **internet móvel** registrou crescimento recorde, avançando 50,9% na comparação anual, representando 66,1% da receita de dados no 2T15. Esse desempenho está diretamente atrelado ao alto crescimento nos acessos de dados pós-pagos, principalmente em 4G, ao aumento da venda de pacotes avulsos de dados no segmento pré-pago, e ao crescente parque de *smartphones*. 71% da nossa base de clientes já possui *smartphones* ou *webphones,* uma evolução de 13 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Receitas de SVA evoluíram 20,2% no 2T15 quando comparadas ao mesmo trimestre do ano anterior, principalmente impulsionadas pelos serviços: “Plataforma de Educação”, “Vivo Segurança”, “Vivo Sync”, “Vivo Som de Chamada” e “Vivo Música”, que contribuem para o alto nível de crescimento de SVA.

A **receita de outros serviços** atingiu R$ 71,3 milhões, patamar 36,6% menor que o 2T14. Esta variação reflete a recuperação de impostos sobre notas fiscais contestadas, ocorrida no 2T14.

Comentário do Desempenho

A **receita de aparelho móvel** cresceu 30,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, em linha com a forte migração de clientes para a base 4G e consequente aumento na participação de equipamentos de maior valor no portfólio de aparelhos.

NEGÓCIO FIXO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

R$ milhões	Pro forma (GVT a partir de jan/14)				Contábil (GVT a partir de mai/15)			
	2T15	YoY%	6M15	YoY%	2T15	YoY%	6M15	YoY%
Receita Líquida Fixa	4.215,3	3,1	8.350,6	1,8	3.745,5	34,1	6.485,7	14,9
Voz e acessos	1.978,2	(2,0)	3.948,7	(3,6)	1.760,3	26,4	3.077,0	8,3
Uso de rede	129,0	(10,1)	256,1	(13,7)	118,5	12,2	211,6	(3,6)
Banda Larga	783,9	7,9	1.548,3	7,2	655,4	76,5	1.040,7	39,9
Dados Corporativos e TI	712,3	3,2	1.404,7	3,3	683,4	12,5	1.283,7	7,3
TV por assinatura	422,6	30,4	815,8	31,0	342,4	136,3	511,1	80,5
Outros serviços	189,3	3,2	377,0	(2,7)	185,5	8,8	361,6	0,1
% Dados / Receita Líquida	35,5%	0,8 p.p.	35,4%	1,2 p.p.	35,7%	0,7 p.p.	35,8%	1,5 p.p.

Nota: A Receita Líquida Fixa considera receitas advindas da solução FWT ("Vivo Fixo").

A receita líquida do negócio fixo apresentou evolução anual de 3,1%, devido, principalmente, ao crescimento das receitas de banda larga e TV por assinatura. A receita fixa excluindo GVT apresentou melhora na evolução anual, ficando praticamente estável no trimestre (-0,3% y-o-y no 2T15 vs. -4,0% y-o-y no 1T15). As receitas da GVT aceleraram crescimento, registrando evolução anual de 10,2% no 2T15 (+9,8% y-o-y no 1T15). A receita fixa está impactada pelo corte da VC fixo-móvel realizada em 24 de fevereiro de 2015 e pela redução da assinatura básica de acordo com o Ato da Anatel, com vigência a partir de 04 de junho de 2014. Excluindo tais efeitos, a variação em receita líquida de serviços fixos seria de 5,6% no período.

A receita de **Voz e acessos** diminuiu 2,0% em relação ao 2T14, justificada pelo impacto regulatório. Excluída a redução da VC, haveria evolução de 2,9% da receita de voz no comparativo anual.

A receita de **uso de rede** apresenta redução de 10,1% quando comparada ao 2T14, em razão do menor tráfego entrante com terminação fixa, devido principalmente à substituição fixo-móvel. Frente ao trimestre anterior houve incremento de 1,6% no 2T15.

A receita de **banda larga** cresceu 7,9% y-o-y e 2,5% contra o 1T15. Tal desempenho reflete a evolução da base de banda larga, além dos esforços de expansão de ARPU. Neste sentido, a empresa tem focado na migração de clientes para velocidades mais altas, principalmente em FTTX, expandindo a base de clientes em fibra, que possui maior ARPU e menor churn.

A receita de **dados corporativos e TI** cresceu 3,2% y-o-y e 2,9% quando comparado ao trimestre anterior, devido principalmente à conquista de novos clientes corporativos no período, impulsionada pelas capacidades combinadas de Vivo e GVT para este segmento.

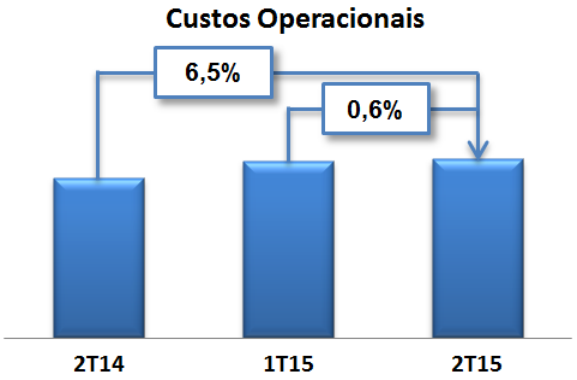
No 2T15, a receita de **TV por assinatura** registrou crescimento de 30,4% no comparativo anual. Esta evolução ocorre em resposta ao rápido crescimento da base de assinantes em IPTV e DTH, com aumento de adoção a pacotes HD.

A receita com **outros serviços** cresceu 3,2% no comparativo anual, impactada pela venda de equipamentos atrelada a contratos com grandes clientes.

Comentário do Desempenho

Custos Operacionais Consolidados

R$ milhões	Pro forma (GVT a partir de jan/14)				Contábil (GVT a partir de mai/15)			
	2T15	YoY%	6M15	YoY%	2T15	YoY%	6M15	YoY%
Custos Operacionais	(7.296,1)	6,5	(14.546,1)	6,6	(7.013,1)	15,5	(13.427,4)	10,8
Pessoal	(849,9)	4,0	(1.706,8)	5,0	(773,1)	26,8	(1.413,7)	16,0
Custo dos Serviços Prestados	(3.052,2)	3,7	(6.135,0)	3,7	(2.939,8)	12,2	(5.681,7)	7,5
Interconexão	(644,9)	(22,8)	(1.380,6)	(21,7)	(634,1)	(19,5)	(1.329,5)	(19,6)
Impostos, taxas e contribuições	(468,9)	2,9	(966,4)	5,9	(460,6)	6,7	(933,2)	7,5
Serviços de terceiros	(1.377,9)	16,7	(2.689,6)	16,2	(1.312,1)	30,1	(2.431,2)	22,1
Outros	(560,5)	19,1	(1.098,4)	18,2	(533,0)	35,8	(987,8)	27,7
Custo das Mercadorias Vendidas	(634,4)	28,3	(1.215,2)	20,8	(634,4)	28,3	(1.215,2)	20,8
Despesas de Comercialização dos Serviços	(2.289,7)	7,3	(4.582,5)	8,3	(2.217,3)	14,1	(4.280,1)	11,2
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(299,9)	17,0	(673,3)	36,7	(284,8)	29,2	(609,2)	42,2
Serviços de terceiros	(1.912,3)	7,3	(3.723,7)	4,6	(1.860,0)	13,2	(3.505,2)	7,4
Outros	(77,5)	(18,2)	(185,5)	3,2	(72,5)	(9,8)	(165,7)	5,3
Despesas Gerais e Administrativas	(329,1)	0,6	(619,7)	(1,0)	(314,0)	11,7	(558,1)	3,2
Serviços de terceiros	(264,6)	6,0	(509,2)	11,2	(251,0)	20,6	(453,3)	18,9
Outros	(64,5)	(16,6)	(110,5)	(34,2)	(63,0)	(13,6)	(104,8)	(34,2)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas	(140,8)	5,6	(286,9)	17,9	(134,5)	10,9	(278,6)	26,9



Os custos operacionais da nova Companhia, excluindo gastos com depreciação e amortização, registraram R$ 7.296,1 milhões no 2T15, com crescimento de 6,5% no comparativo anual, abaixo da inflação medida nos últimos 12 meses. Tal desempenho se deve, principalmente, aos maiores gastos atrelados à garantia de qualidade e àqueles diretamente ligados ao aumento da receita, ao aumento da PDD e dos esforços de cobrança, além dos maiores gastos com energia, compensados pela maior eficiência em G&A, pessoal e gastos com *call center*. Na comparação com o trimestre anterior, os custos operacionais mantiveram-se praticamente estáveis.

O **custo de pessoal** teve crescimento de 4,0% na comparação anual, reflexo do dissídio de 7,0%, negociado no acordo coletivo, concedido em janeiro/15, que foi parcialmente compensado pela reestruturação organizacional ocorrida ao longo do primeiro semestre, que reduziu o número de funcionários.

Comentário do Desempenho

O **custo dos serviços prestados** no 2T15 variou 3,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, impactado positivamente pela redução de VU-M ocorrida em fevereiro/15. Excluindo este efeito, o aumento seria de 10,0% y-o-y. Esta variação é explicada, principalmente, pelos maiores gastos com aluguel de sites e manutenção da rede, devido à expansão de cobertura 4G e foco na qualidade do serviço, pelos maiores gastos com compra de conteúdo de TV e móvel, crescentes na proporção do aumento da receita, além do aumento dos gastos com energia elétrica, devido à alta dos preços unitários.

O **custo das mercadorias vendidas** no 2T15 aumentou 28,3% em comparação ao 2T14, devido à crescente participação de equipamentos de maior valor no portfólio de aparelhos, aos maiores subsídios e ao maior impacto da variação cambial.

As **despesas de comercialização dos serviços** no 2T15 apresentaram aumento de 7,3% y-o-y, devido, principalmente, à maior atividade comercial no período e ao ambiente econômico mais desafiador:

A **provisão para devedores duvidosos (PDD)** no 2T15 fechou em R$ 299,9 milhões (+17,0% y-o-y), com o nível de inadimplência em 1,9% da receita bruta total (+0,2 p.p. y-o-y). Neste trimestre, a Companhia adotou critérios de crédito mais rígidos e ações de cobrança ainda mais ativas com o intuito de reduzir os níveis de inadimplência.

Os **serviços de terceiros** registraram aumento anual de 7,3% no trimestre, impulsionados principalmente por maiores gastos com comissionamento atrelados ao aumento da base de assinantes móveis e maior participação de dados, além de maior gasto com propaganda e publicidade. A simplificação de planos e ofertas segue impactando positivamente os gastos com *call center*.

As **despesas gerais e administrativas** no 2T15 foram 0,6% maiores y-o-y, demonstrando os resultados obtidos com o forte controle de gastos que a Companhia vem mantendo ao longo dos últimos trimestres.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas totalizaram despesa de R$ 140,8 milhões no trimestre, nível 5,6% superior ao registrado no 2T14, justificado principalmente por maiores contingências no período, principalmente trabalhistas.

Depreciação e Amortização

O item **Depreciação e Amortizações** sofreu aumento de 19,4% na comparação anual, resultado principalmente do ganho não recorrente obtido na revisão de vida útil de ativos imobilizados que impactaram o 2T14 e diminuem a base de comparação em R$ 132 milhões. Na evolução contábil, a variação anual de 42,6% está impactada pela amortização, a partir de maio de 2015, dos ativos intangíveis decorrentes da incorporação da GVT.

Resultado Financeiro

No 2T15, as **despesas financeiras líquidas** aumentaram R$ 77,9 milhões quando comparadas ao 2T14, principalmente devido à variação do câmbio e encargos de derivativos, aproximadamente no valor de R$ 60 milhões, além de IOF, no valor de R$ 30 milhões, gerado na liquidação da parcela de caixa referente à compra da GVT. No 1S15, as despesas financeiras líquidas aumentaram R$ 606,7 milhões quando comparadas ao 1S14 em decorrência, principalmente, da variação cambial dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (Euro) da GVT, que foram parcialmente pagos, tendo a divida remanescente sido totalmente coberta por operações de proteção cambial (hedge).

Comentário do Desempenho

Capex

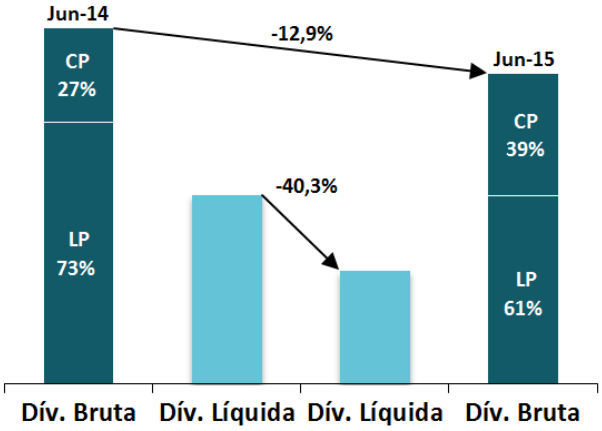
R$ milhões	Pro forma (GVT a partir de jan/14)				Contábil (GVT a partir de mai/15)			
	2T15	2T14	6M15	6M14	2T15	2T14	6M15	6M14
Rede	1.795,0	1.821,3	3.337,7	3.155,4	1.653,2	1.422,9	2.763,6	2.303,3
Tecnologia/Sist. Informação	185,4	155,8	321,4	231,0	181,7	143,6	300,2	202,6
Produtos e Serviços, Canais, Administrativo e outros	82,8	82,9	164,8	171,3	68,1	48,9	108,9	110,5
Total	2.063,2	2.060,0	3.824,0	3.557,8	1.903,0	1.615,3	3.172,7	2.616,4
Capex ex. licenças / Receita operacional líquida	19,8%	20,8%	18,4%	18,0%	19,1%	18,7%	16,7%	15,2%

O **Capex** do 2T15 atingiu R$ 2.063,2 milhões, representando 19,8% da receita operacional líquida do período e mantendo-se praticamente estável em relação ao mesmo período de 2014. No acumulado do ano, o investimento atingiu R$ 3.824,0 milhões, um crescimento de 7,5% em relação ao 1S14. A Companhia segue direcionando seus investimentos no aumento de capacidade 3G, na expansão de cobertura 4G e no aumento de infraestrutura de transmissão, com foco na garantia de nosso diferencial de qualidade.

Endividamento

A Companhia encerrou o 2T15 com uma **dívida bruta** de R$ 11.534,5 milhões, sendo 28,6% denominada em moeda estrangeira. A diminuição da dívida bruta está relacionada à liquidação de empréstimos e financiamentos no período.

A **dívida líquida** atingiu R$ 4.200,1 milhões ao final do 2T15. Em relação ao 2T14, a dívida líquida registra uma diminuição de R$ 2.834,8 milhões, explicado principalmente pelo aumento de capital realizado pela companhia, parcialmente compensado pelo pagamento da licença de 700 MHz à ANATEL. Atualmente, a exposição cambial da dívida está 100% coberta por operações de proteção cambial (hedge).



Os dados não financeiros, tais como: base de clientes, ativações brutas, volume médio de recargas, *market share*, cumprimento de metas de qualidade determinadas pela ANATEL, premiações recebidas e cotações, entre outros, não foram objeto de revisão por nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

1) A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações Gerais

A Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e o desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas. A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefónica ("Grupo"), líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Telefónica S.A. ("Telefónica"), empresa *holding* do Grupo e localizada na Espanha, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia (nota 22).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("BM&FBovespa"). É também registrada na *Securities and Exchange Commission* ("SEC"*)*, dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* ("ADSs") classificadas no nível II, lastreadas apenas em ações preferenciais e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("*New York Stock Exchange"* – "NYSE").

b) Operações

A Companhia atua na prestação de serviços de telefonia fixa e de serviços de dados no Estado de São Paulo, por intermédio da concessão para a exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") e autorização para a exploração do Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), respectivamente. Possui também autorizações para a prestação do STFC nas Regiões I e II do Plano Geral de Outorgas ("PGO"), bem como de outros serviços de telecomunicações, tais como o SCM (comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga), Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e Serviço de Acesso Condicionado ("SEAC"), especialmente por intermédio das tecnologias DTH e cabo.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações ("LGT"), Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que foi alterada pelas leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

b.1) <u>Contrato de Concessão do STFC</u>

A Companhia é concessionária do STFC para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da Região III, que compreende o Estado de São Paulo (exceto os municípios que compõem o setor 33), estabelecidos no PGO.

De acordo com o contrato de concessão, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 21).

O atual contrato de concessão do STFC da Companhia tem validade até 31 de dezembro de 2025 e prevê a possibilidade de revisões em 31 de dezembro de 2015 e 2020.

A Global Village Telecom S.A. ("GVT"), controlada integral da GVT Participações S.A. ("GVTPart"), atua na prestação do STFC, SCM e de TV por assinatura (SEAC) em todo o território brasileiro. A GVT. obteve junto à ANATEL, o direito para exploração do STFC na Região II do PGO e licença para operar serviços locais e de longa distância em todo o território brasileiro. Em novembro de 2006, recebeu a complementação das licenças de STFC para todas as regiões do Brasil (da qual detinha autorização para somente parte destas regiões). Com isto, passou a contar com licença de STFC para todo território nacional. A GVT dispõe ainda de licenças para prestação de SCM e de SEAC em todo o território nacional.

A GVT é a controladora integral da POP Internet Ltda. ("POP") e da Innoweb Ltda. ("Innoweb"), sociedades com sede no Brasil, que atuam no ramo de telecomunicações.

Notas Explicativas

b.2) Contrato de Autorização do SMP

A Companhia explora o SMP em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas. As autorizações de frequências concedidas pela ANATEL são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento, a cada biênio após a primeira renovação, de ônus equivalentes a 2% de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos (nota 21).

As informações sobre as áreas de operação (regiões) e vencimentos das autorizações das radiofrequências são as mesmas da nota explicativa 1b2) – "Contratos de Autorização do SMP", divulgada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

c) Acordo entre a Telefónica S.A. e a Telecom Itália, S.p.A.

A TELCO S.p.A. ("TELCO") tem uma participação de 22,4% com direito a voto na Telecom Itália, S.p.A. ("Telecom Itália"), sendo a maior acionista dessa companhia.

A Telefónica detém controle indireto da Telefônica Brasil e a Telecom Itália detém participação indireta na TIM S.A. ("TIM"), empresa de telecomunicações no Brasil. Nem a Telefónica, nem a Telefônica Brasil e nem qualquer outra sociedade coligada à Telefónica têm qualquer influência, envolvimento ou poder de decisão sobre as atividades da TIM no Brasil e está legalmente e contratualmente impedida de exercer qualquer poder político decorrente de sua participação acionária indireta em relação às operações da TIM no Brasil. A TIM (Brasil) e a Telefônica Brasil competem em todos os mercados que atuam no Brasil em permanente tensão competitiva e, nesse contexto, assim como em relação aos demais agentes econômicos da indústria de telecomunicações, mantêm relações contratuais usuais e costumeiras entre si (muitas delas regulamentadas e fiscalizadas pela ANATEL) e/ou, conforme aplicável, de conhecimento da ANATEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), no contexto dos compromissos assumidos com esses órgãos para garantir a independência absoluta das suas operações.

Em 24 de setembro de 2013, a Telefónica realizou um acordo com os demais acionistas da TELCO, segundo o qual a Telefónica subscreveu e integralizou um aumento de capital na TELCO mediante um aporte de 324 milhões de euros, recebendo como contraprestação ações sem direito a voto da TELCO. Como resultado deste aumento de capital, a participação da Telefónica no capital com direito a voto na TELCO não foi alterada, embora sua participação econômica tenha passado a ser de 66%. Desse modo, se manteve inalterada a governança da TELCO e, portanto, todas as obrigações da Telefónica de se abster de participar ou influenciar as decisões que afetam os mercados em que ambas as empresas estão presentes.

No mesmo documento, os acionistas italianos da TELCO concederam à Telefónica a opção de adquirir a totalidade das suas ações da TELCO, cujo exercício foi condicionado à prévia obtenção das aprovações de defesa da concorrência e de telecomunicações que sejam necessárias (incluindo Brasil e Argentina).

Em 16 de junho de 2014, os acionistas italianos da TELCO resolveram exercer o seu direito de requisição de cisão assegurado pelo Acordo de Acionistas da sociedade. A cisão foi aprovada em assembleia geral dos acionistas da TELCO no dia 9 de julho de 2014 e estava sujeita à autorização prévia das autoridades competentes, inclusive do CADE e da ANATEL no Brasil.

Em 22 de dezembro de 2014 e 12 de março de 2015, a ANATEL autorizou a cisão da TELCO, uma operação que tem efeitos na operação de permuta de ações ("*swap")* com a Vivendi S.A. ("Vivendi"), conforme Acórdãos nº 429/2014-CD e nº 87/2015-CD, respectivamente. Na operação de *swap* acordada entre a Telefónica e a Vivendi, a Vivendi trocaria a totalidade de sua participação votante e parte de sua participação não votante na Companhia por uma parcela da participação indireta detida pela Telefónica na Telecom Itália (nota 3), sujeita a determinadas condições como a proibição da Vivendi aumentar sua participação na Companhia.

Na 61ª sessão ordinária de julgamento do Tributal do CADE, realizada em 25 de março de 2015, foi aprovada a cisão da TELCO e operação de *swap* acordada entre a Telefónica e a Vivendi, sujeita à execução de acordos em controle de concentrações.

Notas Explicativas

2) BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS ("ITRs")

2.1) Declaração de Conformidade

As ITRs individuais (Controladora) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e com o CPC 21 – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As ITRs consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 e *IAS 34 – Interim Financial Reporting*, emitido pelo IASB e normas estabelecidas pela CVM.

A Diretoria, em reunião realizada em 15 de julho de 2015, autorizou a emissão destas ITRs, ratificada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de julho de 2015.

2.2) Bases de Preparação e Apresentação

As ITRs da Companhia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

Estas ITRs comparam os trimestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 30 de junho de 2015 com 31 de dezembro de 2014.

Em decorrência da consolidação da GVTPart. (nota 3) a partir de 1º de maio de 2015, as ITRs consolidadas em 30 de junho de 2015 não são comparáveis às de 31 de dezembro e 30 de junho de 2014.

As ITRs foram elaboradas segundo os princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 (nota explicativa 3 – "Resumo das Principais Práticas Contábeis") e devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras.

Algumas rubricas dos quadros que compõem as notas explicativas e a Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") foram reclassificadas para permitir a comparabilidade entre as informações para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014, quando aplicável.

Na data de elaboração destas ITRs, as seguintes alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros), emissão da versão final: Esta norma reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data da aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros.

IFRS 10 and IAS 28 Sale or Contribuition os Assets between na Investor and its Associate or Joint Venture (Venda ou Aporte de Ativos entre uma Investidora e sua Associada ou Controle Conjunto), revisão: Esta norma determina o tratamento contábil para operações com ativos entre uma investidora e empresas associadas ou entidades de controle conjunto. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos relevantes em sua posição financeira.

IFRS 10, 12 and IAS 28 Investiment Entities: Applying the Consolidation Excepecion (Aplicando a Exceção na Consolidação), revisão: Esta norma aborda os requerimentos de divulgação de demonstrações financeiras para entidade de investimento. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017. A Companhia não espera impactos relevantes em sua posição financeira.

Notas Explicativas

*IFRS 11 Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (*Contabilizações de Aquisições de Acordos Conjuntos), revisão: As alterações desta norma exigem que um investidor conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também esclarecem que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remensurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos relevantes em sua posição financeira.

IFRS 14 Regulatory Deferral Accounts (Contas de Diferimento Regulatórias), emissão: Esta norma é opcional que permite a uma sociedade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuarem aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As sociedades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da sociedade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos relevantes em sua posição financeira, visto que já elabora suas demonstrações financeiras com base nas IFRS vigentes.

*IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (*Receita de Contratos com Clientes), emissão: Esta norma exige que uma entidade deve reconhecer o montante da receita, refletindo a contraprestação que esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Quando for adotada, esta norma substituirá a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente (normas IAS 11, IAS 18, IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18). Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017, podendo ser adotada de forma retrospectiva ou utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos decorrentes de sua aplicação em suas ITRs e divulgações e ainda não definiu o método de transição e nem determinou os efeitos potenciais em seus relatórios financeiros.

IAS 1 Disclousure Initiative (Iniciativas de Divulgação), revisão: Esta norma aborda alterações no conjunto de informações das demonstrações financeiras de uma sociedade. Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos relevantes em sua posição financeira.

IAS 16 and IAS 38 Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization (Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização), revisão*:* As alterações esclarecem sobre os métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos relevantes em sua posição financeira.

A Companhia não adota antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, desde que não seja de aplicação obrigatória.

2.3) Bases de consolidação

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia detinha participação societária nas sociedades, conforme segue:

		% de participação			
Investidas	Tipo de investimento	Em 30.06.15	Em 31.12.14	País (Sede)	Atividade principal
Telefônica Data S.A. ("TData")	Controlada integral	100,00%	100,00%	Brasil	Telecomunicações
GVT Participações S.A. ("GVTPart.") (nota 3)	Controlada integral	100,00%	-	Brasil	Telecomunicações
Aliança Atlântica Holging B.V. ("Aliança")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Holanda	Holding, atuando no setor de telecomunicações
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Brasil	Exploração de rede subterrâneas de telecomunicações
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Brasil	Assessoria técnica em redes de telecomunicações

Notas Explicativas

As participações societárias em sociedade controlada ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas ITRs individuais. Nas ITRs consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido na controlada são eliminados integralmente. Os investimentos em sociedade de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas ITRs consolidadas.

3) AQUISIÇÃO DA GVT PARTICIPAÇÕES S.A. ("GVTPart.")

A Companhia, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/02, informou ao mercado que, em 28 de maio de 2015, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), a ratificação do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças (*Stock Purchase Agreement and Other Covenants*) celebrado entre a Companhia, na qualidade de "Compradora", e a Vivendi e suas subsidiárias (*Société d'Investissements et de Gestion 108 SAS - "FrHolding108"* e *Société d'Investissements et de Gestion 72 S.A.*), na qualidade de "Vendedoras", por meio do qual a totalidade das ações de emissão da GVTPart. foi adquirida pela Companhia.

A contraprestação pela aquisição das ações da GVTPart. foi efetuada da seguinte forma:

- Uma parcela de €4.663.000.000,00 paga à vista e em dinheiro, após os ajustes determinados nos termos do contrato, na data de fechamento, e
- Uma parcela em ações de emissão da Companhia entregues à *FRHolding108* em decorrência da incorporação de ações da GVTPart. pela Companhia, representativas de 12% do capital social da Companhia após a incorporação de ações.

Em decorrência da incorporação de ações da GVTPart., o capital da Companhia foi aumentado em R$9.666.021, mediante a emissão de 68.597.306 ações ordinárias e 134.320.885 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, considerando o valor econômico das ações incorporadas, apurado por meio do método do fluxo de caixa descontado, com base no Laudo de Valor Econômico da GVTPart. elaborado por empresa especializada, em conformidade com o disposto no artigo nº 252, parágrafo 1º, combinado com o artigo nº 8, ambos da Lei nº 6.404/76. A diferença entre o valor econômico das ações incorporadas e o valor de mercado das ações emitidas na data de fechamento da transação foi reconhecida em "Outras Reservas de Capital" no montante de R$1.188.707.

Esta operação estava sujeita à obtenção das autorizações societárias e regulatórias aplicáveis, incluindo o CADE e a ANATEL, além de outras condições que se classificam dentre as usualmente aplicáveis a esse tipo de operação. A ANATEL aprovou nos termos do Ato 448, de 22 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial da União ("DOU") de 26 de janeiro de 2015 e o CADE aprovou na 61ª sessão ordinária de julgamento do Tribunal do CADE, realizada em 25 de março de 2015 e publicada no DOU de 31 de março de 2015.

Com a conclusão da aquisição em 28 de maio de 2015, a Companhia passou a ser a controladora direta da GVTPart. e indireta da GVT. A GVTPart. tem sede no Brasil e tem como objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. Sua controlada direta (GVT) atua na prestação de serviços de telefonia fixa, serviços de dados, serviços de comunicação multimídia e televisão por assinatura em todo o território nacional.

De acordo com o IFRS 3 (R)/CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

O preço de aquisição, calculado ainda de forma preliminar, está demonstrado a seguir:

Contraprestação bruta em dinheiro (Euros 4,663 bilhões)	15.964.853
(-) Ajustes do Contrato (Dívida Líquida) (*)	(7.060.899)
Montante da contraprestação líquida em dinheiro	**8.903.954**
(+) Contraprestação Contingente	344.217
(+) Contraprestação em Ações a Valor Justo	8.477.314
(-) Ganhos com *Cash Flow Hedge* sobre a Operação	(377.373)
Contraprestação total, líquida de *Cash Flow Hedge*	**17.348.112**

(*) Em revisão por empresa terceira especializada, conforme previsto no Contrato.

Notas Explicativas

Demonstramos a seguir, a composição do valor justo dos ativos líquidos adquiridos no montante de R$5.314.249, bem como o ágio gerado na data da aquisição:

Ativo circulante	**1.772.074**	**Passivo circulante**	**5.283.280**
Caixa e equivalentes de caixa	399.241	Pessoal, encargos e benefícios sociais	172.158
Contas a receber, líquidas	1.143.431	Fornecedores	591.809
Estoques	4.641	Impostos, taxas e contribuições	347.615
Tributos a recuperar	151.306	Empréstimos e financiamentos	3.969.634
Despesas antecipadas	60.182	Provisões	17.866
Outros ativos	13.273	Outras obrigações	184.198
Ativo não circulante	**12.598.975**	**Passivo não circulante**	**3.773.520**
Tributos a recuperar	70.182	Impostos, taxas e contribuições	1.342
Tributos diferidos (4)	257.420	Empréstimos e financiamentos	3.088.414
Depósitos e bloqueios judiciais	551.275	Provisões (3)	595.724
Outros ativos	16.018	Outras obrigações	88.040
Imobilizado, líquido (1)	8.904.052		
Intangível, líquido (2)	2.800.028	**Valor justo dos passivos assumidos**	**9.056.800**
		Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	**5.314.249**
		Ágio (5)	**12.033.863**
Valor justo dos ativos adquiridos	**14.371.049**	**Total Considerado, líquido de *Cash Flow Hedge***	**17.348.112**

(1) Inclui a alocação do valor da mais valia de itens do imobilizado (R$368.622).
(2) Inclui a alocação do valor justo atribuído a marca (R$37.000) e a carteira de clientes (R$2.414.000) e a mais valia e outros intangível (R$148.169).
(3) Inclui a alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente (R$429.078).
(4) Inclui a alocação do valor dos tributos diferidos incidentes sobre o passivo contingente (R$145.886).
(5) Refere-se ao valor do ágio apurado na aquisição da GVTPart. com a expectativa de sinergias futuras da combinação dos negócios da adquirida, que poderá vir a ser utilizado para fins fiscais, com parcela indedutível atualmente estimada em R$577.827, o qual encontra-se em fase de revisão e ajustes da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da GVTPart.. Estima-se que esta análise será concluída em breve, assim que a Administração tiver todas as informações relevantes dos fatos, não ultrapassando o período máximo de 12 meses da data de aquisição.

A aquisição do controle da GVTPart. pela Companhia teve como objetivo principal propiciar a integração dos negócios de telecomunicações fixos, móveis, dados e TV no Brasil, de forma a poder operar de maneira eficiente. A aquisição da GVTPart. permite à Companhia obter sinergias significativas em receitas e custos, gerando oportunidades de vendas cruzadas tanto no mercado pessoal quanto no corporativo, além de permitir a otimização de investimentos, melhoria da qualidade do serviço, redução de custos de conteúdo, aquisição e plataforma no negócio de TV por assinatura, devido às economias com o aumento de escala e, por último, na redução das despesas gerais e administrativas, não afetando o potencial de crescimento da Companhia.

Os métodos e hipóteses utilizados para a determinação desses valores justos foram os seguintes:

Carteira de clientes

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MEEM (*"Multi-period Excess Earnings Method"*), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada.

O objetivo dessa análise de vidas é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes. Como aproximação da curva de subsistência dos clientes, foram consideradas as denominadas "curvas de *Iowa*". O valor justo alocado à carteira de clientes na data de aquisição foi de R$2.414.000, o qual será amortizado pelo prazo médio de 7,77 anos.

Notas Explicativas

Marca

O valor justo da marca "GVT" foi calculado com o método de *"relief-from-royalty"*. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os royalties que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar royalties por sua utilização. A economia de *royalties* foi determinada aplicando-se uma taxa de *royalties* de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de royalties de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas. O valor justo alocado à marca na data de aquisição foi de R$37.000, o qual será amortizado pelo prazo de 1,5 anos.

Contraprestação Contingente

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi para a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart, foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Em setembro de 2014, a GVT solicitou o cancelamento do recurso judicial e a devolução do montante depositado.

Caso a GVT tenha êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos.

O valor justo da contraprestação contingente na data de aquisição é de R$344.217, registrado no passivo não circulante da Companhia no grupo "Empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e contraprestação contingente" (nota 20), o qual está sujeito à atualização monetária mensalmente, utilizando o índice SELIC.

Valor Justo do Passivo Contingente

De acordo com o IFRS 3(R) Combinação de Negócios, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação, desde que seja uma obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo possa ser mensurado com confiabilidade. Atendendo-se os requerimentos anteriores, foi reconhecido nesta aquisição, passivos contingentes a valor justo de R$429.078, os quais foram determinados com base na saída de caixa estimada para sua liquidação na data de aquisição (nota 18).

Outras Informações

Análise do fluxo de caixa na aquisição	R$ mil
Custos de transação na aquisição (incluído em caixa gerado nas operações)	(8.638)
Caixa e equivalentes de caixa na sociedade adquirida (incluído em caixa nas atividades de investimento)	399.241
Saldo líquido de caixa e equivalentes de caixa na aquisição	**390.603**

Os custos da transação incorridos até a presente data por um valor de R$8.638 foram lançados no resultado da Companhia e incluídos nas despesas operacionais.

O valor justo das contas a receber de serviços prestados totaliza R$1.143.431, o qual não difere do valor de livros composto por um valor bruto de R$1.467.367, líquido de perdas estimadas para redução ao valor recuperável no valor de R$323.936.

Desde a data de aquisição até a conclusão destas informações trimestrais, a GVTPart. contribuiu com R$977.418 de receita operacional líquida combinada e (R$50.834) de lucro líquido combinado para a Companhia.

Notas Explicativas

Na data da conclusão da elaboração destas informações trimestrais consolidadas a Companhia encontra-se em fase de revisão e ajustes da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da GVTPart.. Estima-se que esta análise será concluída em breve, assim que a Administração tiver todas as informações relevantes dos fatos, não ultrapassando o período máximo de 12 meses da data de aquisição.

A Companhia, visando atender o disposto na Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015, apresenta na nota 35 as demonstrações dos resultados consolidados por forma (não auditadas) para o exercício de 2014 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014).

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Caixa e contas bancárias	104.094	63.136	117.402	64.010
Aplicações financeiras	6.287.133	3.772.168	6.977.265	4.628.679
Total	**6.391.227**	**3.835.304**	**7.094.667**	**4.692.689**

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

5) CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Valores faturados	5.233.692	4.957.574	6.757.027	5.538.184
Valores a faturar	1.322.871	1.280.851	2.018.470	1.410.273
Valores de interconexão	1.564.848	1.579.277	1.591.374	1.579.277
Valores com partes relacionadas (nota 29)	220.168	157.306	174.879	115.048
Contas a receber bruto	**8.341.579**	**7.975.008**	**10.541.750**	**8.642.782**
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(1.559.804)	(1.313.956)	(2.226.773)	(1.619.316)
Total	**6.781.775**	**6.661.052**	**8.314.977**	**7.023.466**
Circulante	6.577.250	6.470.764	8.001.965	6.724.061
Não circulante	204.525	190.288	313.012	299.405

Os saldos consolidados das contas a receber não circulante incluem:

- Em 30 de junho de 2015, R$204.525 (R$190.288 em 31 de dezembro de 2014), referente ao modelo de negócios de revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses. Em 30 de junho de 2015, o impacto do ajuste a valor presente era de R$48.472 (R$29.872 em 31 de dezembro de 2014).

- Em 30 de junho de 2015, R$108.487 (R$109.117 em 31 de dezembro de 2014), corresponde ao produto "Soluciona TI", comercializado pela TData, que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, esse produto foi classificado como arrendamento mercantil financeiro. Em 30 de junho de 2015, o impacto do ajuste a valor presente era de R$5.430 (R$7.522 em 31 de dezembro de 2014).

A seguir, apresentamos os valores a receber, líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por idade de vencimento:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
A vencer	4.705.555	4.853.376	5.949.288	5.107.714
Vencidas – 1 a 30 dias	955.593	914.709	1.094.762	970.086
Vencidas – 31 a 60 dias	411.473	318.552	453.750	328.367
Vencidas – 61 a 90 dias	242.532	207.542	294.188	243.981
Vencidas – 91 a 120 dias	106.107	75.895	107.495	73.962
Vencidas – mais de 120 dias	360.515	290.978	415.494	299.356
Total	**6.781.775**	**6.661.052**	**8.314.977**	**7.023.466**

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

A seguir, demonstramos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.13	**(1.033.665)**	**(1.271.622)**
Complemento líquido das perdas estimadas (nota 24)	(396.685)	(428.270)
Baixa pela utilização	331.700	328.242
Saldo em 30.06.14	**(1.098.650)**	**(1.371.650)**
Complemento líquido das perdas estimadas	(435.499)	(468.066)
Baixa pela utilização	220.193	220.400
Saldo em 31.12.14	**(1.313.956)**	**(1.619.316)**
Complemento líquido das perdas estimadas (nota 24)	(543.545)	(609.212)
Baixa pela utilização	297.697	325.691
Combinação de negócios (nota 3)	-	(323.936)
Saldo em 30.06.15	**(1.559.804)**	**(2.226.773)**

Os saldos das contas a receber, circulante e não circulante referente ao arrendamento mercantil financeiro do produto “Soluciona TI”, contemplam os seguintes efeitos:

	Consolidado	
	30.06.15	31.12.14
Valor presente a receber	520.829	497.523
Receita financeira não realizada	5.430	7.522
Valor nominal a receber	**526.259**	**505.045**
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(269.743)	(240.191)
Valor líquido a receber	**256.516**	**264.854**
Circulante	148.029	155.737
Não circulante	108.487	109.117

O cronograma de vencimentos das contas a receber brutas do produto “Soluciona TI” em 30 de junho de 2015 era:

	Consolidado	
	Valor nominal a receber	Valor presente a receber
A vencer até um ano	280.442	280.442
A vencer até cinco anos	245.817	240.387
Total	**526.259**	**520.829**

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

Notas Explicativas

6) ESTOQUES, LÍQUIDOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Materiais para revenda (a)	612.967	441.793	660.210	464.718
Materiais para consumo	63.497	54.847	68.305	55.820
Outros estoques	7.741	7.749	7.741	7.749
Total bruto	**684.205**	**504.389**	**736.256**	**528.287**
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(54.247)	(45.901)	(55.860)	(48.486)
Total	**629.958**	**458.488**	**680.396**	**479.801**

(a) Inclui estoque de aparelhos celulares, *simcards* e equipamentos de informática, entre outros.

A seguir, demonstramos a movimentação das perdas estimadas para redução ao valor realizável e para obsolescência dos estoques:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.13	**(52.275)**	**(58.161)**
Complemento das perdas estimadas	(10.745)	(12.563)
Reversão das perdas estimadas	10.472	11.689
Saldo em 30.06.14	**(52.548)**	**(59.035)**
Complemento das perdas estimadas	(16.407)	(18.449)
Reversão das perdas estimadas	23.054	28.998
Saldo em 31.12.14	**(45.901)**	**(48.486)**
Complemento das perdas estimadas	(17.932)	(18.277)
Reversão das perdas estimadas	9.586	10.903
Saldo em 30.06.15	**(54.247)**	**(55.860)**

Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques estão incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 24).

7) TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

7.1) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
ICMS (a)	1.692.292	1.686.062	1.859.050	1.696.578
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (b)	426.707	597.718	458.309	601.515
Impostos e contribuições retidos na fonte (c)	87.179	115.445	95.309	134.795
PIS e COFINS	68.973	85.662	95.692	86.447
Outros	44.366	18.722	73.523	23.532
Total	**2.319.517**	**2.503.609**	**2.581.883**	**2.542.867**
Circulante	1.972.676	2.163.404	2.171.259	2.202.662
Não circulante	346.841	340.205	410.624	340.205

(a) Refere-se aos créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado (cuja compensação ocorre em 48 meses); em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros.

(b) Refere-se aos créditos por antecipações de imposto de renda e contribuição social, as quais serão compensadas com tributos federais a serem apurados futuramente.

(c) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

7.2) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são constituídos, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Os tributos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura como segue:

Notas Explicativas

(a) Imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre base negativa: representado pelo montante registrado, que conforme a legislação tributária brasileira poderá ser compensado no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.

(b) Crédito fiscal incorporado: representado pelos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.

(c) Imposto de renda (IR) e Contribuição social (CS) sobre diferenças temporárias: a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

	Controladora										
	Saldos em 31.12.13	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 30.06.14	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.12.14	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Outros	Saldos em 30.06.15
Ativo diferido											
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (a)	122.321	(122.321)	-	-	70.164	-	70.164	(70.164)	-	-	-
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)											
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.322.244	114.566	-	1.436.810	17.539	-	1.454.349	117.308	-	-	1.571.657
Fornecedores e outras provisões	338.458	180.541	-	518.999	(82.200)	-	436.799	94.406	-	-	531.205
Carteira de clientes e marcas	-	311.141	-	311.141	-	-	311.141	-	-	-	311.141
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	241.203	20.459	-	261.662	42.270	-	303.932	59.600	-	-	363.532
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	164.518	19.875	-	184.393	(16.700)	-	167.693	619	-	-	168.312
Planos de benefícios pós emprego	143.537	5.850	-	149.387	6.839	-	156.226	7.616	-	-	163.842
Participação nos resultados	71.287	(16.341)	-	54.946	90.113	-	145.059	(67.272)	-	-	77.787
Provisão para programa de fidelização	31.199	184	-	31.383	125	-	31.508	151	-	-	31.659
Depreciação acelerada contábil	154.181	828	-	155.009	(139.634)	-	15.375	(540)	-	-	14.835
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	10.884	(750)	-	10.134	(120)	-	10.014	(824)	-	-	9.190
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	157.988	(536)	1.554	159.006	(23.044)	19.862	155.824	40.118	-	6.714	202.656
Total do ativo diferido	**2.757.820**	**513.496**	**1.554**	**3.272.870**	**(34.648)**	**19.862**	**3.258.084**	**181.018**	**-**	**6.714**	**3.445.816**
Passivo diferido											
Crédito fiscal incorporado (b)	(337.535)	-	-	(337.535)	-	-	(337.535)	-	-	-	(337.535)
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)											
Licença	(719.780)	(159.951)	-	(879.731)	(108.165)	-	(987.896)	(108.165)	-	-	(1.096.061)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(568.338)	-	-	(568.338)	(147.200)	-	(715.538)	(60.909)	-	-	(776.447)
Ágios da Vivo Part.	(480.366)	(106.748)	-	(587.114)	(101.963)	-	(689.077)	(101.963)	-	-	(791.040)
Lei da Inovação tecnológica	(308.490)	23.718	-	(284.772)	28.318	-	(256.454)	27.309	-	-	(229.145)
Carteira de clientes	(461.870)	461.870	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcas e patentes	(479.548)	479.548	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(124.527)	(59.843)	(542)	(184.912)	67.448	(113.416)	(230.880)	(7.356)	114.906	-	(123.330)
Total do passivo diferido	**(3.480.454)**	**638.594**	**(542)**	**(2.842.402)**	**(261.562)**	**(113.416)**	**(3.217.380)**	**(251.084)**	**114.906**	**-**	**(3.353.558)**
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	**(722.634)**	**1.152.090**	**1.012**	**430.468**	**(296.210)**	**(93.554)**	**40.704**	**(70.066)**	**114.906**	**6.714**	**92.258**
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido											
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:											
Ativo diferido líquido, não circulante	-			**430.468**			**40.704**				**92.258**
Passivo diferido líquido, não circulante	**(722.634)**			-			-				-

Notas Explicativas

	Consolidado											
	Saldos em 31.12.13	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 30.06.14	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.12.14	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Combinação de Negócios	Outros	Saldos em 30.06.15
Ativo diferido												
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (a)	262.915	(180.422)	-	82.493	11.053	-	93.546	(217.720)	-	152.314	-	28.140
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)												
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.327.288	114.793	-	1.442.081	17.757	-	1.459.838	116.813	-	33.643	-	1.610.294
Fornecedores e outras provisões	398.956	201.428	-	600.384	(98.427)	-	501.957	108.543	-	44.699	-	655.199
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	245.556	23.068	-	268.624	46.448	-	315.072	62.360	-	110.138	-	487.570
Carteira de clientes e marcas	-	311.141	-	311.141	-	-	311.141	20.807	-	-	-	331.948
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	166.174	20.532	-	186.706	(17.000)	-	169.706	(28.733)	-	31.158	-	172.131
Planos de benefícios pós emprego	143.537	5.850	-	149.387	6.838	-	156.225	7.616	-	-	-	163.841
Participação nos resultados	71.948	(16.616)	-	55.332	90.497	-	145.829	(71.066)	-	22.870	-	97.633
Depreciação acelerada contábil	154.181	828	-	155.009	(139.634)	-	15.375	(540)	-	-	-	14.835
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	12.885	(546)	-	12.339	(1.446)	-	10.893	(1.155)	-	-	-	9.738
Provisão para programa de fidelização	31.199	184	-	31.383	124	-	31.507	151	-	-	-	31.658
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	157.313	(546)	1.554	158.321	(22.668)	19.862	155.515	240.645	-	119.650	6.714	522.524
Total do ativo diferido	**2.971.952**	**479.694**	**1.554**	**3.453.200**	**(106.458)**	**19.862**	**3.366.604**	**237.721**	**-**	**514.472**	**6.714**	**4.125.511**
Passivo diferido												
Crédito fiscal incorporado (b)	(337.535)	-	-	(337.535)	-	-	(337.535)	-	-	-	-	(337.535)
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)												
Licença	(719.780)	(159.951)	-	(879.731)	(108.165)	-	(987.896)	(108.165)	-	-	-	(1.096.061)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(568.338)	-	-	(568.338)	(147.200)	-	(715.538)	(60.909)	-	-	-	(776.447)
Ágios da Vivo Part.	(480.366)	(106.748)	-	(587.114)	(101.963)	-	(689.077)	(101.963)	-	-	-	(791.040)
Lei da Inovação tecnológica	(308.490)	23.718	-	(284.772)	28.318	-	(256.454)	27.309	-	-	-	(229.145)
Carteira de clientes	(461.870)	461.870	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcas e patentes	(479.548)	479.548	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Deságio na incorporação de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.838)	-	(22.838)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(128.365)	(56.246)	(542)	(185.153)	63.282	(113.416)	(235.287)	(12.364)	114.906	(234.214)	-	(366.959)
Total do passivo diferido	**(3.484.292)**	**642.191**	**(542)**	**(2.842.643)**	**(265.728)**	**(113.416)**	**(3.221.787)**	**(256.092)**	**114.906**	**(257.052)**	**-**	**(3.620.025)**
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	**(512.340)**	**1.121.885**	**1.012**	**610.557**	**(372.186)**	**(93.554)**	**144.817**	**(18.371)**	**114.906**	**257.420**	**6.714**	**505.486**
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido												
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:												
Ativo diferido líquido, não circulante	**210.294**			**610.557**			**144.817**					**505.486**
Passivo diferido líquido, não circulante	**(722.634)**			-			-					-

Em 30 de junho de 2015, não foram reconhecidos créditos fiscais diferidos na GVT, POP e Innoweb no montante de R$422.580, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que tais sociedades possam utilizar os benefícios destes.

A seguir, apresentamos os montantes do imposto de renda diferido e da contribuição social diferida relativos a itens debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido em 30 de junho de 2015 e 2014.

	Controladora/Consolidado	
	30.06.15	30.06.14
Perdas não realizadas em investimentos disponíveis para venda	266	1.554
Ganhos (perdas) com operações de derivativos	114.640	(542)
Total	**114.906**	**1.012**

8) DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi analisada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos como provável, possível ou remota.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Depósitos judiciais				
Tributário	2.849.713	2.647.635	3.286.611	2.665.757
Trabalhista	1.031.881	1.008.745	1.088.934	1.016.019
Cível e regulatório	959.094	935.842	1.044.780	936.782
Total	**4.840.688**	**4.592.222**	**5.420.325**	**4.618.558**
Bloqueios judiciais	125.862	124.730	135.783	126.667
Total	**4.966.550**	**4.716.952**	**5.556.108**	**4.745.225**
Circulante	211.908	202.169	211.908	202.169
Não circulante	4.754.642	4.514.783	5.344.200	4.543.056

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2015, a Companhia e suas controladas mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante consolidado de R$3.286.611 (R$2.665.757 em 31 de dezembro de 2014). Na nota 18, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram os principais depósitos judiciais.

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários:

- Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")

  A Companhia e a TData estão envolvidas em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias ("DCTF"); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.

  Em 30 de junho de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$34.054 (R$33.040 em 31 de dezembro de 2014).

- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE")

  A Companhia está envolvida em discussões judiciais cujo objeto visa afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

  Em 30 de junho de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$158.591 (R$153.759 em 31 de dezembro de 2014).

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

  A ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI") sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio base, estações móveis e radioenlaces, por entender que a prorrogação seria fato gerador da TFI e que as estações móveis, ainda que da titularidade de terceiros, também estão sujeitas a TFI. A Companhia e a TData questionam em âmbito judicial a referida taxa.

  Em 30 de junho de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$966.321 (R$929.880 em 31 de dezembro de 2014).

- Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")

  A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) não retenção de IRRF sobre remessas ao exterior a título de tráfego sainte; (ii) não retenção de IRRF sobre recebimento de juros sobre o capital próprio; e (iii) IRRF incidente sobre rendimento com aluguéis e *royalties*, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa.

  Em 30 de junho de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$65.490 (R$63.295 em 31 de dezembro de 2014).

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

  A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) débitos referentes a compensações de pagamento a maior de IRPJ não homologadas pela Receita Federal do Brasil; (ii) exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento de débitos no Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais ("SIEF"); e (iii) recolhimento a menor do IRPJ.

  A GVTPart. está envolvida em discussão judicial que envolve o direito de amortizar mensalmente a despesa relativa ao ágio oriundo da aquisição da GVTPart. pela Vivendi, sobre valores de IRPJ e CSLL deduzidos.

  Em 30 de junho de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$383.324 (R$30.325 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (“EBC”)

  O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (“Sinditelebrasil”) discute judicialmente, em nome das associadas, a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e a TData, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

  Em 30 de junho de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$815.404 (R$672.593 em 31 de dezembro de 2014).

- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho (“SAT”) e Verbas para Terceiros (“INSS”)

  A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) SAT e verbas destinadas a terceiros (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE); (ii) responsabilidade solidária por cessão de mão de obra; (iii) diferencial de alíquota de SAT (alíquotas de 1% para 3%); e (iv) premiações.

  A GVTPart. está envolvida em discussões judiciais que envolvem a cobrança de contribuição previdenciária (cota patronal), SAT e verbas para terceiros sobre os seguintes eventos: auxílio maternidade, terço constitucional de férias e 15 primeiros dias de afastamento por doença ou acidente. está envolvida em discussões judiciais que envolvem cobranças sobre auxílio maternidade, terço constitucional de férias e 15 primeiros dias de afastamento por doença ou acidente.

  Em 30 de junho de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$113.928 (R$102.820 em 31 de dezembro de 2014).

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”)

  A Companhia está envolvida em discussão judicial cujo objeto visa a declaração do não recolhimento dos adicionais de 0,5% e 10% de FGTS instituídos pela Lei Complementar nº 110/01 incidentes sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela Companhia em nome dos empregados).

  Em 30 de junho de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$79.659 (R$76.459 em 31 de dezembro de 2014).

- Imposto sobre o Lucro Líquido (“ILL”)

  A Companhia está envolvida em discussão judicial cujo objeto é a declaração de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de ILL, com parcelas vincendas de IRPJ.

  Em 19 de dezembro de 2013, a Companhia liquidou o débito objeto da discussão via inclusão no Programa de Anistia Federal (“REFIS”), com a utilização do depósito judicial ora vinculado. Atualmente, aguarda-se conversão em renda pela União Federal.

  Em 30 de junho de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$56.443 (R$54.723 em 31 de dezembro de 2014).

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (“FUST”)

  A Companhia e a TData ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas de interconexão e de exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6° da Lei nº 9.998/00.

  Em 30 de junho de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$408.923 (R$394.489 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS")

  A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS declarado e não pago; (ii) não incidência do ICMS sobre comunicação inadimplida; (iii) exigência de multa por atraso no recolhimento do imposto, pago espontaneamente; (iv) ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; (v) direito ao crédito de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e também de energia elétrica; (vi) cartões de ativação para o serviço pré-pago; e (vii) glosa de crédito de ICMS referente ao convênio 39.

  A GVTPart. está envolvida em discussões judiciais para consignar em pagamento valores de ICMS referentes a parte das operações de TV por assinatura, bem como sobre operações de telefonia na modalidade pré-pago.

  Em 30 de junho de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$147.031 (R$97.278 em 31 de dezembro de 2014).

- Outros impostos, taxas e contribuições

  A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") sobre serviços meios; (ii) Imposto Predial Territorial Urbano ("IPTU") não abarcado por isenção; (iii) taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; (iv) taxa de uso do solo; (v) contribuições previdenciárias referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; e (vi) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração ("PPNUM") pela ANATEL.

  Em 30 de junho de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$57.443 (R$57.096 em 31 de dezembro de 2014).

9) DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Taxa fistel (a)	548.317	-	548.887	-
Propaganda e publicidade	109.641	198.758	109.641	198.758
Seguros	21.028	33.594	26.570	35.574
Alugueis	69.106	45.318	69.106	45.318
Encargos financeiros	7.548	8.426	7.548	8.426
Manutenção de *software*, tributos e outras	125.030	38.817	179.097	41.698
Total	**880.670**	**324.913**	**940.849**	**329.774**
Circulante	863.390	300.567	921.899	303.551
Não circulante	17.280	24.346	18.950	26.223

(a) Refere-se aos valores de Taxa de Fiscalização e Funcionamento referentes ao exercício de 2014, pagos em março de 2015 e que serão amortizados para o resultado até o final do exercício.

10) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Adiantamentos a empregados e fornecedores	120.316	49.827	129.002	50.981
Créditos com partes relacionadas (nota 29)	256.129	318.041	87.942	73.042
Crédito com fornecedores	101.146	114.422	109.122	121.615
Subsídio na venda de aparelhos celulares	49.762	45.850	49.762	45.850
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 32)	15.322	14.515	15.468	14.653
Outros valores a realizar	42.565	87.068	32.758	87.280
Total	**585.240**	**629.723**	**424.054**	**393.421**
Circulante	524.740	535.020	356.219	298.496
Não circulante	60.500	94.703	67.835	94.925

Notas Explicativas

11) INVESTIMENTOS

a) Informações das Investidas

A Companhia detém participações societárias em controlada integral e de controle em conjunto, conforme segue:

TData: Controlada integral da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a prestação e exploração de serviços de valor adicionado (SVAs); soluções empresariais integradas em telecomunicações e atividades relacionadas; gestão da prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos e redes de telecomunicações, consultoria em soluções de telecomunicações e relacionadas e elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados a telecomunicações; comercialização e locação de equipamentos, produtos e serviços de telecomunicações, entre outros.

GVTPart.: Controladora integral da GVT, com sede no Brasil, tem como objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A GVT atua na prestação de serviços de telefonia fixa, serviços de dados, serviços de comunicação multimídia e televisão por assinatura em todo o território nacional.

Aliança: Empresa com controle em conjunto, com participação de 50% da Companhia, com sede em Amsterdã, Holanda, tem como objeto a aquisição, gestão de subsidiárias e participações no setor de telecomunicações.

AIX: Empresa com controle em conjunto, com participação 50% da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.

ACT: Empresa com controle em conjunto, com participação 50% da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

A seguir, demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas nas quais a Companhia possui participação.

	Em 30.06.15					Em 31.12.14			
	Controladas integrais		Controladas em Conjunto			Controlada integral	Controladas em Conjunto		
	TData	GVTPart.	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	TData	Cia ACT	Cia AIX	Aliança
Participação no patrimônio líquido	**100,00%**	**100,00%**	**50,00%**	**50,00%**	**50,00%**	**100,00%**	**50,00%**	**50,00%**	**50,00%**
Resumo do Balanço Patrimonial:									
Ativo circulante	1.413.065	1.613.569	9	15.090	146.748	1.749.933	11	12.728	136.350
Ativo não circulante	338.331	9.660.158	-	11.823	-	335.735	-	12.134	-
Total do ativo	**1.751.396**	**11.273.727**	**9**	**26.913**	**146.748**	**2.085.668**	**11**	**24.862**	**136.350**
Passivo circulante	648.060	4.397.234	1	3.563	66	883.906	1	3.232	92
Passivo não circulante	48.998	1.531.564	-	4.924	-	48.611	-	4.546	-
Patrimônio líquido	1.054.338	5.344.929	8	18.426	146.682	1.153.151	10	17.084	136.258
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.751.396**	**11.273.727**	**9**	**26.913**	**146.748**	**2.085.668**	**11**	**24.862**	**136.350**
Valor contábil do investimento	**1.054.338**	**5.344.929**	**4**	**9.213**	**73.341**	**1.153.151**	**5**	**8.542**	**68.129**

	Em 30.06.15					Em 30.06.14			
	Controladas integrais		Controladas em Conjunto			Controlada integral	Controladas em Conjunto		
Resumo da Demonstração de Resultados:	TData	GVTPart.	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	TData	Cia ACT	Cia AIX	Aliança
Receita operacional líquida	1.229.866	977.786	31	19.307	-	1.017.382	31	17.632	-
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(558.860)	(525.858)	-	(15.330)	-	(523.417)	-	(14.735)	-
Despesas com comercialização	(74.960)	(198.541)	-	-	-	(53.500)	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(14.740)	(68.788)	(32)	(2.742)	(53)	(14.348)	(32)	(2.232)	(81)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.645	(5.394)	(1)	(175)	-	20.551	-	1.758	-
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	59.943	(254.516)	-	533	57	40.854	1	369	207
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	**642.894**	**(75.311)**	**(2)**	**1.593**	**4**	**487.522**	**-**	**2.792**	**126**
Imposto de renda e contribuição social	(217.530)	24.477	-	(251)	-	(165.628)	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	**425.364**	**(50.834)**	**(2)**	**1.342**	**4**	**321.894**	**-**	**2.792**	**126**
Valor contábil do lucro líquido (prejuízo) do período, reconhecido como equivalência patrimonial	**425.364**	**(50.834)**	**(1)**	**671**	**2**	**321.894**	**-**	**1.396**	**63**

Notas Explicativas

b) Movimentação dos Investimentos

	Saldos em 31.12.14	Adições	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Outros resultados abrangentes	Saldos em 30.06.15
Participações	**1.229.827**	**2.629.649**	**2.766.694**	**375.202**	**(524.177)**	**4.630**	**6.481.825**
Controlada integral	**1.153.151**	**2.629.649**	**2.766.694**	**374.530**	**(524.177)**	**(580)**	**6.399.267**
TData	1.153.151	-	-	425.364	(524.177)	-	1.054.338
GVTPart.	-	2.629.649	2.766.694	(50.834)		(580)	5.344.929
Controladas em conjunto	**76.676**	**-**	**-**	**672**	**-**	**5.210**	**82.558**
Aliança	68.129	-	-	2	-	5.210	73.341
AIX	8.542	-	-	671	-	-	9.213
ACT	5	-	-	(1)	-	-	4
Ágios (a)	**212.058**	**12.033.863**	**-**	**-**	**-**	**-**	**12.245.921**
Mais valia dos ativos líquidos adquiridos atribuída à controladora	**-**	**2.684.600**	**-**	**(47.750)**	**-**	**-**	**2.636.850**
Outras participações	**3.129**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(783)**	**2.346**
Outros investimentos (b)	3.129	-	-	-	-	(783)	2.346
Total de investimentos na controladora	**1.445.014**	**17.348.112**	**2.766.694**	**327.452**	**(524.177)**	**3.847**	**21.366.942**
Aliança	68.129	-	-	2	-	5.210	73.341
AIX	8.542	-	-	671	-	-	9.213
ACT	5	-	-	(1)	-	-	4
Outros investimentos (b)	3.129	-	-	-	-	(783)	2.346
Total de investimentos no consolidado	**79.805**	**-**	**-**	**672**	**-**	**4.427**	**84.904**

	Saldos em 31.12.13	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Outros resultados abrangentes	Saldos em 30.06.14	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Outros resultados abrangentes	Saldos em 31.12.14
Participações	**853.866**	**323.353**	**(186.100)**	**(5.129)**	**985.990**	**419.275**	**(180.016)**	**4.578**	**1.229.827**
Controlada integral	**778.289**	**321.894**	**(186.100)**	**-**	**914.083**	**413.794**	**(174.726)**	**-**	**1.153.151**
TData	778.289	321.894	(186.100)	-	914.083	413.794	(174.726)	-	1.153.151
Controladas em conjunto	**75.577**	**1.459**	**-**	**(5.129)**	**71.907**	**5.481**	**(5.290)**	**4.578**	**76.676**
Aliança	68.607	63	-	(5.129)	63.541	10	-	4.578	68.129
AIX	6.965	1.396	-	-	8.361	5.471	(5.290)	-	8.542
ACT	5	-	-	-	5	-	-	-	5
Ágios (a)	**212.058**	**-**	**-**	**-**	**212.058**	**-**	**-**	**-**	**212.058**
Outras participações	**10.772**	**-**	**-**	**(4.571)**	**6.201**	**-**	**-**	**(3.072)**	**3.129**
Outros investimentos (b)	10.772	-	-	(4.571)	6.201	-	-	(3.072)	3.129
Total de investimentos na controladora	**1.076.696**	**323.353**	**(186.100)**	**(9.700)**	**1.204.249**	**419.275**	**(180.016)**	**1.506**	**1.445.014**
Aliança	68.607	63	-	(5.129)	63.541	10	-	4.578	68.129
AIX	6.965	1.396	-	-	8.361	5.471	(5.290)	-	8.542
ACT	5	-	-	-	5	-	-	-	5
Outros investimentos (b)	10.772	-	-	(4.571)	6.201	-	-	(3.072)	3.129
Total de investimentos no consolidado	**86.349**	**1.459**	**-**	**(9.700)**	**78.108**	**5.481**	**(5.290)**	**1.506**	**79.805**

(a) Ágios: i) R$212.058 oriundo da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006;e ii) R$12.033.863 da aquisição da GVTPart. (nota 3).

(b) Os valores de outros investimentos (incentivos fiscais e participações acionárias) estão avaliados pelo valor justo.

12) IMOBILIZADO LÍQUIDO

a) Composição

Em 30 de junho de 2015

	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	17.618.347	(14.767.764)	2.850.583	20.018.489	(15.769.077)	4.249.412
Equipamentos e meios de transmissão	38.487.046	(27.568.727)	10.918.319	45.799.074	(29.750.487)	16.048.587
Equipamentos terminais/modens	11.232.904	(9.664.315)	1.568.589	14.456.064	(11.001.137)	3.454.927
Infraestrutura	13.695.294	(10.269.008)	3.426.286	14.109.547	(10.377.762)	3.731.785
Terrenos	312.912	-	312.912	315.513	-	315.513
Outros ativos imobilizados	3.485.704	(2.781.361)	704.343	4.344.081	(3.276.270)	1.067.811
Perdas estimadas	(151.003)	-	(151.003)	(213.097)	-	(213.097)
Bens e instalações em andamento	1.311.173	-	1.311.173	1.418.857	-	1.418.857
Total	**85.992.377**	**(65.051.175)**	**20.941.202**	**100.248.528**	**(70.174.733)**	**30.073.795**

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2014

	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	17.140.731	(14.599.055)	2.541.676	17.147.961	(14.606.044)	2.541.917
Equipamentos e meios de transmissão	37.199.508	(26.990.931)	10.208.577	37.200.161	(26.991.399)	10.208.762
Equipamentos terminais/modens	10.838.174	(9.227.487)	1.610.687	10.882.788	(9.254.451)	1.628.337
Infraestrutura	13.486.180	(10.000.989)	3.485.191	13.497.058	(10.010.123)	3.486.935
Terrenos	314.350	-	314.350	314.350	-	314.350
Outros ativos imobilizados	3.394.231	(2.722.927)	671.304	3.549.258	(2.833.705)	715.553
Perdas estimadas	(156.592)	-	(156.592)	(156.728)	-	(156.728)
Bens e instalações em andamento	1.706.538	-	1.706.538	1.714.738	-	1.714.738
Total	**83.923.120**	**(63.541.389)**	**20.381.731**	**84.149.586**	**(63.695.722)**	**20.453.864**

b) Movimentação

	Controladora								
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modens	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (a)	Bens e instalações em andamento	Total
Saldo em 31.12.13	**2.364.940**	**8.432.306**	**1.455.849**	**3.466.208**	**314.558**	**598.308**	**(168.124)**	**1.913.860**	**18.377.905**
Adições (Capex)	6.470	48.618	92.717	16.738	-	32.801	-	2.094.453	2.291.797
Baixas líquidas	(732)	(19.455)	(2.210)	(891)	-	(1.133)	6.095	(8.764)	(27.090)
Transferências líquidas	199.278	1.106.797	363.166	216.069	-	28.681	(484)	(1.983.378)	(69.871)
Depreciação (nota 24)	(216.736)	(673.444)	(441.849)	(262.213)	-	(104.265)	-	-	(1.698.507)
Saldo em 30.06.14	**2.353.220**	**8.894.822**	**1.467.673**	**3.435.911**	**314.558**	**554.392**	**(162.513)**	**2.016.171**	**18.874.234**
Adições (Capex)	5.572	55.272	57.399	30.508	-	128.499	-	3.011.107	3.288.357
Baixas líquidas	(38)	(14.979)	(577)	(395)	(208)	(1.084)	5.921	(10.082)	(21.442)
Transferências líquidas	407.552	1.935.171	555.131	296.936	-	95.695	-	(3.310.658)	(20.173)
Depreciação	(224.630)	(661.709)	(468.939)	(277.769)	-	(106.198)	-	-	(1.739.245)
Saldo em 31.12.14	**2.541.676**	**10.208.577**	**1.610.687**	**3.485.191**	**314.350**	**671.304**	**(156.592)**	**1.706.538**	**20.381.731**
Adições (Capex)	6.546	67.753	59.409	23.165	-	93.723	-	2.137.297	2.387.893
Baixas líquidas	(893)	(15.305)	(1.788)	(583)	(52)	(1.155)	5.589	(10.666)	(24.853)
Transferências líquidas	546.719	1.369.233	356.425	199.300	(1.386)	51.026	-	(2.521.996)	(679)
Depreciação (nota 24)	(243.465)	(711.939)	(456.144)	(280.787)	-	(110.555)	-	-	(1.802.890)
Saldo em 30.06.15	**2.850.583**	**10.918.319**	**1.568.589**	**3.426.286**	**312.912**	**704.343**	**(151.003)**	**1.311.173**	**20.941.202**

	Consolidado								
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modens	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (a)	Bens e instalações em andamento	Total
Saldo em 31.12.13	**2.365.290**	**8.432.543**	**1.468.057**	**3.468.495**	**314.558**	**594.957**	**(169.979)**	**1.967.726**	**18.441.647**
Adições (Capex)	6.470	48.618	99.980	16.738	-	43.175	(505)	2.084.864	2.299.340
Baixas líquidas	(732)	(19.455)	(2.210)	(891)	-	(1.133)	6.095	(9.687)	(28.013)
Transferências líquidas	199.278	1.106.797	363.165	216.069	-	56.536	(484)	(2.001.221)	(59.860)
Depreciação (nota 24)	(216.791)	(673.470)	(445.633)	(262.485)	-	(109.274)	-	-	(1.707.653)
Saldo em 30.06.14	**2.353.515**	**8.895.033**	**1.483.359**	**3.437.926**	**314.558**	**584.261**	**(164.873)**	**2.041.682**	**18.945.461**
Adições (Capex)	5.572	55.272	63.448	30.508	-	129.641	505	3.020.696	3.305.642
Baixas líquidas	(38)	(14.979)	(577)	(395)	(208)	(1.084)	7.640	(10.422)	(20.063)
Transferências líquidas	407.552	1.935.171	555.289	296.936	-	115.539	-	(3.337.218)	(26.731)
Depreciação	(224.684)	(661.735)	(473.182)	(278.040)	-	(112.804)	-	-	(1.750.445)
Saldo em 31.12.14	**2.541.917**	**10.208.762**	**1.628.337**	**3.486.935**	**314.350**	**715.553**	**(156.728)**	**1.714.738**	**20.453.864**
Adições (Capex)	71.185	251.254	155.381	28.582	-	103.082	2.392	2.139.423	2.751.299
Baixas líquidas	(893)	(14.774)	(1.788)	(823)	(52)	(1.155)	5.589	(17.742)	(31.638)
Transferências líquidas	659.592	1.291.223	364.446	84.019	(1.386)	153.065	-	(2.536.838)	14.121
Depreciação (nota 24)	(306.015)	(786.601)	(484.563)	(288.183)	-	(152.541)	-	-	(2.017.903)
Combinação de negócios (nota 3)	1.283.626	5.098.723	1.793.114	421.255	2.601	249.807	(64.350)	119.276	8.904.052
Saldo em 30.06.15	**4.249.412**	**16.048.587**	**3.454.927**	**3.731.785**	**315.513**	**1.067.811**	**(213.097)**	**1.418.857**	**30.073.795**

(a) A Companhia e as controladas reconheceram perdas estimadas para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.

c) Taxas de depreciação

Os ativos imobilizados são depreciados de forma linear à taxa anual, como segue:

Descrição	Controladora	Consolidado
Equipamentos de comutação	10,00 a 20,00	6,67 a 20,00
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 20,00	2,50 a 25,00
Equipamentos terminais/*modens*	10,00 a 66,67	10,00 a 66,67
Infraestrutura	2,50 a 66,67	2,50 a 66,67
Outros ativos imobilizados	10,00 a 25,00	6,67 a 50,00

Notas Explicativas

d) Bens do imobilizado em garantia

Em 30 de junho de 2015, a Companhia possuía montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais de R$198.131 (R$130.000 em 31 de dezembro de 2014).

e) Capitalização de custos de empréstimos

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia e controladas não capitalizaram custos de empréstimos em função de não haver ativos qualificáveis.

f) Bens reversíveis

O contrato de concessão do STFC da Companhia, prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2015, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R$7.728.456 (R$7.639.587 em 31 de dezembro de 2014), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

g) Arrendamento Financeiro

A seguir, demonstramos os montantes relacionados a arrendamentos financeiros nos quais a Companhia atua como arrendatária, segregados por classe do ativo imobilizado.

		Controladora/Consolidado					
		30.06.15			31.12.14		
	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos e meios de transmissão	5%	209.935	(17.310)	192.625	209.935	(12.062)	197.873
Infraestrutura	5%	6.674	(2.159)	4.515	5.279	(2.032)	3.247
Outros ativos	20%	116.945	(78.939)	38.006	78.295	(78.295)	-
Total		**333.554**	**(98.408)**	**235.146**	**293.509**	**(92.389)**	**201.120**

13) INTANGÍVEL LÍQUIDO

a) Composição

Em 30 de junho de 2015

	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Vida útil indefinida						
Ágio	10.013.222	-	10.013.222	22.259.143	-	22.259.143
Vida útil definida						
Softwares	11.625.471	(9.605.053)	2.020.418	12.230.426	(10.014.969)	2.215.457
Carteira de clientes	1.990.278	(1.004.685)	985.593	4.404.278	(1.059.716)	3.344.562
Marcas e Patentes	1.601.433	(317.291)	1.284.142	1.638.433	(323.457)	1.314.976
Licença	20.052.122	(3.956.691)	16.095.431	20.052.122	(3.956.691)	16.095.431
Outros ativos intangíveis	152.026	(151.994)	32	302.095	(164.079)	138.016
Softwares em andamento	81.292	-	81.292	81.292	-	81.292
Total	**45.515.844**	**(15.035.714)**	**30.480.130**	**60.967.789**	**(15.518.912)**	**45.448.877**

Em 31 de dezembro de 2014

	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Vida útil indefinida						
Ágio	10.013.222	-	10.013.222	10.225.280	-	10.225.280
Vida útil definida						
Softwares	11.242.808	(9.232.751)	2.010.057	11.279.547	(9.266.911)	2.012.636
Carteira de clientes	1.990.278	(880.402)	1.109.876	1.990.278	(880.402)	1.109.876
Marcas e Patentes	1.601.433	(275.187)	1.326.246	1.601.433	(275.187)	1.326.246
Licença	20.052.007	(3.505.409)	16.546.598	20.052.007	(3.505.409)	16.546.598
Outros ativos intangíveis	152.026	(151.913)	113	152.026	(151.913)	113
Softwares em andamento	66.675	-	66.675	66.675	-	66.675
Total	**45.118.449**	**(14.045.662)**	**31.072.787**	**45.367.246**	**(14.079.822)**	**31.287.424**

Notas Explicativas

b) Movimentação

	Controladora							
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						
	Ágio	*Softwares*	Carteira de clientes	Marcas e patentes	Licenças	Outros ativos intangíveis	*Softwares* em andamento	Total
Custo								
Saldo em 31.12.13	**10.013.222**	**1.983.624**	**1.358.442**	**1.410.453**	**14.474.566**	**336**	**46.348**	**29.286.991**
Adições (Capex)	-	211.873	-	-	-	-	104.109	315.982
Baixas líquidas	-	(124)	-	-	-	-	-	(124)
Transferências líquidas	-	115.662	-	-	42.893	-	(98.694)	59.861
Amortização (nota 24)	-	(381.722)	(124.283)	(42.104)	(375.445)	(135)	-	(923.689)
Saldo em 30.06.14	**10.013.222**	**1.929.313**	**1.234.159**	**1.368.349**	**14.142.014**	**201**	**51.763**	**28.739.021**
Adições (Capex)	-	285.300	-	-	2.770.320	-	163.230	3.218.850
Transferências líquidas	-	175.049	-	-	-	-	(148.318)	26.731
Amortização	-	(379.605)	(124.283)	(42.103)	(365.736)	(88)	-	(911.815)
Saldo em 31.12.14	**10.013.222**	**2.010.057**	**1.109.876**	**1.326.246**	**16.546.598**	**113**	**66.675**	**31.072.787**
Adições (Capex)	-	220.836	-	-	116	-	193.728	414.680
Baixas líquidas	-	(8)	-	-	-	-	-	(8)
Transferências líquidas	-	179.790	-	-	-	-	(179.111)	679
Amortização (nota 24)	-	(390.257)	(124.283)	(42.104)	(451.283)	(81)	-	(1.008.008)
Saldo em 30.06.15	**10.013.222**	**2.020.418**	**985.593**	**1.284.142**	**16.095.431**	**32**	**81.292**	**30.480.130**

	Consolidado							
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						
	Ágio	*Softwares*	Carteira de clientes	Marcas e patentes	Licenças	Outros ativos intangíveis	*Softwares* em andamento	Total
Custo								
Saldo em 31.12.13	**10.225.280**	**1.987.634**	**1.358.442**	**1.410.453**	**14.474.566**	**336**	**46.348**	**29.503.059**
Adições (Capex)	-	212.430	-	-	-	-	104.109	316.539
Baixas líquidas	-	(124)	-	-	-	-	-	(124)
Transferências líquidas	-	115.662	-	-	42.893	-	(98.694)	59.861
Amortização (nota 24)	-	(382.770)	(124.283)	(42.104)	(375.445)	(135)	-	(924.737)
Saldo em 30.06.14	**10.225.280**	**1.932.832**	**1.234.159**	**1.368.349**	**14.142.014**	**201**	**51.763**	**28.954.598**
Adições (Capex)	-	285.300	-	-	2.770.320	-	163.230	3.218.850
Transferências líquidas	-	175.049	-	-	-	-	(148.318)	26.731
Amortização	-	(380.545)	(124.283)	(42.103)	(365.736)	(88)	-	(912.755)
Saldo em 31.12.14	**10.225.280**	**2.012.636**	**1.109.876**	**1.326.246**	**16.546.598**	**113**	**66.675**	**31.287.424**
Adições (Capex)	-	229.935	-	-	116	-	193.728	423.779
Baixas líquidas	-	(9)	-	-	-	-	-	(9)
Transferências líquidas	-	164.990	-	-	-	-	(179.111)	(14.121)
Amortização (nota 24)	-	(401.146)	(179.314)	(48.270)	(451.283)	(2.074)	-	(1.082.087)
Combinação de negócios (nota 3)	12.033.863	209.051	2.414.000	37.000	-	139.977	-	14.833.891
Saldo em 30.06.15	**22.259.143**	**2.215.457**	**3.344.562**	**1.314.976**	**16.095.431**	**138.016**	**81.292**	**45.448.877**

A seguir, apresentamos a composição dos ágios em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	Controladora	Consolidado
Ajato Telecomunicação Ltda.	149	149
Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (a)	-	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (b)	71.892	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (c)	780.693	780.693
Vivo Participações S. A. (d)	9.160.488	9.160.488
GVT Participações S. A. (e)	-	12.033.863
Total	**10.013.222**	**22.259.143**

(a) Ágio gerado da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.
(b) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.
(c) Ágio gerado na aquisição da Telefônica Televisão Participações (anteriormente Navytree) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.
(d) Ágio gerado na aquisição/incorporação da Vivo Participações ocorrida em 2011.
(e) Ágio gerado na aquisição da GVT Participações ocorrida em 2015 (nota 3).

c) Taxas de amortização

Os ativos intangíveis com vida útil definida da Companhia, são amortizados de forma linear à taxa anual, como segue:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora	Consolidado
Softwares	20,00	20,00
Carteira de clientes	11,76	11,76 a 12,99
Marcas e patentes	5,13	5,13 a 66,67
Licenças	3,60 a 6,67	3,60 a 6,67
Outros ativos intangíveis	20,00	5,00 a 20,00

14) PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Salários e remunerações	23.201	27.754	29.600	27.754
Encargos e benefícios sociais	332.831	267.736	478.814	271.082
Participação de empregados nos resultados	128.452	197.019	161.600	199.284
Planos de remuneração baseados em ações (nota 31)	22.214	18.793	22.226	18.793
Outras indenizações	56.339	193.297	56.339	193.297
Total	**563.037**	**704.599**	**748.579**	**710.210**
Circulante	484.484	585.770	670.014	591.381
Não circulante	78.553	118.829	78.565	118.829

15) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Fornecedores diversos	6.204.765	6.521.830	7.080.269	6.794.000
Valores a repassar	142.218	103.016	158.554	102.915
Interconexão / interligação	376.839	445.192	404.234	445.192
Partes relacionadas (nota 28)	643.734	605.594	390.667	299.084
Total	**7.367.556**	**7.675.632**	**8.033.724**	**7.641.191**

16) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Tributos sobre a renda	-	-	**36.440**	**16.355**
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	36.440	16.355
Tributos indiretos	**1.143.518**	**1.277.709**	**1.557.386**	**1.332.444**
ICMS	873.766	968.800	1.073.709	969.953
PIS e COFINS	183.655	194.627	334.595	236.556
Fust e Funttel	34.128	35.975	83.613	35.975
ISS, CIDE e outros tributos	51.969	78.307	65.469	89.960
Total	**1.143.518**	**1.277.709**	**1.593.826**	**1.348.799**
Circulante	1.085.837	1.236.330	1.508.145	1.281.673
Não circulante	57.681	41.379	85.681	67.126

17) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)

a) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Receber

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía saldos a receber de dividendos da TData no montante de R$174.726.

Movimentação:

	Controladora
Saldo em 31.12.14	**174.726**
Dividendos complementares de 2014	524.177
Recebimentos de dividendos e JSCP	(698.903)
Saldo em 30.06.15	-

Notas Explicativas

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de Controlada estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar

Composição:

	Controladora/Consolidado	
	30.06.15	31.12.14
Telefónica Internacional S.A.	768.858	316.008
Telefónica S.A.	647.569	261.318
SP Telecomunicações Participações Ltda	509.348	198.350
Telefónica Chile S.A.	1.551	626
Acionistas não controladores	1.147.912	719.019
Total	**3.075.238**	**1.495.321**

Movimentação:

	Controladora/ Consolidado
Saldo em 31.12.14	**1.495.321**
Dividendos complementares de 2014	2.768.592
Dividendos e JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	707.750
Prescrição de dividendos e JSCP	(58.623)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(1.841.617)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	3.815
Saldo em 30.06.15	**3.075.238**

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida ao patrimônio líquido para posterior distribuição.

18) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e as controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e controladas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A seguir, demonstramos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente e provisão para desmantelamento.

Notas Explicativas

	Controladora					
	Provisões para demandas judiciais					
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (a)	Provisão para desmantelamento (b)	Total
Saldos em 31.12.13	**988.180**	**2.133.934**	**970.403**	**275.677**	**235.998**	**4.604.192**
Ingressos	89.821	151.398	223.862	-	19.517	484.598
Baixas por pagamento	(58.002)	(35.636)	(54.533)	-	-	(148.171)
Baixas por reversão	(19.746)	(19.981)	(67.460)	(10.716)	(5.558)	(123.461)
Atualização monetária	19.309	81.103	55.817	9.676	-	165.905
Saldos em 30.06.14	**1.019.562**	**2.310.818**	**1.128.089**	**274.637**	**249.957**	**4.983.063**
Ingressos	143.834	19.955	308.597	-	117.565	589.951
Baixas por pagamento	(141.666)	(31.996)	(174.808)	-	-	(348.470)
Baixas por reversão	(43.629)	(6.917)	(110.001)	(6.239)	(120.593)	(287.379)
Atualização monetária	35.025	88.038	45.594	9.210	-	177.867
Saldos em 31.12.14	**1.013.126**	**2.379.898**	**1.197.471**	**277.608**	**246.929**	**5.115.032**
Ingressos	203.399	122.274	352.722	-	37.332	715.727
Baixas por pagamento	(141.788)	-	(191.195)	-	-	(332.983)
Baixas por reversão	(36.855)	(22)	(110.728)	(7.332)	(8.143)	(163.080)
Atualização monetária	46.127	103.268	87.554	5.512	-	242.461
Saldos em 30.06.15	**1.084.009**	**2.605.418**	**1.335.824**	**275.788**	**276.118**	**5.577.157**
Em 30.06.15						
Circulante	123.151	-	654.472	-	-	777.623
Não circulante	960.858	2.605.418	681.352	275.788	276.118	4.799.534
Em 31.12.14						
Circulante	124.599	-	549.677	-	-	674.276
Não circulante	888.527	2.379.898	647.794	277.608	246.929	4.440.756

	Consolidado					
	Provisões para demandas judiciais					
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (a)	Provisão para desmantelamento (b)	Total
Saldos em 31.12.13	**988.180**	**2.148.800**	**970.403**	**275.677**	**240.753**	**4.623.813**
Ingressos	89.821	151.412	223.862	-	19.517	484.612
Baixas por pagamento	(58.002)	(35.636)	(54.533)	-	-	(148.171)
Baixas por reversão	(19.746)	(19.981)	(67.460)	(10.716)	(5.558)	(123.461)
Atualização monetária	19.309	81.717	55.817	9.676	-	166.519
Saldos em 30.06.14	**1.019.562**	**2.326.312**	**1.128.089**	**274.637**	**254.712**	**5.003.312**
Ingressos	143.834	19.954	308.597	-	117.565	589.950
Baixas por pagamento	(141.666)	(31.996)	(174.808)	-	-	(348.470)
Baixas por reversão	(43.629)	(6.917)	(110.001)	(6.239)	(120.593)	(287.379)
Atualização monetária	35.025	88.688	45.594	9.210	-	178.517
Saldos em 31.12.14	**1.013.126**	**2.396.041**	**1.197.471**	**277.608**	**251.684**	**5.135.930**
Ingressos	204.242	122.274	362.160	4.550	37.332	730.558
Baixas por pagamento	(143.245)	-	(202.216)	-	-	(345.461)
Baixas por reversão	(37.683)	(22)	(110.728)	(7.332)	(8.143)	(163.908)
Atualização monetária	46.127	104.437	88.040	7.769	13.824	260.197
Combinação de negócios (nota 3)	15.739	2.834	80.377	429.078	85.562	613.590
Saldos em 30.06.15	**1.098.306**	**2.625.564**	**1.415.104**	**711.673**	**380.259**	**6.230.906**
Em 30.06.15						
Circulante	127.430	-	666.588	-	-	794.018
Não circulante	970.876	2.625.564	748.516	711.673	380.259	5.436.888
Em 31.12.14						
Circulante	124.599	-	549.677	-	-	674.276
Não circulante	888.527	2.396.041	647.794	277.608	251.684	4.461.654

(a) Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do *Purchase Price Allocation* (PPA) gerados na aquisição do controle da Vivo Participações em 2011 e da GVTPart. em 2015 (nota 3).

(b) Referem-se aos custos a serem incorridos na eventual necessidade de devolver aos proprietários os *sites* (localidades destinadas a instalações de rádios base, equipamentos e imóveis) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

18.1) Provisões e Contingências Trabalhistas

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Natureza/Grau de Risco	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Provisões prováveis	1.084.009	1.013.126	1.098.306	1.013.126
Contingências possíveis	228.561	229.715	329.750	229.715

Notas Explicativas

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex- empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex- empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados ("PAMA"), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações, em sua maioria, aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e do Tribunal Superior do Trabalho. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Civis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referente a estas Ações Civis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

18.2) Provisões e Contingências Tributárias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Natureza/Grau de Risco	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Provisões prováveis	2.605.418	2.379.898	2.625.564	2.396.041
Federais	2.516.831	2.302.029	2.535.269	2.318.172
Estaduais	71.088	61.134	71.356	61.134
Municipais	17.499	16.735	18.939	16.735
Contingências possíveis	22.588.403	21.186.885	24.725.069	21.401.796
Federais	5.053.036	4.973.141	5.755.479	4.981.909
Estaduais	10.439.180	9.805.466	11.411.954	9.930.020
Municipais	693.960	658.468	731.146	660.084
ANATEL	6.402.227	5.749.810	6.826.490	5.829.783

Provisões tributárias prováveis

Tributos Federais

A Companhia e/ou controladas mantém discussões administrativas e judiciais relativas à (i) contribuições adicionais ao FGTS sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela Companhia em nome dos empregados); (ii) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados pela Companhia; (iii) contribuições sociais referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de notas fiscais e faturas recebidas de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; (iv) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (v) não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST; (vi) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08; (vii) Taxas Fistel (TFI e TFF) sobre estações móveis; (viii) IRRF sobre juros sobre capital próprio; (ix) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL, instituído pela Resolução nº 451/06; (x) compensação de FINSOCIAL; (xi) falta de retenção da contribuição social incidente sobre serviços prestados, de remuneração, salários e outros salários de contribuição; (xii) COFINS, exigência decorrente da adoção de faturamento como base de cálculo sem o cômputo de receitas financeiras; (xiii) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98; e (xiv) Imposto sobre o lucro líquido.

Em 30 de junho de 2015, os montantes consolidados provisionados totalizavam R$2.535.269 (R$2.318.172 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

Tributos Estaduais

A Companhia e/ou controladas mantém discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas à (i) créditos de ICMS sobre energia elétrica bem como outros créditos de ICMS com ausência de comprovação documental; (ii) serviços de telecomunicações não tributados pelo ICMS; (iii) glosa do ICMS sobre incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (iv) multa administrativa ambiental; (v) glosa de crédito de ICMS referente ao Convênio 39; (vi) *cobilling*; e (vii) diferencial de alíquota.

Em 30 de junho de 2015, os montantes consolidados provisionados totalizavam R$71.356 (R$61.134 em 31 de dezembro de 2014).

Tributos Municipais

A Companhia e/ou controladas mantém diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, relativas à (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; (iii) taxa de vigilância, controle e fiscalização ("TVCF"); e (iv) retenção de ISS sobre serviços de empreitada.

Em 30 de junho de 2015, os montantes consolidados provisionados totalizavam R$18.939 (R$16.735 em 31 de dezembro de 2014).

Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e com a ANATEL, descritos a seguir:

Tributos Federais

A Companhia e/ou controladas mantém diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS (contribuição previdenciária) sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do "Plano Verão" e "Plano Bresser", SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE), fornecimento de refeições aos empregados, retenção de 11% (cessão de mão de obra); (iii) IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) PIS incidente sobre *roaming*; (v) CPMF incidente sobre operações decorrentes de convênio de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional ("STN") (compensação via SIAFI) e sobre contratos de câmbio simbólicos exigidos pelo Banco Central do Brasil; (vi) IRPJ e CSLL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; (vii) IRPJ e CSLL - glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; (viii) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (ix) PIS / COFINS regime de competência versus regime de caixa; (x) IRPJ devido em decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR, FINAN ou FUNRES; (xi) IRPJ sobre operações com derivativos; (xii) IRPJ e CSLL, glosa das despesas relacionadas ao ágio pago na aquisição da Celular CRT S.A. e decorrente do processo de privatização e reestruturações societárias da Vivo S.A. e ágio decorrente das operações de incorporação da Navytree e TDBH; (xiii) ágio decorrente da compra da GVT Holding pela Vivendi; (xiv) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº. 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; (xv) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como "*Fixed access unit"* (unidade de acesso fixo) para clientes a título de comodato; (xvi) PIS e COFINS sobre serviços de valor agregado; (xvii) INSS - *Stock Options* exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; e (xviii) IOF exigência relativa as operações de mútuo, *intercompanies* e operações de crédito.

Em 30 de junho de 2015, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R$5.755.479 (R$4.981.909 em 31 de dezembro de 2014).

Tributos Estaduais

A Companhia e/ou controladas mantém diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Notas Explicativas

Dentre as ações, destacam-se: (i) sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de *modem* Speedy; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) creditamento indevido relativo à obtenção de bens destinados ao ativo fixo e falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado e cobrança de ICMS na transferência interestadual de bens de ativo fixo entre as filiais; (iv) valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o Estado de São Paulo; (vi) *co-billing*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); (xii) cobrança diferida do ICMS interconexão (Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços - DETRAF); (xiii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiv) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xv) transferências de bens do ativo entre estabelecimentos próprios; (xvi) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvii) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xviii) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xix) multa Detraf; (xx) consumo próprio; (xxi) isenção de órgãos públicos; (xxii) emissão de notas fiscais com valor do ICMS negativo pela concessão de descontos condicionais; (xxiii) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco; (xxiv) sobre assinatura; e (xxv) sobre serviços não medidos.

Para os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, a GVTPart. constituiu provisão no valor de R$28.661 para os quais entende como provável o pagamento deste tributo. Este montante está registrado e demonstrado no balanço patrimonial no grupo de “Outros, impostos, taxas e contribuições”.

Em 30 de junho de 2015, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R$11.411.954 (R$9.930.020 em 31 de dezembro de 2014).

Tributos Municipais

A Companhia e/ou controladas mantém diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) ISS de atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (ii) ISS retenção na fonte; (iii) IPTU; (iv) taxa de uso do solo; (v) diversas taxas municipais; (vi) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (vii) serviços de publicidade; (viii) serviços prestados por terceiros; (ix) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefónica Internacional; (x) ISS incidente sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; e (xi) ISS sobre prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas.

Em 30 de junho de 2015, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R$731.146 (R$660.084 em 31 de dezembro de 2014).

ANATEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (“FUST”)

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6° da Lei n.° 9.998/00, os quais aguardam julgamento de 2ª instância judicial.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 30 de junho de 2015, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R$3.640.651 (R$3.139.254 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")

A Companhia e/ou controladas mantém ações administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento de 1ª instância administrativa e 2ª instância judicial. As referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (interconexão).

Em 30 de junho de 2015, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R$888.595 (R$716.369 em 31 de dezembro de 2014).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal, a ANATEL realiza a cobrança da TFI.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia questiona em âmbito judicial a referida taxa.

Em 30 de junho de 2015, os valores consolidados envolvidos totalizavam R$2.291.811 (R$1.971.290 em 31 de dezembro de 2014), sem o respectivo depósito judicial.

Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração ("PPNUM")

A Companhia em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de PPNUM cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Companhia efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial.

Em 30 de junho de 2015, o valor consolidado envolvido totalizava R$5.433 (R$2.870 em 31 de dezembro de 2014).

18.3) Provisões e Contingências Cíveis e Regulatórias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Natureza/Grau de Risco	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Provisões prováveis	1.335.824	1.197.471	1.415.104	1.197.471
Cíveis	830.096	772.658	870.479	772.658
Regulatórias	505.728	424.813	544.625	424.813
Contingências possíveis	5.223.490	4.484.947	5.407.627	4.484.947
Cíveis	2.261.375	1.873.607	2.350.486	1.873.607
Regulatórias	2.962.115	2.611.340	3.057.141	2.611.340

Provisões cíveis prováveis

- A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 30 de junho de 2015 o montante consolidado provisionado era de R$167.240 (R$138.654 em 31 de dezembro de 2014).

- A Companhia é parte em diversas demandas cíveis de natureza consumidor nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto o não cumprimento dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 30 de junho de 2015 o montante consolidado provisionado era de R$372.865 (R$325.571 em 31 de dezembro de 2014).

- A Companhia é parte em diversas demandas cíveis de naturezas não consumeristas nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 30 de junho de 2015, o montante consolidado provisionado era de R$330.374 (R$308.433 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

Provisões regulatórias prováveis

A Companhia e a GVTPart. figuram como partes em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2015, o montante consolidado provisionado era de R$544.625 (R$424.813 em 31 de dezembro de 2014).

Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- Processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao Plano Comunitário de Telefonia ("PCT"), que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total consolidado envolvido de aproximadamente R$381.224 em 30 de junho de 2015 (R$336.758 em 31 de dezembro de 2014). O Tribunal de Justiça de São Paulo ("TJSP") reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para Telefonia do Município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP e está aguardando julgamento do recurso.

- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL ("ASTEL") no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia ("PAMA") e em apertada síntese, restabelecimento ao *"status quo"* anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando decisão de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário quanto a decisão de 2º grau, que reformou a sentença de improcedência. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.

- Ações Civis Públicas propostas pela ASTEL no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação ("FENAPAS"), ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em apertada síntese o "*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*", que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.

- O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Publico foi de R$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento.

  Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, depois de decorrido o prazo de 1 ano, foi fixado pelo juiz o valor de R$60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente a esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa. Em 13 de abril de 2015, o Recurso de Apelação da Companhia foi julgado, tendo por votação unânime, reformada a sentença de 1ª instância que havia condenado a Companhia ao pagamento de danos morais e materiais supostamente carreados à todos os consumidores afetados pelos "problemas" na prestação de serviço.

Notas Explicativas

- A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 30 de junho de 2015, o montante consolidado provisionado era de R$1.957.298 (R$1.525.908 em 31 de dezembro de 2014).

- A Companhia vem recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do Serviço de Atendimento ao Consumidor ("SAC"). Atualmente temos diversas ações (processos administrativos e judiciais). Em 30 de junho de 2015 um montante consolidado de R$11.964 (R$10.941 em 31 de dezembro de 2014).

- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda ("Lune"), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca "Bina". Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

  Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas ("Bina"), com multa diária de R$10.000,00 em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença pendente de julgamento. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são rés em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria, apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo está em conformidade com as normas da ANATEL. Com base na opinião de consultores jurídicos, as ações coletivas tem a probabilidade de um resultado desfavorável considerada remota.

Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

- A Companhia mantém processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2015 no montante consolidado de R$3.057.141 (R$2.611.340 em 31 de dezembro de 2014).

- Processos administrativos e judiciais que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

  Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão e outras receitas operacionais, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Notas Explicativas

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Companhia, no âmbito administrativo e judicial, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

18.4) Garantias

A Companhia e Controlada concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Em 30.06.15					
	Controladora			Consolidado		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	163.856	4.966.550	2.514.105	198.131	5.556.108	2.987.374
Total	**163.856**	**4.966.550**	**2.514.105**	**198.131**	**5.556.108**	**2.987.374**

Em 30 de junho de 2015, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e Controlada possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R$61.498 (R$64.899 em 31 de dezembro de 2014).

19) RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Serviços e mercadorias (a)	635.994	764.791	635.994	764.791
Alienação de ativos imobilizados (b)	122.675	124.247	122.675	124.247
Receita de habilitação (c)	87.938	91.954	103.553	106.209
Programa de fidelização (d)	93.113	92.670	93.113	92.670
Subvenções governamentais (e)	117.959	77.113	117.959	77.113
Doações de equipamentos (f)	8.697	8.947	8.697	8.947
Outras receitas (g)	60.349	25.824	60.349	25.824
Total	**1.126.725**	**1.185.546**	**1.142.340**	**1.199.801**
Circulante	631.101	704.589	645.720	717.019
Não circulante	495.624	480.957	496.620	482.782

(a) Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes. Inclui o montante do contrato que a Companhia celebrou para a exploração industrial de rede móvel, de sua propriedade, por outra operadora do SMP nas Regiões I, II e III do plano geral de autorizações, a qual se destina, exclusivamente, à prestação do SMP pela operadora a seus usuários.

(b) Refere-se aos saldos líquidos dos valores residuais da operação de alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, que serão transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.

(c) Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na planta.

(d) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Companhia mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.

(e) Refere-se aos valores de subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de linha de financiamento junto ao BNDES, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicação em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos e subvenções decorrentes de projetos relativos a tributos estaduais, que estão sendo amortizados pelos prazos contratuais.

(f) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.

(g) Inclui valores do processo de ressarcimento pelos custos de desocupação das subfaixas de radiofrequência 2.500MHz a 2.690MHz em decorrência da desativação do Serviço de Distribuição Multiponto Multicanal (MMDS).

Notas Explicativas

20) EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, ARRENDAMENTO FINANCEIRO E CONTRAPRESTAÇAO CONTINGENTE

a) Composição

	Controladora								
	Informações em 30 de junho de 2015			30.06.15			31.12.14		
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Local				**1.293.202**	**5.301.305**	**6.594.507**	**1.445.347**	**5.116.491**	**6.561.838**
Empréstimos e Financiamentos				**495.307**	**1.284.146**	**1.779.453**	**665.848**	**1.498.983**	**2.164.831**
Financiamento – BNDES	URTJLP (a)	TJLP+ 0 a 9%	15/07/19	335.238	1.081.757	1.416.995	510.323	1.224.052	1.734.375
Financiamento – BNDES	BRL	2,5 a 8,7%	15/01/23	95.236	180.778	276.014	87.495	220.903	308.398
Financiamento – BNB	BRL	10,00%	30/10/16	64.833	21.611	86.444	68.030	54.028	122.058
Arrendamento Financeiro	**R$**		**31/08/33**	**29.600**	**246.810**	**276.410**	**24.452**	**205.892**	**230.344**
Debêntures				**768.295**	**3.418.440**	**4.186.735**	**755.047**	**3.411.616**	**4.166.663**
4ª emissão – Série 2	R$	106,8% do CDI	15/10/15	657.377	-	657.377	655.738	-	655.738
4ª emissão – Série 3	R$	IPCA+4,00%	15/10/19	933	32.250	33.183	270	30.915	31.185
1ª emissão – Minas Comunica	R$	IPCA+0,50%	05/07/21	-	87.428	87.428	-	82.186	82.186
3ª emissão	R$	100% do CDI + 0,75	10/09/17	79.776	1.999.539	2.079.315	71.825	1.999.433	2.071.258
4ª emissão	R$	100% do CDI + 0,68	25/04/18	30.209	1.299.223	1.329.432	27.214	1.299.082	1.326.296
Contraprestação Contingente	R$			-	**351.909**	**351.909**	-	-	-
Moeda Estrangeira				**123.602**	**425.577**	**549.179**	**819.171**	**418.251**	**1.237.422**
Empréstimos e Financiamentos				**123.602**	**425.577**	**549.179**	**819.171**	**418.251**	**1.237.422**
Empréstimos – BEI	US$			-	-	-	716.963	-	716.963
Financiamento – BNDES	UMBND (b)	ECM (c) + 2,38%	15/07/19	123.602	425.577	549.179	101.933	418.251	520.184
Comissão BBVA	R$			-	-	-	275	-	275
Total				**1.416.804**	**5.726.882**	**7.143.686**	**2.264.518**	**5.534.742**	**7.799.260**
Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Financeiro				648.509	1.956.533	2.605.042	1.509.471	2.123.126	3.632.597
Debêntures				768.295	3.418.440	4.186.735	755.047	3.411.616	4.166.663
Contraprestação Contingente				-	351.909	351.909	-	-	-
Total				**1.416.804**	**5.726.882**	**7.143.686**	**2.264.518**	**5.534.742**	**7.799.260**

	Consolidado								
	Informações em 30 de junho de 2015			30.06.15			31.12.14		
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Local				**1.674.405**	**6.564.997**	**8.239.402**	**1.445.347**	**5.116.491**	**6.561.838**
Empréstimos e Financiamentos				**876.510**	**2.547.838**	**3.424.348**	**665.848**	**1.498.983**	**2.164.831**
Financiamento – BNDES	URTJLP (a)	TJLP+ 0 a 9%	15/07/19	576.405	2.045.414	2.621.819	510.323	1.224.052	1.734.375
Financiamento – BNDES	BRL	2,5 a 8,7%	15/01/23	110.374	270.690	381.064	87.495	220.903	308.398
Financiamento – BNDES	BRL	IPCA + 2,95% + TR a.a	15/07/16	33.885	28.119	62.004	-	-	-
Financiamento – BNDES	BRL	SELIC ACUM. D-2 + 2,32% a.a	15/01/23	639	137.325	137.964	-	-	-
Financiamento – BNB	BRL	7,0% a 10%	30/10/16	65.250	66.290	131.540	68.030	54.028	122.058
Confirming	BRL	15,0%		89.957	-	89.957	-	-	-
Arrendamento Financeiro	**R$**		**31/08/33**	**29.600**	**246.810**	**276.410**	**24.452**	**205.892**	**230.344**
Debêntures				**768.295**	**3.418.440**	**4.186.735**	**755.047**	**3.411.616**	**4.166.663**
4ª emissão – Série 2	R$	106,8% do CDI	15/10/15	657.377	-	657.377	655.738	-	655.738
4ª emissão – Série 3	R$	IPCA+4,00%	15/10/19	933	32.250	33.183	270	30.915	31.185
1ª emissão – Minas Comunica	R$	IPCA+0,50%	05/07/21	-	87.428	87.428	-	82.186	82.186
3ª emissão	R$	100% do CDI + 0,75	10/09/17	79.776	1.999.539	2.079.315	71.825	1.999.433	2.071.258
4ª emissão	R$	100% do CDI + 0,68	25/04/18	30.209	1.299.223	1.329.432	27.214	1.299.082	1.326.296
Contraprestação Contingente	R$			-	**351.909**	**351.909**	-	-	-
Moeda Estrangeira				**2.869.550**	**425.577**	**3.295.127**	**819.171**	**418.251**	**1.237.422**
Empréstimos e Financiamentos				**2.869.550**	**425.577**	**3.295.127**	**819.171**	**418.251**	**1.237.422**
Empréstimos – BEI	US$			-	-	-	716.963	-	716.963
Senior Debit	EUR	Euribor + 1,05% a.a	26/10/15	2.745.948	-	2.745.948	-	-	-
Financiamento – BNDES	UMBND (b)	ECM (c) + 2,38%	15/07/19	123.602	425.577	549.179	101.933	418.251	520.184
Comissão BBVA	R$			-	-	-	275	-	275
Total				**4.543.955**	**6.990.574**	**11.534.529**	**2.264.518**	**5.534.742**	**7.799.260**
Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Financeiro				3.775.660	3.220.225	6.995.885	1.509.471	2.123.126	3.632.597
Debêntures				768.295	3.418.440	4.186.735	755.047	3.411.616	4.166.663
Contraprestação Contingente				-	351.909	351.909	-	-	-
Total				**4.543.955**	**6.990.574**	**11.534.529**	**2.264.518**	**5.534.742**	**7.799.260**

(a) URTJLP – Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo, utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento.
(b) UMBND – Unidade monetária, baseada em uma cesta de moedas utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento que tenham como base recursos captados em moeda estrangeira.
(c) ECM é a taxa divulgada pelo BNDES trimestralmente e refere-se aos encargos de cesta de moedas.

Notas Explicativas

b) Empréstimos e Financiamentos

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES")

- Em 23 de outubro de 2007, foi aprovado um crédito de R$2.034.717, sendo o subcrédito "A" no valor de R$1.926.309 (TJLP + 3,73% a.a.) e o subcrédito "B" no valor de R$108.408 (TJLP + 1,73% a.a.), prazo total de 8 anos, com pagamento de principal em 60 prestações mensais e sucessivas, com um período de carência vencido em 15 de maio de 2010. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos foram comprovados e aceitos pelo BNDES e teve como finalidade o financiamento de investimentos de produtos e serviços de produção nacional.

  O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2014 era de R$170.536, sendo totalmente liquidado em 15 de maio de 2015.

- Em 14 de outubro de 2011, foi contratada uma linha de financiamento no montante de R$3.031.110, readequada em 2013 para R$2.152.098, sendo o subcrédito "A" no valor de R$1.360.455 (TJLP + 3,38% a.a.), subcrédito "B" no valor de R$406.206 (UMBND + 2,38% a.a.), subcrédito "C" no valor de R$282.149 (TJLP + 1,48% a.a.), subcrédito "D" no valor de R$80.948 (TJLP + 4,08% a.a.) e o subcrédito "E" no valor de R$22.340 (TJLP), prazo total de 8 anos, com um período de carência vencido em 15 de julho de 2014. Após esse período serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas, para contemplar novas negociações de linhas e modalidades de crédito com o banco. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia e os recursos foram destinados a investimentos na expansão e melhoria da rede atual, implantação de infraestrutura necessária para novas tecnologias, entre os anos de 2011 e 2013, além da construção de um *data center* em Tamboré (SP) e projetos sociais.

  Como dois dos cinco subcréditos que constituem esse financiamento têm taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado (TJLP e TJLP + 1,48% a.a.), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES foi ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado, resultando em um saldo até 30 de junho de 2015 de R$11.855 (R$13.517 em 31 de dezembro de 2014), nota 19.

  O saldo deste contrato em 30 de junho de 2015 era de R$1.965.281 (R$2.049.346 em 31 de dezembro de 2014).

- Em 1º de janeiro de 2010, foi aprovada uma linha de financiamento no montante de até R$319.927, com taxas de 4,5% e 5,5% a.a., prazo total de 10 anos, com pagamento de principal em 96 prestações mensais e sucessivas desde 15 de março de 2012, após um período de 2 anos de carência. Estes recursos foram obtidos através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI), sendo utilizados em projetos de ampliação da capacidade de rede via aquisição de equipamentos nacionais previamente cadastrados (finamizáveis) junto ao BNDES e liberados conforme a comprovação de realização dos investimentos. Até 31 de dezembro de 2012 foram liberados R$184.489 e o saldo remanescente de R$135.438 foi cancelado.

  Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (4,5% a 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado, resultando em um saldo até 30 de junho de 2015 de R$11.049 (R$13.614 em 31 de dezembro de 2014), nota 19.

  O saldo deste contrato em 30 de junho de 2015 era de R$101.454 (R$110.456 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

- Entre 24 de novembro de 2010 e 31 de março de 2011, foram aprovadas linhas de financiamento no montante total de R$29.066, com taxas de 5,5% a.a., TJLP + 5,7% a.a. e TJLP + 9,0% a.a., prazo total de 5 anos, com pagamento de principal em 48 prestações mensais e sucessivas desde 15 de janeiro de 2012, após um período de 1 ano de carência. Em 15 de dezembro de 2011, foram aprovados R$11.097, com taxas de 5,0% a.a. e 8,7% a.a., prazo total de 36 meses, com pagamento de principal em 30 prestações mensais e sucessivas até a liquidação ocorrida em 15 de março de 2015. Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovados mais R$9.493, com taxa de 2,5% a.a., prazo de 36 meses, sendo 6 meses de carência de principal que foram totalmente liberados de acordo com a comprovação de realização de investimentos. A totalidade destas linhas de financiamento já foi sacada pela Companhia.

  Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (2,5% a.a. e 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em um saldo até 30 de junho de 2015 de R$239 (R$826 em 31 de dezembro de 2014), nota 19.

  O saldo deste contrato em 30 de junho de 2015 era de R$6.397 (R$12.863 em 31 de dezembro de 2014).

- Em 1º de dezembro de 2010, foi aprovada linha de financiamento no montante de R$5.417, readequada posteriormente para R$2.262, com taxa de 5,5% a.a., prazo total de 10 anos, com pagamento de principal em 96 prestações mensais e sucessivas desde 15 de fevereiro de 2013, após um período de 2 anos de carência, através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.

  Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (5,5% a.a. pré-fixados), esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em 30 de junho de 2015 em R$220 (R$242 em 31 de dezembro de 2014), nota 19.

  O saldo deste contrato em 30 de junho de 2015 era de R$1.362 (R$1.724 em 31 de dezembro de 2014).

- Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovadas linhas de financiamento nos montantes de R$21.783 (posteriormente cancelada) e R$331.698, com taxa de 2,5% a.a., prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência de principal que são liberados conforme a comprovação de realização de investimentos. Até 30 de junho de 2015, foram liberados R$225.467 (R$212.887 em 31 de dezembro de 2014).

  Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (2,5% a.a. pré-fixados), esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em 30 de junho de 2015 em R$30.394 (R$31.286 em 31 de dezembro de 2014), nota 19.

  O saldo deste contrato em 30 de junho de 2015 era de R$164.316 (R$213.985 em 31 de dezembro de 2014).

- Em 1º de agosto de 2013, foram aprovadas linhas de financiamento no montante de R$4.030, com taxa de 3,5% a.a., prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência de principal, que foram liberados conforme a comprovação de realização de investimentos. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.

  Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (3,5% a.a. pré-fixados), esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em 30 de junho de 2015 em R$676 (R$737 em 31 de dezembro de 2014), nota 19.

  O saldo deste contrato em 30 de junho de 2015 era de R$3.371 (R$4.047 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

- Em 12 de dezembro de 2008, foi aprovado um crédito de R$615.909 para a GVT, sendo o subcrédito "A" no valor de R$158.520 (IPCA + TR + 2,95% a.a.) prazo total de 8 anos, com pagamento de principal em 6 prestações anuais e sucessivas, com um período de carência vencido em 15 de Julho de 2011. O subcrédito "B" no valor de R$369.880 (TJLP + 2,95% a.a.) e o subcrédito "C" no valor de R$87.509 (TJLP + 2,05% a.a.), prazo total de 9 anos, com pagamento de principal em 72 prestações mensais e sucessivas, com um período de carência vencido em 15 de junho de 2011. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos estão comprovados e aceitos pelo BNDES e teve como finalidade o financiamento de investimentos de produtos e serviços de produção nacional.

  Em 21 de junho de 2010, a GVT recebeu autorização do BNDES referente a solicitação para liquidação antecipada parcial deste contrato. Os valores apresentados nesta nota representam o saldo da liquidação parcial executada em 15 de julho de 2010, mais as amortizações contratuais e regulares que se iniciaram em 15 de julho de 2011.

  O saldo deste contrato em 30 de junho de 2015 era de R$177.177.

- Em 9 de novembro de 2011 a GVT celebrou o segundo contrato de financiamento junto ao BNDES, obtendo recursos a serem destinados à complementação do plano de investimentos para o triênio 2011-2013, visando à expansão nas áreas de atuação atuais para novas áreas, modernização dos serviços de telecomunicação e *internet*, além do lançamento de novos serviços. O valor total do contrato é de R$1.184.107, sendo o subcrédito "A" no valor de R$875.365 (TJLP + 3,38% a.a.), subcrédito "B" no valor de R$222.703 (TJLP + 1,48% a.a.), subcrédito "C" no valor de R$81.177 (5% a.a.) e o subcrédito "D" no valor de R$4.862 (TJLP), prazo total de 9 anos, com um período de carência vencido em 15 de agosto de 2014. Após esse período serão pagos juros e amortizações do principal em 72 prestações mensais e sucessivas para os subcréditos "A", "B" e "D" e para o subcrédito "C" amortização em 63 parcelas mensais e sucessivas. O valor remanescente de R$45.490, foi cancelado em 9 de Abril de 2014 (subcrédito "B" R$40.929 e subcrédito "C" R$4.561)

  O saldo deste contrato em 30 de junho de 2015 era de R$982.389.

- Em 30 de dezembro de 2014 a GVT celebrou o terceiro contrato de financiamento junto ao BNDES obtendo recursos a serem destinados para o plano de investimentos para o triênio 2014-2016, visando à expansão nas áreas de atuação atuais e para novas expansões da companhia. O valor total do financiamento é de R$ 1.000.293, sendo o subcrédito "A" no valor de R$297.486 (TJLP + 3,12% a.a.), subcrédito "B" no valor de R$297.486 (Selic + 2,32% a.a.), subcrédito "C" no valor de R$105.332 (6% a.a.), o subcrédito "D" no valor de R$94.668 (4% a.a.), subcrédito "E" no valor de R$195.749 (TJLP + 2,32% a.a.) e o subcrédito "F" no valor de R$9.572 (TJLP) prazo total de 8 anos, com um período de carência vencido em 15 de janeiro de 2018 para os subcréditos "A", "B", "D", "E" e "F". Após esse período serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas, sendo a última em 15 de janeiro de 2023. Para o subcrédito "C" amortização em 60 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2022.

  O saldo deste contrato em 30 de junho de 2015 era de R$350.283.

<u>Banco Europeu de Investimentos ("BEI")</u>

Em 31 de outubro de 2007, foi contratada uma linha de financiamento no montante de €250 milhões (equivalente a US$365 milhões na data da contratação), com taxas de 4,18% e 4,47% a.a., prazo total de 7 anos com pagamento do principal em duas prestações. A primeira parcela de R$272.460 foi paga em 19 de dezembro de 2014 e a segunda parcela foi paga em 2 de março de 2015. Os juros foram cobrados semestralmente de acordo com as datas de cada liberação. Os recursos foram liberados em duas parcelas sendo a primeira em 19 de dezembro de 2007 e a segunda em 28 de fevereiro de 2008. O contrato possuía uma operação de *swap* atrelada que transformava o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI e que também foi liquidada de acordo com o vencimento de cada uma das parcelas. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2014 era de R$716.963.

Notas Explicativas

Banco do Nordeste ("BNB")

- Em 29 de janeiro de 2007 e 30 de outubro de 2008, a Companhia contratou linhas de financiamento nos montantes de R$247.240 e R$389.000, respectivamente, com taxa de 10% a.a., prazo total de 8 anos, com pagamento do principal em 78 e 72 parcelas, respectivamente, após o prazo de 2 anos de carência. Em 29 de janeiro de 2015, foi liquidada a primeira linha de financiamento. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste.

  O saldo deste contrato em 30 de junho de 2015 era de R$86.444 (R$122.058 em 31 de dezembro de 2014).

- Em 18 de agosto de 2014, a GVT contratou linhas de financiamento nos montantes de R$31.619 e R$115.014, com taxas de 7,06% a.a. e 8,24% a.a., respectivamente, prazo total de 8 anos, com pagamento do principal em 72 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência a vencer em 18 de setembro de 2016. Em 17 de abril de 2015, foi feita a captação parcial no valor total de R$5.719 referente à primeira linha e R$38.959 referente à segunda linha de financiamento. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento e expansão para a região Nordeste.

  O saldo deste contrato em 30 de junho de 2015 era de R$45.096.

Senior Debt

Em 9 de março de 2015, a GVT celebrou um contrato de financiamento junto ao banco *Societe Generale* no montante de €825 milhões com taxas de Euribor 3M + 1,05%.a.a, no prazo total de 180 dias a contar da captação.

O montante foi captado em duas tranches, sendo a primeira no dia 17 de março de 2015 no valor de €325 milhões (equivalente a R$1.102.563), com pagamento do principal em uma única prestação em 14 de setembro de 2015. A segunda tranche foi captada no dia 28 de abril de 2015 no valor de €465 milhões (equivalente a R$1.506.600), com pagamento do principal em sua totalidade no dia 26 de outubro de 2015. Os juros serão pagos trimestralmente de acordo com as datas de cada liberação. O contrato possui uma operação de *swap* atrelada que transforma o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI que será liquidada de acordo com o vencimento de cada uma das parcelas. O saldo remanescente no valor de €35 milhões foi cancelado em 16 de abril de 2015.

O saldo deste contrato em 30 de junho de 2015 era de R$2.745.948.

c) Arrendamento Financeiro

Arrendamentos mercantis financeiros, nos quais a Companhia obtém os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição arrendatária, relacionados a: (i) aluguel de torres e *rooftops*, decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro; (ii) aluguel de *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática e; (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão associados à rede de transmissão de energia, interligando cidades nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. O valor residual dos ativos mencionados foi mantido inalterado até momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

Os saldos dos valores a pagar referente às transações descritas acima, contemplam os seguintes efeitos:

Notas Explicativas

	Controladora/Consolidado	
	30.06.15	31.12.14
Valor nominal a pagar	707.851	653.240
Despesa financeira não realizada	(431.441)	(422.896)
Valor presente a pagar	**276.410**	**230.344**
Circulante	29.600	24.452
Não circulante	246.810	205.892

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar do arrendamento mercantil em 30 de junho de 2015:

	Controladora/Consolidado	
	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
Até um ano	32.384	29.600
Mais de um ano até cinco anos	146.760	103.929
Mais de cinco anos	528.707	142.881
Total	**707.851**	**276.410**

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

d) Debêntures

A seguir descrevemos algumas informações das debêntures vigentes em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Debêntures 1ª Emissão – Minas Comunica

Em cumprimento ao Contrato de Prestação de SMP, em conformidade com a Seleção Pública nº 001/07, o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, se comprometeu a subscrever debêntures, no âmbito do Programa Minas Comunica, utilizando recursos do Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações (FUNDOMIC). Por este Programa, o atendimento com o SMP a 134 localidades das áreas de registro 34, 35 e 38 seria viabilizado.

Em contrapartida à certificação pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico foram emitidas: (i) 621 debêntures na 1ª série da 1ª emissão, no valor de R$6.210, pelo atendimento a 15 localidades; (ii) 1.739 debêntures na 2ª série da 1ª emissão, no valor de R$17.390, pelo atendimento a 42 localidades; e (iii) 3.190 debêntures na 3ª série da 1ª emissão, no valor de R$31.900, pelo atendimento a 77 localidades, finalizando assim o programa de atendimento a 134 localidades dentro do Estado de Minas Gerais. Trata-se de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas e certificados, em até cinco séries.

O saldo em 30 de junho de 2015 era de R$87.428 (R$82.186 em 31 de dezembro de 2014).

Debêntures 4ª Emissão – Séries 1, 2 e 3

Em 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a 4ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R$810 milhões, cuja oferta base correspondeu a R$600 milhões, acrescida de R$210 milhões em virtude do exercício integral da opção de debêntures adicionais.

Os recursos obtidos por meio da emissão da oferta foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais e para reforço do seu capital de giro.

Notas Explicativas

1ª Série: Foram emitidas 98.000 debêntures na 1ª série. Considerando a não aprovação das condições de repactuação pelos titulares das debêntures da 1ª Série, a Companhia, conforme condições previstas na Escritura exerceu seu direito de realizar o resgate da totalidade das debêntures da 1ª série em 14 de novembro de 2014, para posterior cancelamento, no valor de R$93.150.

2ª Série: Foram emitidas 640.000 debêntures na 2ª série. Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a primeira repactuação das debêntures da 2ª série da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R$640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

3ª Série: Foram emitidas 72.000 debêntures na 3ª série Em 15 de outubro de 2014, ocorreu a primeira repactuação das debêntures da 3ª série da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 9 de setembro de 2014. O valor total repactuado foi de R$31.489, sendo que a Companhia resgatou as debêntures dos titulares dissidentes no valor de R$64.755 mantendo-as em tesouraria para posterior cancelamento.

O saldo em 30 de junho de 2015 era de R$690.560 (R$686.923 em 31 de dezembro de 2014).

Debêntures 3ª Emissão

Em 24 de julho de 2012 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no montante de até R$2 bilhões, com o prazo máximo de até 7 anos e com garantia firme de colocação.

Em 10 de setembro de 2012 foram emitidas 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária emitidas em série única, com valor nominal unitário de R$10.000,00, totalizando o montante de R$2 bilhões.

A remuneração é de 100,00% do CDI acrescida de um *spread* de 0,75% ao ano, base de 252 dias úteis. Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais e terão prazo de vigência de 5 anos, vencendo-se em 10 de setembro de 2017. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento.

As debêntures não possuem repactuação programada.

Os recursos obtidos por meio da oferta restrita foram destinados para investimentos diretamente à telefonia móvel de 4ª geração (especificamente para liquidar o preço da autorização do leilão 4G) e para a manutenção de liquidez e prolongamento de outras dívidas já contraídas pela Companhia.

Os custos de transação associados a esta emissão cujo montante em 30 de junho de 2015 era de R$461 (R$567 em 31 de dezembro de 2014), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

O saldo, líquido dos custos de transação, em 30 de junho de 2015 era de R$2.079.315 (R$2.071.258 em 31 de dezembro de 2014).

Debêntures 4ª Emissão

Em 11 de abril de 2013 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de uma captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no valor de R$1,3 bilhão.

Os recursos líquidos obtidos com a emissão serão integralmente utilizados para amortização de dívidas futuras, ao Capex de projetos desenvolvidos e no reforço de liquidez.

Foram emitidas 130.000 debêntures, com valor nominal unitário equivalente a R$10.000,00. As debêntures possuem prazo de vencimento de 5 anos contados da respectiva data da emissão, 25 de abril de 2013, vencendo-se, portanto, em 25 de abril de 2018. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente. A remuneração é de 100,00% do CDI acrescida de um *spread* de 0,68% ao ano, base de 252 dias úteis.

Notas Explicativas

Os custos de transação associados a esta emissão em 30 de junho de 2015 eram de R$777 (R$918 em 31 de dezembro de 2014).

O saldo, líquido dos custos de transação, em 30 de junho de 2015 era de R$1.329.432 (R$1.326.296 em 31 de dezembro de 2014).

e) Contraprestação Contingente

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi para a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart, foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Em setembro de 2014, a VT solicitou o cancelamento do recurso judicial e a devolução do montante depositado.

Caso a GVT tenha êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos.

O montante apurado na data efetiva da aquisição do controle da GVTPart (nota 3) é de R$344.217, registrado como "Depósitos Judiciais, não circulante" na GVT. Este montante está sujeito à atualização monetária mensalmente pela GVT e pela Companhia, utilizando o índice SELIC.

O saldo da contraprestação contingente em 30 de junho de 2015 era de R$351.909.

f) Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e contraprestação contingente em 30 de junho de 2015 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora					Consolidado				
Ano	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente	Total	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente	Total
2016	586.526	-	28.741	-	615.267	871.586	-	28.741	-	900.327
2017	552.557	3.298.762	27.072	-	3.878.391	782.903	3.298.762	27.072	-	4.108.737
2018	517.544	45.803	25.402	-	588.749	785.814	45.803	25.402	-	857.019
2019	53.096	46.125	22.714	-	121.935	312.852	46.125	22.714	-	381.691
2020	-	13.875	16.162	-	30.037	106.176	13.875	16.162	-	136.213
2021 em diante	-	13.875	126.719	351.909	492.503	114.084	13.875	126.719	351.909	606.587
Total	**1.709.723**	**3.418.440**	**246.810**	**351.909**	**5.726.882**	**2.973.415**	**3.418.440**	**246.810**	**351.909**	**6.990.574**

g) Cláusulas Restritivas

Existem empréstimos e financiamentos e debêntures apresentados nos quadros das notas 20b) e 20d), respectivamente, que possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizada por descumprimento de *covenants*, descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Parte dos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, cujo saldo em 30 de junho de 2015 era de R$3.475.135 (R$2.252.924 em 31 de dezembro de 2014), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestral e anualmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos nos dois contratos vigentes foram atingidos.

As debêntures da 4ª emissão, séries 2 e 3, cujo saldo em 30 de junho de 2015 era de R$690.560 (R$686.923 em 31 de dezembro de 2014), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures da 3ª emissão, série única, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 30 de junho de 2015 era de R$2.079.315 (R$2.071.256 em 31 de dezembro de 2014), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

Notas Explicativas

As debêntures da 4ª emissão, série única, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 30 de junho de 2015 era de R$1.329.432 (R$1.326.296 em 31 de dezembro de 2014), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures do Programa Minas Comunica, cujo saldo em 30 de junho de 2015 era de R$87.428 (R$82.186 em 31 de dezembro de 2014), possuem cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias e cumprimento de determinados índices financeiros. Nesta mesma data, todas estas cláusulas restritivas foram cumpridas.

h) Garantias

Em 30 de junho de 2015, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e da GVT, conforme quadro a seguir:

Credores	Saldo do empréstimo / financiamento	Garantias
BNDES	R$1.416.995 (URTJLP) R$549.179 (UMBND) R$276.014 (PSI) R$1.204.824 (URTJLP) R$137.964 (UMSELIC) R$62.004 (UMIPCA) R$105.050 (Pré)	• Contrato (2011): Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou quatro vezes o valor da maior prestação, o que for superior. • Contrato (PSI): alienação dos ativos financiados. • Contratos da GVT (2008, 2011 e 2014): cessão de recebíveis referente o limite de até 20% do saldo devedor da operação, ou 5 vezes a última prestação vencida de cada um dos subcréditos, incluindo o principal da dívida, juros, comissões, penas convencionais, multas e demais encargos nele previstos.
BNB	R$86.444 R$45.096	• Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. • Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Saldos de R$27.154 e R$60.454 em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente. • Fiança bancária concedida pelo Banco Safra no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Saldo de R$9.068 em 30 de junho de 2015.

i) Movimentação

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente.

Notas Explicativas

	Controladora					Consolidado				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente	Total	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente	Total
Saldo em 31.12.13	**4.233.062**	**4.301.615**	**218.878**	-	**8.753.555**	**4.233.062**	**4.301.615**	**218.878**	-	**8.753.555**
Ingressos	93.883	-	-	-	93.883	93.883	-	-	-	93.883
Subvenção governamental (nota 19)	(17.118)	-	-	-	(17.118)	(17.118)	-	-	-	(17.118)
Encargos financeiros	137.594	222.312	13.759	-	373.665	137.594	222.312	13.759	-	373.665
Custos de emissão	-	280	-	-	280	-	280	-	-	280
Atualização monetária e cambial	(81.732)	-	-	-	(81.732)	(81.732)	-	-	-	(81.732)
Baixas (pagamentos)	(572.449)	(204.910)	(8.986)	-	(786.345)	(572.449)	(204.910)	(8.986)	-	(786.345)
Saldo em 30.06.14	**3.793.240**	**4.319.297**	**223.651**	-	**8.336.188**	**3.793.240**	**4.319.297**	**223.651**	-	**8.336.188**
Ingressos	193.201	31.489	8.269	-	232.959	193.201	31.489	8.269	-	232.959
Subvenção governamental (nota 19)	(15.235)	-	-	-	(15.235)	(15.235)	-	-	-	(15.235)
Encargos financeiros	107.442	242.903	9.191	-	359.536	107.442	242.903	9.191	-	359.536
Custos de emissão	-	269	-	-	269	-	269	-	-	269
Atualização monetária e cambial	265.887	-	-	-	265.887	265.887	-	-	-	265.887
Baixas (pagamentos)	(942.282)	(427.295)	(10.767)	-	(1.380.344)	(942.282)	(427.295)	(10.767)	-	(1.380.344)
Saldo em 31.12.14	**3.402.253**	**4.166.663**	**230.344**	-	**7.799.260**	**3.402.253**	**4.166.663**	**230.344**	-	**7.799.260**
Ingressos	12.580	-	40.045	-	52.625	12.580	-	40.045	-	52.625
Subvenção governamental (nota 19)	(1.606)	-	-	-	(1.606)	(1.606)	-	-	-	(1.606)
Encargos financeiros	135.451	254.802	18.881	7.692	416.826	167.183	254.802	18.881	7.692	448.558
Custos de emissão	-	248	-	-	248	-	248	-	-	248
Atualização monetária e cambial	149.197	-	-	-	149.197	343.859	-	-	-	343.859
Baixas (pagamentos)	(1.369.243)	(234.978)	(12.860)	-	(1.617.081)	(4.262.842)	(234.978)	(12.860)	-	(4.510.680)
Combinação de negócios (nota 3)	-	-	-	344.217	344.217	7.058.048	-	-	344.217	7.402.265
Saldo em 30.06.15	**2.328.632**	**4.186.735**	**276.410**	**351.909**	**7.143.686**	**6.719.475**	**4.186.735**	**276.410**	**351.909**	**11.534.529**

21) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Licenças de autorização (a)	875.184	1.178.978	875.184	1.178.978
Grupamento e fracionamento de ações (b)	388.872	388.975	388.872	388.975
Obrigações com partes relacionadas (nota 29)	332.834	296.961	116.500	119.803
Ônus de renovação de licenças (c)	238.838	275.839	238.838	275.839
Retenções de terceiros	110.928	202.390	126.256	204.227
Valores a restituir a assinantes	70.646	41.260	75.005	43.445
Outras obrigações	138.729	46.258	230.695	70.141
Total	**2.156.031**	**2.430.661**	**2.051.350**	**2.281.408**
Circulante	1.478.435	1.442.724	1.321.914	1.322.616
Não circulante	677.596	987.937	729.436	958.792

(a) Refere-se à parcela de responsabilidade da Companhia decorrente do contrato assinado junto à ANATEL, onde as operadoras vencedoras deste leilão constituirão em até 90 dias, a Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV ("EAD"), a qual será responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação. Os recursos para estes procedimentos deverão ser repassados pelas operadoras em 4 parcelas anuais corrigidas pelo IGP-DI.

(b) Refere-se ao crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações decorrentes de processos de grupamento e fracionamento das ações do capital social da Companhia e de sociedades incorporadas.

(c) Refere-se ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP (nota 1b).

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Oferta Primária de Ações

Em 6 de maio de 2015, em conformidade aos termos do disposto na Instrução CVM nº 358, de 3/01/02 e no artigo 29 da Instrução da CVM nº 400, a Companhia, em conjunto com diversas instituições financeiras comunicaram o encerramento da Oferta Primária de Ações de 121.711.240 Ações Ordinárias e 243.086.248 Ações Preferenciais, ambas de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, inclusive sob a forma de ADS, representadas por ADR por meio de um aumento do capital social da Companhia, que observou a proporção entre ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, a serem emitidas pela Companhia dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com prioridade de subscrição para os acionistas, nos termos da Oferta Prioritária, realizada simultaneamente no Brasil e da Oferta Global ao preço de R$38,47 por Ação Ordinária e R$47,00 por Ação Preferencial, perfazendo o total de R$16.107.285.

Notas Explicativas

Em decorrência da Oferta Primária de Ações, o Conselho de Administração da Companhia aprovou aumentos de capital, dentro do limite de seu capital autorizado previsto no artigo 4º do Estatuto Social da Companhia e com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76, conforme segue:

- Em reunião realizada em 28 de abril de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, por unanimidade, o aumento de capital social no montante de R$15.812.000, com a emissão de 121.711.240 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão unitário de R$38,47 e de 236.803.588 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão unitário de R$47,00, ambas de emissão da Companhia. Desta forma, o capital social da Companhia passou de R$37.798.110 para R$53.610.110, sendo representado por 503.046.911 ações ordinárias e 978.737.161 ações preferenciais.

  Os custos diretos relacionados a este aumento de capital da Companhia totalizaram aproximadamente R$95.170 (R$62.812, líquidos de tributos), foram contabilizados como redutores de outras reservas de capital.

- Em reunião realizada em 30 de abril de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, por unanimidade, o aumento de capital social no montante de R$295.285, com a emissão de 6.282.660 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão unitário de R$47,00. Desta forma, o capital social da Companhia passou de R$53.610.110 para R$53.905.395, sendo representado por 503.046.911 ações ordinárias e 985.019.821 ações preferenciais.

  Os custos diretos relacionados a este aumento de capital da Companhia totalizaram aproximadamente R$5.720 (R$3.776, líquidos de tributos), foram contabilizados como redutores de outras reservas de capital.

Incorporação de Ações da GVTPart.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2015, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R$9.666.021, com a emissão de 68.597.306 ações ordinárias e 134.320.885 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal da Companhia, em decorrência da incorporação de ações da GVTPart., nos termos do Protocolo (nota 3). Desta forma, o capital social da Companhia passou de R$53.905.395 para R$63.571.416, sendo representado por 571.644.217 ações ordinárias e 1.119.340.706 ações preferenciais.

O capital social realizado em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 era de R$63.571.416 e R$37.798.110, respectivamente.

Direito de Recesso

Em decorrência da aprovação da aquisição do controle da GVTPart., os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que dissentiram das deliberações tomadas na AGE, tiveram o direito de se retirar da Companhia, mediante o reembolso do valor das ações de que comprovadamente eram titulares em 19 de setembro de 2014 (inclusive), conforme divulgado no Aviso aos Acionistas datado de 25 de setembro de 2014.

Representação do Capital Social

Após todos os eventos descritos, o capital subscrito e integralizado passou a ser representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2015

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais			Total Geral	
Acionistas	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%, inclui ações em tesouraria	%, exceto ações em tesouraria
Grupo Controlador	**540.033.264**	**94,47%**	**645.807.855**	**57,70%**	**1.185.841.119**	**70,13%**	**70,23%**
Telefónica Internacional S.A.	46.746.635	8,18%	360.532.578	32,22%	407.279.213	24,09%	24,12%
Telefónica S.A.	198.207.608	34,67%	246.722.195	22,04%	444.929.803	26,31%	26,35%
SP Telecomunicações Participações Ltda	294.158.155	51,46%	38.537.435	3,44%	332.695.590	19,67%	19,70%
Telefónica Chile S.A.	920.866	0,16%	15.647	0,00%	936.513	0,06%	0,06%
Acionistas não controladores	**29.320.789**	**5,13%**	**473.532.117**	**42,30%**	**502.852.906**	**29,73%**	**29,77%**
FRHolding108 (a)	0	0,00%	126.261.632	11,28%	126.261.632	7,47%	7,48%
Outros acionistas	29.320.789	5,13%	347.270.485	31,02%	376.591.274	22,26%	22,29%
Total de ações em circulação	**569.354.053**	**99,60%**	**1.119.339.972**	**100,00%**	**1.688.694.025**	**99,86%**	**100,00%**
Ações em tesouraria	**2.290.164**	**0,40%**	**734**	**0,00%**	**2.290.898**	**0,14%**	**0,00%**
Total de ações	**571.644.217**	**100,00%**	**1.119.340.706**	**100,00%**	**1.690.984.923**	**100,00%**	**100,00%**
Valor Patrimonial por ação em circulação:					**R$ 39,75**		

(a) Em 24 de junho de 2015, foi completada a operação de *swap* entre a Telefónica, acionista controladora da Companhia, e a *FrHolding108*, sociedade controlada pela Vivendi, por meio da qual a *FrHolding108* transferiu à Telefónica 76.656.559 ações representando 4,5% do capital social da Companhia, sendo 68.597.306 ações ordinárias representando 12% das ações de referida espécie e 8.059.253 ações preferenciais representando 0,72% das ações de referida espécie de emissão da Companhia, em troca de 1.110.000.000 ações representando 8,2% das ações ordinárias da Telecom Itália, anteriormente detidas pela TELCO, subsidiária da Telefónica.

Em 31 de dezembro de 2014

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais			Total Geral	
Acionistas	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%, inclui ações em tesouraria	%, exceto ações em tesouraria
Grupo Controlador	**350.127.371**	**91,76%**	**480.624.588**	**64,60%**	**830.751.959**	**73,81%**	**73,96%**
Telefónica Internacional S.A.	58.859.918	15,43%	271.707.098	36,53%	330.567.016	29,38%	29,44%
Telefónica S.A.	97.976.194	25,68%	179.862.845	24,17%	277.839.039	24,68%	24,73%
SP Telecomunicações Participações Ltda	192.595.149	50,47%	29.042.853	3,90%	221.638.002	19,69%	19,73%
Telefónica Chile S.A.	696.110	0,18%	11.792	0,00%	707.902	0,06%	0,06%
Acionistas não controladores	**31.208.300**	**8,17%**	**261.308.985**	**35,12%**	**292.517.285**	**25,98%**	**26,04%**
Outros acionistas	31.208.300	8,17%	261.308.985	35,12%	292.517.285	25,98%	26,04%
Total de ações em circulação	**381.335.671**	**99,93%**	**741.933.573**	**99,72%**	**1.123.269.244**	**99,78%**	**100,00%**
Ações em tesouraria	**251.440**	**0,07%**	**2.081.246**	**0,28%**	**2.332.686**	**0,21%**	**0,00%**
Total de ações	**381.587.111**	**100,00%**	**744.014.819**	**100,00%**	**1.125.601.930**	**100,00%**	**100,00%**
Valor Patrimonial por ação em circulação:					**R$ 40,02**		

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 (um bilhão, oitocentos e cinquenta milhões) de ações. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

Não obstante, a Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/76; artigo 166; IV – estabelece que o capital social possa ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei n° 6.404/76.

Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

Notas Explicativas

b) Prêmio na Aquisição de Participação de Acionistas Não Controladores

De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriores à adoção do IFRS/CPC, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis, gerado pela diferença entre o valor contábil das ações adquiridas e o valor justo da transação. Com a adoção do IAS 27R (IFRS 10 a partir de 2013)/CPCs 35 e 36, os efeitos de todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário. Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados e os ágios previamente gerados nas aquisições de acionistas não controladores, foram ajustados em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia. O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 era de R$70.448.

c) Reservas de Capital

c.1) Reserva Especial de Ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99. O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 era de R$63.074.

c.2) Outras Reservas de Capital

Representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.

Em 12 de março de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o cancelamento de 2.332.686 ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, sendo 251.440 ações ordinárias e 2.081.246 ações preferenciais, no montante de R$112.107.

Os custos diretos (líquidos de tributos) relacionados aos aumentos de capital da Companhia decorrentes da Oferta Primária de Ações foram reconhecidos nesta rubrica no montante de R$66.588.

A diferença entre o valor econômico das ações incorporadas e o valor de mercado das ações emitidas na data de fechamento da transação foi reconhecida nesta rubrica no montante de R$1.188.707.

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2015 era de R$1.368.528 (R$2.735.930 em 31 de dezembro de 2014).

c.3) Ações em Tesouraria

As ações da Companhia mantidas em tesouraria, eram provenientes dos processos: (i) de incorporação da TDBH (ocorrida no exercício de 2006); (ii) de incorporação das ações da Vivo Participações (ocorrido em 2011); e (iii) do programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais. Em 12 de março de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o cancelamento de 2.332.686 ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, sendo 251.440 ações ordinárias e 2.081.246 ações preferenciais.

Em decorrência da aprovação da aquisição do controle da GVTPart., os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que dissentiram das deliberações tomadas na AGE, tiveram o direito de se retirar da Companhia, mediante o reembolso do valor das ações de que comprovadamente eram titulares em 19 de setembro de 2014 (inclusive), conforme divulgado no Aviso aos Acionistas datado de 25 de setembro de 2014. O valor do reembolso por ação ordinária ou preferencial em virtude do direito de recesso, apurado com base no patrimônio líquido da Companhia constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, corresponde a R$40,02 por ação. Do valor de reembolso por ação foi deduzido o valor correspondente ao montante dos dividendos declarados pela Companhia em 30 de janeiro de 2015 e 9 de abril de 2015, uma vez que o valor destes dividendos declarados compunha o valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2014. Consequentemente, o valor patrimonial por ação ajustado na data base de 31 de dezembro de 2014 é de R$37,55 por ação ordinária ou patrimonial. O montante total relativo aos acionistas que exerceram o direito de recesso foi de R$86.023.

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2015 era de R$86.023 (R$112.107 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

d) Reservas de Lucro

d.1) Reserva Legal

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados. O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 era de R$1.532.630.

d.2) Reserva para Incentivos Fiscais

A Companhia possui benefícios fiscais relativos ao ICMS nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, referente a créditos outorgados junto aos órgãos competentes dos referidos estados, vinculados a investimentos na instalação de equipamentos de suporte ao SMP, em pleno funcionamento e operação, de acordo com as normas em vigor, que assegurem que as localidades relacionadas no edital, sejam inseridas na área de cobertura do SMP.

A parcela destes benefícios fiscais foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2015 era de R$3.069 (R$1.849 em 31 de dezembro de 2014).

e) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

e.1) Dividendos Intermediários e Propostos

Dividendos Complementares do Exercício de 2014

Em 30 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a destinação de dividendos intermediários no montante de R$2.750.000, com base nos lucros existentes do balanço de 31 de dezembro de 2014, equivalente a R$2,296522661346 por ação ordinária e R$2,526174927480 por ação preferencial. O pagamento da 1ª parcela destes dividendos no montante de R$855.405 destes dividendos intermediários foi realizado em 12 de junho de 2015. O montante restante será pago até o final do exercício de 2015, em data a ser definida pela Diretoria, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 10 de fevereiro de 2015, inclusive.

Em 9 de abril de 2015, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2014, ainda não distribuídos, no montante de R$18.592, equivalente a R$0,015526054057 e R$0,017078659463 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia da AGO.

O saldo de dividendo adicional proposto em 31 de dezembro de 2014 era de R$2.768.592.

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Intermediários

Em reunião realizada em 12 de maio de 2015, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a declaração de dividendos intermediários no montante de R$270.000, equivalente a R$0,170178573168 por ação ordinária e R$0,187196430485 por ação preferencial, apurados com base no balanço de 30 de abril de 2015 que, conforme previsto no artigo 27, parágrafo único do Estatuto Social da Companhia, serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2015.

Nesta mesma reunião, foram deliberados, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas, o crédito de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício social de 2015, nos termos do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e da Deliberação CVM nº 638/12, no montante bruto de R$515.000, equivalente a R$0,324599871044 por ação ordinária e R$0,357059858148 por ação preferencial, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R$437.750, equivalente a R$0,275909890388 por ação ordinária e R$0,303500879426 por ação preferencial, apurados com base no lucro líquido apresentado no balanço de 30 de abril de 2015.

Notas Explicativas

O pagamento destes dividendos e juros sobre o capital próprio será iniciado até o final do exercício social de 2016, em data a ser definida pela Diretoria e comunicada oportunamente ao mercado, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 25 de maio de 2015, inclusive.

e.2) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item "a" da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

f. Outros Resultados Abrangentes

Instrumentos financeiros disponíveis para venda: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Operações com derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.

Diferença de conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controlada em conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes líquidos dos tributos:

	Consolidado				
	Instrumentos financeiros disponíveis para venda	Operações com derivativos	Diferença de conversão de investimentos no exterior	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31.12.13	**(2.658)**	**6.610**	**12.897**	**-**	**16.849**
Variação cambial	-	-	(3.017)	-	(3.017)
Ingressos de contratos futuros	-	1.052	-	-	1.052
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(5.129)	-	-	-	(5.129)
Saldos em 30.06.14	**(7.787)**	**7.662**	**9.880**	**-**	**9.755**
Variação cambial	-	-	2.466	-	2.466
Ingressos de contratos futuros	-	220.159	-	-	220.159
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	85	-	-	-	85
Saldos em 31.12.14	**(7.702)**	**227.821**	**12.346**	**-**	**232.465**
Variação cambial	-	-	5.210	-	5.210
Ingressos de contratos futuros	-	(222.420)	-	-	(222.420)
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(517)	-	-	-	(517)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(695)	(695)
Saldos em 30.06.15	**(8.219)**	**5.401**	**17.556**	**(695)**	**14.043**

23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.15	30.06.14	30.06.15	30.06.14
Receita operacional bruta	**12.778.716**	**12.328.409**	**25.543.813**	**24.794.763**
Serviços de Telecomunicações (a)	11.839.213	11.591.516	23.739.730	23.238.963
Venda de mercadorias e aparelhos	939.503	736.893	1.804.083	1.555.800
Deduções da receita operacional bruta	**(4.363.840)**	**(4.204.166)**	**(8.707.656)**	**(8.476.471)**
Serviços de Telecomunicações	**(3.807.934)**	**(3.761.516)**	**(7.626.255)**	**(7.528.228)**
Tributos	(3.011.242)	(2.826.233)	(6.012.862)	(5.714.167)
Descontos concedidos	(796.692)	(935.283)	(1.613.393)	(1.814.061)
Venda de mercadorias e aparelhos	**(555.906)**	**(442.650)**	**(1.081.401)**	**(948.243)**
Tributos	(138.123)	(101.701)	(264.402)	(209.764)
Descontos concedidos e devoluções	(417.783)	(340.949)	(816.999)	(738.479)
Receita operacional líquida	**8.414.876**	**8.124.243**	**16.836.157**	**16.318.292**

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.15	30.06.14	30.06.15	30.06.14
Receita operacional bruta	**15.185.920**	**12.941.907**	**28.621.851**	**25.930.413**
Serviços de Telecomunicações (a)	14.182.864	12.139.036	26.697.566	24.264.939
Venda de mercadorias e aparelhos	1.003.056	802.871	1.924.285	1.665.474
Deduções da receita operacional bruta	**(5.223.795)**	**(4.325.313)**	**(9.676.648)**	**(8.701.889)**
Serviços de Telecomunicações	**(4.660.491)**	**(3.880.351)**	**(8.582.412)**	**(7.750.855)**
Tributos	(3.389.976)	(2.941.780)	(6.493.846)	(5.931.571)
Descontos concedidos	(1.270.515)	(938.571)	(2.088.566)	(1.819.284)
Venda de mercadorias e aparelhos	**(563.304)**	**(444.962)**	**(1.094.236)**	**(951.034)**
Tributos	(145.521)	(104.012)	(277.237)	(212.555)
Descontos concedidos e devoluções	(417.783)	(340.950)	(816.999)	(738.479)
Receita operacional líquida	**9.962.125**	**8.616.594**	**18.945.203**	**17.228.524**

(a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os trimestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 foram de R$91.555 e R$70.176, respectivamente (nota 24).

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os trimestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

24) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	Períodos de três meses findos em							
	30.06.15				30.06.14			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(122.887)	(403.959)	(93.843)	(620.689)	(115.093)	(386.020)	(101.711)	(602.824)
Serviços de terceiros	(966.698)	(1.488.222)	(218.110)	(2.673.030)	(828.859)	(1.412.858)	(195.689)	(2.437.406)
Interconexão e uso de rede	(614.547)	-	-	(614.547)	(790.137)	-	-	(790.137)
Publicidade e propaganda	-	(258.836)	-	(258.836)	-	(241.487)	-	(241.487)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(442.801)	(33.208)	(45.100)	(521.109)	(368.794)	(30.830)	(45.586)	(445.210)
Impostos, taxas e contribuições	(437.187)	(1.144)	(10.830)	(449.161)	(426.199)	(641)	(21.007)	(447.847)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(238.883)	-	(238.883)	-	(200.237)	-	(200.237)
Depreciação e amortização	(1.093.290)	(234.409)	(84.201)	(1.411.900)	(878.081)	(233.893)	(71.525)	(1.183.499)
Custo das mercadorias vendidas	(596.130)	-	-	(596.130)	(457.586)	-	-	(457.586)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(30.355)	(28.317)	(4.608)	(63.280)	(21.812)	(48.454)	(6.192)	(76.458)
Total	**(4.303.895)**	**(2.686.978)**	**(456.692)**	**(7.447.565)**	**(3.886.561)**	**(2.554.420)**	**(441.710)**	**(6.882.691)**

	Controladora							
	Períodos de seis meses findos em							
	30.06.15				30.06.14			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(239.855)	(821.211)	(193.595)	(1.254.661)	(222.903)	(756.687)	(226.268)	(1.205.858)
Serviços de terceiros	(1.889.301)	(2.924.618)	(412.730)	(5.226.649)	(1.644.503)	(2.815.030)	(368.576)	(4.828.109)
Interconexão e uso de rede	(1.308.567)	-	-	(1.308.567)	(1.663.197)	-	-	(1.663.197)
Publicidade e propaganda	-	(461.902)	-	(461.902)	-	(444.522)	-	(444.522)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(875.415)	(69.490)	(89.219)	(1.034.124)	(737.041)	(61.433)	(94.917)	(893.391)
Impostos, taxas e contribuições	(904.741)	(2.072)	(7.467)	(914.280)	(857.445)	(1.360)	(48.384)	(907.189)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(543.545)	-	(543.545)	-	(396.685)	-	(396.685)
Depreciação e amortização	(2.179.125)	(462.026)	(169.747)	(2.810.898)	(1.978.887)	(468.086)	(175.223)	(2.622.196)
Custo das mercadorias vendidas	(1.146.086)	-	-	(1.146.086)	(945.685)	-	-	(945.685)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(49.767)	(84.277)	(4.975)	(139.019)	(32.100)	(94.114)	(15.793)	(142.007)
Total	**(8.592.857)**	**(5.369.141)**	**(877.733)**	**(14.839.731)**	**(8.081.761)**	**(5.037.917)**	**(929.161)**	**(14.048.839)**

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Períodos de três meses findos em							
	30.06.15				30.06.14			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(187.811)	(460.687)	(124.554)	(773.052)	(117.469)	(389.368)	(102.970)	(609.807)
Serviços de terceiros	(1.312.079)	(1.563.870)	(251.060)	(3.127.009)	(1.008.573)	(1.401.461)	(208.273)	(2.618.307)
Interconexão e uso de rede	(634.112)	-	-	(634.112)	(788.186)	-	-	(788.186)
Publicidade e propaganda	-	(296.196)	-	(296.196)	-	(241.487)	-	(241.487)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (a)	(498.653)	(36.498)	(45.734)	(580.885)	(370.252)	(30.830)	(45.582)	(446.664)
Impostos, taxas e contribuições	(460.611)	(1.540)	(10.872)	(473.023)	(431.452)	(641)	(20.982)	(453.075)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(284.797)	-	(284.797)	-	(220.410)	-	(220.410)
Depreciação e amortização	(1.306.365)	(295.611)	(92.886)	(1.694.862)	(883.389)	(233.893)	(71.554)	(1.188.836)
Custo das mercadorias vendidas	(634.441)	-	-	(634.441)	(494.395)	-	-	(494.395)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(34.376)	(34.392)	(6.328)	(75.096)	(22.353)	(48.909)	(6.192)	(77.454)
Total	**(5.068.448)**	**(2.973.591)**	**(531.434)**	**(8.573.473)**	**(4.116.069)**	**(2.566.999)**	**(455.553)**	**(7.138.621)**

	Consolidado							
	Períodos de seis meses findos em							
	30.06.15				30.06.14			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(310.033)	(878.933)	(224.719)	(1.413.685)	(231.492)	(760.035)	(227.534)	(1.219.061)
Serviços de terceiros	(2.431.164)	(3.005.962)	(453.311)	(5.890.437)	(1.991.598)	(2.818.737)	(381.488)	(5.191.823)
Interconexão e uso de rede	(1.329.522)	-	-	(1.329.522)	(1.652.950)	-	-	(1.652.950)
Publicidade e propaganda	-	(499.262)	-	(499.262)	-	(444.522)	-	(444.522)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (a)	(932.811)	(72.780)	(89.849)	(1.095.440)	(739.816)	(61.433)	(94.930)	(896.179)
Impostos, taxas e contribuições	(933.265)	(2.468)	(8.196)	(943.929)	(867.667)	(1.360)	(48.458)	(917.485)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(609.212)	-	(609.212)	-	(428.270)	-	(428.270)
Depreciação e amortização	(2.398.278)	(523.228)	(178.484)	(3.099.990)	(1.988.985)	(468.086)	(175.319)	(2.632.390)
Custo das mercadorias vendidas	(1.215.233)	-	-	(1.215.233)	(1.006.238)	-	-	(1.006.238)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(54.982)	(90.392)	(6.695)	(152.069)	(33.667)	(94.569)	(15.793)	(144.029)
Total	**(9.605.288)**	**(5.682.237)**	**(961.254)**	**(16.248.779)**	**(8.512.413)**	**(5.077.012)**	**(943.522)**	**(14.532.947)**

(a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os trimestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 foram de R$91.555 e R$70.176, respectivamente (nota 23).

25) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.15	30.06.14	30.06.15	30.06.14
Multas e despesas recuperadas	110.336	89.611	196.097	183.305
Provisões desimobilização de ativos, trabalhistas, tributárias e cíveis, líquidas	(230.478)	(208.536)	(445.953)	(403.776)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos	6.587	(1.680)	(6.353)	(14.566)
Outras receitas (despesas)	(11.950)	(8.839)	(14.476)	(5.176)
Total	**(125.505)**	**(129.444)**	**(270.685)**	**(240.213)**
Outras receitas operacionais	130.938	110.656	243.712	224.832
Outras despesas operacionais	(256.443)	(240.100)	(514.397)	(465.045)
Total	**(125.505)**	**(129.444)**	**(270.685)**	**(240.213)**

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.15	30.06.14	30.06.15	30.06.14
Multas e despesas recuperadas	123.015	97.437	209.134	206.253
Provisões desimobilização de ativos, trabalhistas, tributárias e cíveis, líquidas	(251.885)	(208.844)	(467.361)	(404.814)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos (a)	4.601	(896)	(7.370)	(15.442)
Outras receitas (despesas)	(10.215)	(9.050)	(13.025)	(5.665)
Total	**(134.484)**	**(121.353)**	**(278.622)**	**(219.668)**
Outras receitas operacionais	146.631	118.566	260.457	247.862
Outras despesas operacionais	(281.115)	(239.919)	(539.079)	(467.530)
Total	**(134.484)**	**(121.353)**	**(278.622)**	**(219.668)**

Notas Explicativas

26) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.15	30.06.14	30.06.15	30.06.14
Receitas de aplicações financeiras	259.894	109.388	352.239	259.096
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	15.377	28.932	34.854	61.715
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	(202.931)	(190.758)	(416.826)	(373.665)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	23.188	35.386	(149.197)	81.732
Ganho (perdas) com operações com derivativos	133.350	(42.725)	291.050	(115.676)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(86.575)	(43.020)	(126.744)	(95.691)
Outras receitas (despesas) com variações cambiais e monetárias	(61.229)	(17.707)	(110.690)	(38.774)
Outras despesas (receitas) financeiras	(25.669)	(15.795)	(67.237)	(19.968)
Resultado financeiro, líquido	**55.405**	**(136.299)**	**(192.551)**	**(241.231)**
Receitas financeiras	431.809	173.706	678.143	402.543
Despesas financeiras	(376.404)	(310.005)	(870.694)	(643.774)
Total	**55.405**	**(136.299)**	**(192.551)**	**(241.231)**

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.15	30.06.14	30.06.15	30.06.14
Receitas de aplicações financeiras	290.531	129.065	408.122	289.496
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	17.362	28.611	41.410	61.472
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	(159.036)	(190.758)	(448.002)	(373.665)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	44.205	35.386	(343.859)	81.732
Ganho (perdas) com operações com derivativos	103.913	(42.725)	261.613	(115.676)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(143.533)	(43.547)	(164.191)	(96.654)
Outras receitas (despesas) com variações cambiais e monetárias	(277.852)	(17.732)	(117.319)	(37.945)
Outras despesas (receitas) financeiras	(47.117)	(10.348)	(27.153)	(9.138)
Resultado financeiro, líquido	**(171.527)**	**(112.048)**	**(389.379)**	**(200.378)**
Receitas financeiras	456.011	193.062	711.145	432.700
Despesas financeiras	(627.538)	(305.110)	(1.100.524)	(633.078)
Total	**(171.527)**	**(112.048)**	**(389.379)**	**(200.378)**

27) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das ITRs são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os trimestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014.

Notas Explicativas

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.15	30.06.14	30.06.15	30.06.14
Lucro antes dos tributos	1.020.213	1.153.727	1.860.642	2.111.362
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(346.872)	(392.267)	(632.618)	(717.863)
Diferenças permanentes e temporárias				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos	41.821	60.492	111.334	109.940
Dividendos prescritos	(6.552)	(3.722)	(6.552)	(3.722)
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(20.924)	(31.041)	(71.914)	(57.130)
Ajuste de tributos diferidos Lei 12973/14 (a)	-	1.195.989	-	1.195.989
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio recebidos	175.100	-	175.100	-
Outras (adições) exclusões	7.030	9.475	13.543	14.847
Débito (crédito) tributário	**(150.397)**	**838.926**	**(411.107)**	**542.061**
Taxa efetiva	14,7%	-72,7%	22,1%	-25,7%
IRPJ e CSLL corrente	(42.670)	(375.660)	(341.041)	(610.029)
IRPJ e CSLL diferido	(107.727)	1.214.586	(70.066)	1.152.090

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.15	30.06.14	30.06.15	30.06.14
Lucro antes dos tributos	1.083.081	1.245.026	2.029.095	2.276.990
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(368.248)	(423.309)	(689.892)	(774.177)
Diferenças permanentes e temporárias				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos	150	154	229	496
Dividendos prescritos	(6.552)	(3.722)	(6.552)	(3.722)
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(23.061)	(31.058)	(74.761)	(57.147)
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio recebidos	175.100	-	175.100	-
Ajuste de tributos diferidos Lei 12973/14 (a)	-	1.195.989	-	1.195.989
Outras (adições) exclusões	9.346	9.573	16.316	14.994
Débito (crédito) tributário	**(213.265)**	**747.627**	**(579.560)**	**376.433**
Taxa efetiva	19,7%	-60,0%	28,6%	-16,5%
IRPJ e CSLL corrente	(170.589)	(448.876)	(561.189)	(745.452)
IRPJ e CSLL diferido	(42.676)	1.196.503	(18.371)	1.121.885

(a) Após a entrada em vigor da Lei nº 12.973 (conversão da Medida Provisória nº 627/13), publicada em 14 de maio de 2014, a Companhia revisou as bases fiscais de certos intangíveis decorrentes de combinações de negócios, representando um efeito líquido positivo no resultado na linha de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R$1.195.989.

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 7.2.

28) RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. As transações que geraram a emissão de ações ordinárias e preferenciais da Companhia durante o período de seis meses findos em 30 de junho de 2015 estão detalhadas no nota 22.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os trimestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014:

Notas Explicativas

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.15	30.06.14	30.06.15	30.06.14
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações:	869.816	1.992.653	1.449.535	2.653.423
Ordinárias	276.083	634.567	460.746	844.991
Preferenciais	593.733	1.358.086	988.789	1.808.432
Número de Ações:	1.455.482	1.123.269	1.290.294	1.123.269
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	492.539	381.335	437.245	381.335
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	962.943	741.934	853.049	741.934
Resultado básico e diluído por ação:				
Ações ordinárias	0,56	1,66	1,05	2,22
Ações preferenciais	0,62	1,83	1,16	2,44

29) TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos, com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

a) Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados as empresas do Grupo da Telefónica;

b) Serviços de TV digital, prestados pela Media Networks Latino América;

c) Aluguel e manutenção de equipamento de segurança, prestados pela Telefônica Engenharia e Segurança do Brasil;

d) Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;

e) Serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, prestados pela Telefónica Global Technology;

f) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão, prestados pela Telefónica International Wholesale Brasil, Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica USA;

g) Gestão de Projetos Telecom (*Outsourcing Telecom*) - Contrato *Professional Services*, prestados pela Telefônica Serviços Empresariais do Brasil

h) Serviços de operador logístico, mensageria e *motoboy*, prestados pela Telefônica Transportes e Logística;

i) Serviços de provedor de conteúdo portal de voz, prestados pela Terra Networks Brasil;

j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas, prestados para Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica USA;

k) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional, prestados por empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;

l) Reembolso de despesas (provenientes de honorários de consultoria, despesas com salários e outros gastos), pagos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;

m) *Brand Fee*, pela cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefónica.

n) Plano de ações aos empregados da Companhia e TData, vinculado a aquisição de ações da empresa Telefónica;

o) *Cost Sharing Agreement (CSA)* reembolso de gastos referente ao negócio digital para a empresa Telefónica Internacional;

p) Aluguel de prédios próprios onde está instalada a Telefônica Serviços Empresariais do Brasil e Telefônica Transportes e Logística;

Notas Explicativas

q) Ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *roaming* entre as empresas do Grupo Telefónica com a Telfisa ;

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas:

		Balanço Patrimonial - Ativo						
		Em 30.06.15				Em 31.12.14		
		Ativo circulante			Ativo não circulante	Ativo circulante		Ativo não circulante
Empresas	Natureza da transação	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos
Controladoras								
SP Telecomunicações Participações	l)	-	77	12	453	71	12.798	4.082
Telefónica Internacional	l)	-	-	62.234	-	-	877	13.264
Telefónica	l)	-	-	2.344	-	-	2.339	-
		-	**77**	**64.590**	**453**	**71**	**16.014**	**17.346**
Outras empresas do grupo								
Telefónica USA	f) / j)	-	4.172	-	-	4.114	-	-
Telefónica Chile	k)	-	-	684	-	-	2.506	-
Telefónica de España	k)	-	-	-	-	-	-	-
Telefónica Peru	k)	-	913	-	-	485	-	-
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / d) / l)	-	507	569	350	602	608	350
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / d)	-	9.638	172	76	5.633	476	76
Telefónica International Wholesale Services Espanha	j)	-	89.411	-	-	60.696	-	-
Telefónica Moviles Del Espanha	k)	-	15.487	-	-	6.464	-	-
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	a) / d) / l) / p)	-	3.915	958	714	2.889	517	743
Telefônica Transportes e Logistica	a) / d) / l) / p)	-	1.110	190	109	678	169	84
Terra Networks Brasil	a) / d) / l)	-	4.959	7.437	63	4.483	7.434	19
Telefónica Global Technology	l)	-	1.536	6.503	-	1.315	6.458	-
Telefônica Digital España	l)	-	-	-	-	-	-	15.921
Media Networks Latina America SAC	b)	-	-	-	-	-	-	-
Telfisa	q)	44.033	-	-	-	-	-	-
Outras	a) / d) / k) / l)	-	43.154	4.364	710	27.618	4.059	262
		44.033	**174.802**	**20.877**	**2.022**	**114.977**	**22.227**	**17.455**
Total		**44.033**	**174.879**	**85.467**	**2.475**	**115.048**	**38.241**	**34.801**

		Balanço Patrimonial - Passivo					
		Em 30.06.15			Em 31.12.14		
		Passivo circulante		Passivo não circulante	Passivo circulante		Passivo não circulante
Empresas	Natureza da transação	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	-	-	18	3.759	2.062	6.029
Telefónica Internacional	l) / o)	63.007	-	-	59.069	-	-
Telefónica	m) / n)	5.496	86.197	9.240	271	86.081	13.522
		68.503	**86.197**	**9.258**	**63.099**	**88.143**	**19.551**
Outras empresas do grupo							
Telefónica USA	f)	6.826	83	160	-	77	137
Telefónica Peru	k)	674	-	-	553	-	-
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	c)	11.088	-	8	3.281	-	8
Telefónica International Wholesale Services Brasil	d) / f) / l)	107.826	1.571	378	67.304	1.470	378
Telefónica International Wholesale Services Espanha	f) / k)	18.066	10.331	-	46.271	6.638	-
Telefónica Moviles Del Espanha	k)	13.558	-	-	6.859	-	-
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	g) / l)	2.999	24	452	7.000	24	560
Telefônica Transportes e Logistica	h)	15.039	270	259	20.816	270	259
Terra Networks Brasil	i)	9.663	78	769	2.439	78	769
Telefónica Global Technology	e)	16.957	-	-	12.950	-	-
Telefônica Digital España	o)	39.494	614	-	18.570	590	-
Media Networks Latina America SAC	b)	33.610	-	-	18.128	-	-
Outras	k)	46.364	5.434	614	31.814	237	614
		322.164	**18.405**	**2.640**	**235.985**	**9.384**	**2.725**
Total		**390.667**	**104.602**	**11.898**	**299.084**	**97.527**	**22.276**

Notas Explicativas

		Demonstração dos Resultados	
		Períodos de seis meses findos em	
Empresas	Natureza da transação	30.06.15	30.06.14
Controladoras			
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	(240)	(14.731)
Telefónica Internacional	l) / o)	68.466	48.808
Telefónica	l) / m) / n)	(184.063)	(162.938)
		(115.837)	**(128.861)**
Outras empresas do grupo			
Telefónica USA	f)	2.752	(79)
Telefónica Chile	k)	61	331
Telefónica de España	k)	-	(59)
Telefónica Peru	k)	(317)	(199)
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / c) / d) / l)	(10.846)	(2.852)
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / d) / f) / l)	(111.556)	(91.571)
Telefónica International Wholesale Services Espanha	f) / j) / k)	8.937	5.030
Telefónica Moviles Del Espanha	k)	1.643	(1.086)
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	a) / d) / g) / l) / p)	(5.895)	(30.941)
Telefônica Transportes e Logistica	a) / d) / h) / l) / p)	(27.336)	(37.953)
Terra Networks Brasil	a) / d) / l) / i)	1.238	3.648
Telefónica Global Technology	e) / l)	(10.050)	-
Telefônica Digital España	l) / o)	(25.334)	-
Media Networks Latina America SAC	b)	(15.934)	-
Outras	a) / d) / k) / l)	(41.151)	(18.297)
		(233.788)	**(174.028)**
Total		**(349.625)**	**(302.889)**

Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014 foi de R$65.492 e R$11.238, respectivamente. Destes montantes, R$26.693 (R$8.620 em 30 de junho de 2014) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R$38.799 (R$2.618 em 30 de junho de 2014) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupos de Despesas Gerais e Administrativas (nota 24).

Para os trimestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

30) SEGUROS

A política da Companhia e controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica S.A. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de ITRs, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2015, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R$850.000 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R$75.000 para responsabilidade civil geral (RCG).

31) PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefónica S.A., mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefônica Brasil e Controlada.

Notas Explicativas

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

A Companhia reembolsa à Telefónica S.A. o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os principais planos em vigor em 30 de junho de 2015 estão detalhados a seguir:

a) Plano *Performance & Investment Plan* ("PIP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica S.A.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas e poderão aumentar a quantidade de ações possíveis a receber no fim do plano se decidirem fazer um investimento conjunto em seu PIP. O co-investimento exige que o participante compre e mantenha até o final do ciclo o equivalente a 25% das ações iniciais atribuídas pela Telefónica S.A.. Sobre o co-investimento do participante a Telefónica S.A. incrementará as ações iniciais em mais 25%.

A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. Os ciclos são independentes entre si. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré–definido.

Em 2014 foi aprovada a extensão deste programa por mais 3 ciclos, com duração de 3 anos cada, iniciando em 1º de outubro de 2014 e se estenderá até 30 de setembro de 2017. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data de concessão, sendo que as ações são transferidas para os participantes se atingida a meta de TSR.

Os próximos lançamentos estão programados da seguinte forma:

- O ciclo 2012-2015 acontece em junho de 2015, com 68 executivos (incluindo 2 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 266.140 ações da Telefónica S.A..
- Ciclo 2013-2016: acontece em junho de 2016, com 82 executivos (incluindo 2 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 330.338 ações da Telefónica S.A..
- Ciclo 2014-2017: acontece em setembro de 2017, com 88 executivos (incluindo 2 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 387.530 ações da Telefónica S.A..

O número máximo de ações atribuído nos ciclos em aberto em 30 de junho de 2015 é o seguinte:

Ciclos	Quantidade de ações iniciais + Co-Investimento	Valor unitário em Euros	Data da finalização
2º ciclo 1º de julho de 2012	554.663	10,10	30 de junho de 2015
3º ciclo 1º de julho de 2013	490.742	10,87	30 de junho de 2016
4º ciclo 1º de outubro de 2014	518.770	13,93	30 de setembro de 2017

b) Plano *Talent for the Future Share Plan* ("TFSP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 2014, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Executivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica S.A.

Notas Explicativas

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de três anos. O início do ciclo foi em 1º de outubro de 2014 e se estenderá até 30 de setembro de 2017. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré–definido.

O número máximo de ações atribuído no primeiro ciclo em aberto em 30 de junho de 2015 é o seguinte:

Ciclo	Quantidade de ações iniciais	Valor unitário em Euros	Data da finalização
1º ciclo 1º de outubro de 2014	73.500	12,12	30 de setembro de 2017

A Companhia registra as seguintes despesas de pessoal registradas nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 24), referentes aos planos de remuneração baseados em ações, conforme segue:

	Períodos de seis meses findos em	
Planos	30.06.15	30.06.14
TFSP	362	-
PIP	6.043	4.824
GESP	-	1.191
Total	**6.405**	**6.015**

32) PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo [1]	Entidade	Patrocinador
PBS-A	BD	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Assistência Médica	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
CTB	BD	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
PBS	BD/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
PREV	Híbrido	VisãoPrev [2]	Telefônica Brasil
VISÃO	CD/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil e Telefônica Data

[1] BD = Plano de Benefício Definido;
CD = Plano de Contribuição Definida;
Híbrido = Plano de benefícios que oferece tanto benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos como Contribuições definidas.
[2] Exceto o plano CELPREV, administrado pela Sistel.

Os detalhes sobre os planos informados acima, são os mesmos divulgados na nota 32 - Planos de Benefícios Pós-Emprego das Demonstrações Financeiras da Companhia divulgadas para 31 de dezembro de 2014.

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

Notas Explicativas

O valor justo dos ativos dos planos é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTN's, LFT's, LTN's, Operações compromissadas, CDB's, Debêntures, Letras financeiras e Cotas FIDC) e investimentos em renda variável (ações de empresas de grande porte, com boa reputação no mercado e com alta liquidez, além de investimentos em índices de mercado). Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

Todas as receitas e despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, tais como as contribuições do empregador, os custos dos serviços correntes, os custos dos juros sobre o passivo atuarial líquido são reconhecidos diretamente no resultado operacional da Companhia e TData.

Os ganhos e perdas atuariais referentes aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, além das limitações de recuperabilidade de *superávits* por restituições ou reduções em contribuições futuras, estão sendo imediatamente reconhecidos como outros resultados abrangentes, não gerando impacto no resultado operacional da Companhia e TData.

A seguir, demonstramos a movimentação e saldos consolidados dos planos *superavitários* e *deficitários:*

	Consolidado		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Total
Saldos em 31.12.13	**17.909**	**(370.351)**	**(352.442)**
Custo do serviço corrente	(1.237)	(45)	(1.282)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	1.056	(19.801)	(18.745)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	1.629	2.643	4.272
Saldos em 30.06.14	**19.357**	**(387.554)**	**(368.197)**
Custo do serviço corrente	(1.322)	(44)	(1.366)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	1.055	(19.801)	(18.746)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	(1.079)	3.255	2.176
Efeitos em resultados abrangentes	(3.358)	(51.985)	(55.343)
Saldos em 31.12.14	**14.653**	**(456.129)**	**(441.476)**
Custo do serviço corrente	(1.340)	(40)	(1.380)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	892	(25.586)	(24.694)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	1.263	3.225	4.488
Saldos em 30.06.15	**15.468**	**(478.530)**	**(463.062)**

Dos montantes de planos *superavitários* apresentados no quadro acima, a Companhia tem registrado R$15.325 e R$14.515 em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, nota 10.

33) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Operações com Derivativos

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia e GVTPart., tem o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture e de arrendamento mercantil indexados ao IPCA e proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela da dívida com o BNDES. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia e a GVTPart. mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia e GVTPart. em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

Notas Explicativas

A Companhia e a GVTPart. calculam a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas. Em 30 de junho de 2015 e 31 dezembro de 2014, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação aos objetos dessa cobertura.

Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de *hedge accounting.*

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia e GVTPart. não possuíam contratos de derivativos embutidos.

Os contratos de derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

Notas Explicativas

	Consolidado					
					Efeito acumulado do valor justo	
	Valor de referência		Posição líquida a valor justo		Valor a receber (a pagar)	
Descrição	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Contratos de *swaps*						
Ponta Ativa						
Moeda estrangeira	3.333.646	12.427.490	3.720.186	13.530.830	226.936	759.118
US$ (b)	216.168	913.635	336.388	1.377.412	102.114	326.625
EUR (a) (b)	2.824.241	85.671	2.827.691	87.018	-	690
LIBOR US$ (b)	293.237	164.572	556.107	266.687	124.822	92.424
JPY	-	5.065	-	4.781	-	-
EUR (f)	-	11.258.547	-	11.794.932	-	339.379
Taxa pós	1.188.061	1.182.466	1.163.822	1.125.282	28.285	2.294
CDI (a) (b)	170.984	40.799	172.504	40.925	4.991	21
TJLP (d)	1.017.077	1.141.667	991.318	1.084.357	23.294	2.273
Índices de inflação	437.471	217.472	231.938	231.938	8.219	5.370
IPCA (c) (e)	209.487	217.472	231.938	231.938	7.936	5.370
IGPM (g)	227.984	-	-	-	283	-
Ponta Passiva						
Taxa Pré	-	(11.258.547)	-	(11.458.807)	-	(3.254)
NDF PRÉ (f)		(11.258.547)		(11.458.807)		(3.254)
Taxa pós	(4.641.576)	(2.358.445)	(4.718.204)	(2.396.771)	(58.828)	(41.714)
CDI (a) (b) (c) (d) (e) (g)	(4.641.576)	(2.358.445)	(4.718.204)	(2.396.771)	(58.828)	(41.714)
Moeda estrangeira	(317.603)	(210.118)	(444.891)	(312.834)	(1.080)	(2.176)
US$ (b)	(170.984)	(25.444)	(167.513)	(25.935)	-	(491)
EUR (a) (b)	-	(20.102)	-	(20.247)	-	(7)
EUR (f)	(146.619)	-	(277.378)	-	(1.080)	-
LIBOR US$ (b)	-	(164.572)	-	(266.652)	-	(1.678)
		Ponta ativa (circulante e não circulante)			263.440	766.782
		Ponta passiva (circulante e não circulante)			(59.908)	(47.144)
		Valores a receber, líquidos			**203.532**	**719.638**

(a) *Swap* de moeda estrangeira (Euro) x CDI (R$2.750.631) – operações de *swap* contratadas com vencimentos variados em 2015, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimo em euros da GVT (valor contábil da dívida financeira de R$2.745.948).

(b) *Swap* de moeda estrangeira (Euro e Dólar) e (CDI x Dólar) (R$172.503) – operações de *swaps* contratadas com vencimentos até 28 de agosto de 2015, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar em moeda estrangeira e a receber em Dólar (valor contábil de R$167.513 em Dólar).

(c) *Swap* IPCA x percentual do CDI (R$31.515) – operações de *swap* contratadas com vencimentos anuais até 2014 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo contábil de R$33.183).

(d) *Swap* TJLP x CDI (R$991.317) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES (valor contábil da dívida financeira de R$1.416.994).

(e) *Swap* IPCA x CDI (R$210.465) – operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA de arrendamento financeiro (saldo contábil de R$211.258).

(f) NDF EUR x R$ e R$ x EUR – operações a termo contratadas com vencimentos em 2015 com o objetivo de proteger a exposição em Euros da transação assumida na operação de aquisição da GVTPart..

Notas Explicativas

(g) *Swap* IGPM x CDI (R$240.638) – operações de swap contratadas com vencimentos de 2016 até 2018 com o objetivo de proteger o risco de variação do IGPDI em compromissos regulatórios vinculados a licença 4G.

A seguir detalhamos os saldos das operações com derivativos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
Descrição	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Ponta Ativa				
Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos em outros resultados abrangentes	**5.087.938**	**14.657.304**	**5.087.938**	**14.657.304**
Hedges de fluxo de caixa				
Contrato a termo de moeda estrangeira	-	11.794.932	-	11.794.932
Swaps	313.335	266.687	313.335	266.687
Fair Value Hedge				
Swaps	4.774.603	2.595.685	4.774.603	2.595.685
Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos no resultado	**278.688**	**230.746**	**278.688**	**230.746**
Derivativos não designados como *hedge*				
Contrato a termo de moeda estrangeira	-	4.781	-	4.781
Swaps	278.688	225.965	278.688	225.965
Ativo circulante	**3.705.533**	**13.282.083**	**3.705.533**	**13.282.083**
Ativo não circulante	**1.661.093**	**1.605.967**	**1.661.093**	**1.605.967**

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
Descrição	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Ponta Passiva				
Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos em outros resultados abrangentes	**4.887.433**	**13.938.826**	**4.887.433**	**13.938.826**
Hedges de fluxo de caixa				
Contrato a termo de moeda estrangeira	-	11.458.807	-	11.458.807
Swaps	211.056	174.263	211.056	174.263
Fair Value Hedge				
Swaps	4.676.377	2.305.756	4.676.377	2.305.756
Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos no resultado	**627.570**	**229.586**	**627.570**	**229.586**
Contraprestação contingente	351.909	-	351.909	-
Derivativos não designados como *hedge*				
Contrato a termo de moeda estrangeira	-	5.271	-	5.271
Swaps	275.661	224.315	275.661	224.315
Passivo circulante	**3.711.825**	**12.691.155**	**3.711.825**	**12.691.155**
Passivo não circulante	**1.803.178**	**1.477.257**	**1.803.178**	**1.477.257**

A seguir demonstramos a distribuição consolidada dos vencimentos dos contratos de *swap* em 30 de junho de 2015:

Notas Explicativas

	Vencimento em				
Contrato de *swap*	2015	2016	2017	2018 em diante	Valor a receber (pagar) em 30.06.15
Moeda Estrangeira x CDI	11.811	53.629	63.337	73.051	201.828
CDI x Moeda Estrangeira	4.991	-	-	-	4.991
TJLP x CDI	(12.693)	(12.998)	3.702	19.059	(2.930)
IPCA x CDI	(1.835)	(1.895)	(1.255)	4.831	(154)
Foward	-	283	(464)	(22)	(203)
Total	**2.274**	**39.019**	**65.320**	**96.919**	**203.532**

Para fins de preparação das ITRs, a Companhia e a GVTPart. adotaram a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI, IPCA x CDI e TJLP x CDI destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

A ineficácia em 30 de junho de 2015 foi de R$2.529 (R$2.195 em 31 de dezembro de 2014).

O valor registrado em outros resultados abrangentes referente aos *swaps* de moeda estrangeira designados como *hedge* de fluxo de caixa em 30 de junho de 2015 foi positivo de R$8.171 (positivo de R$331.332 em 31 de dezembro de 2014). Essas operações de *hedge* de fluxo de caixa geraram um resultado positivo de R$39.891 em 30 de junho de 2015 (positivo de R$19.742 em 31 de dezembro de 2014).

Em 30 de junho de 2015 e 2014, as operações com derivativos geraram resultado positivo e negativo consolidado (líquido) de R$261.613 e R$115.676, respectivamente (nota 26).

Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia ou GVTPart..

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia e a GVTPart. possuem somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida consolidada, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade – Exposição Líquida

		Consolidado		
Operação	Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	77.060	96.327	115.595
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(85.444)	(106.805)	(128.166)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	8.250	10.313	12.375
	Exposição Líquida	(134)	(165)	(196)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	2.750.631	3.439.985	4.130.023
Compromisso firme em EUR	Dívida EUR (Risco valorização EUR)	(2.750.628)	(3.439.981)	(4.130.017)
	Exposição Líquida	3	4	6
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US$)	(138.389)	(172.969)	(207.547)
Contas a pagar em US$	Dívida (Risco valorização US$)	(321.082)	(401.352)	(481.622)
Contas a receber em US$	Dívida (Risco desvalorização US$)	408.364	510.454	612.545
	Exposição Líquida	(51.107)	(63.867)	(76.624)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	241.981	264.223	290.594
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(242.200)	(264.463)	(290.857)
	Exposição Líquida	(219)	(240)	(263)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IGP-DI)	240.066	245.218	250.598
Dívida em IGP-DI	Dívidas (Risco aumento IGP-DI)	(240.066)	(245.218)	(250.598)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda UMBND)	585.993	741.358	900.535
Dívida em UMBND	Dívidas (Risco aumento UMBND)	(584.080)	(738.906)	(897.520)
	Exposição Líquida	1.913	2.452	3.015
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda TJLP)	991.318	1.038.928	1.090.986
Dívida em TJLP	Dívidas (Risco aumento TJLP)	(991.361)	(1.038.975)	(1.091.038)
	Exposição Líquida	(43)	(47)	(52)
Hedge (ponta CDI)				
Hedge USD e EUR (ponta passiva e ativa)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(2.708.338)	(2.708.344)	(2.708.350)
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(242.136)	(242.206)	(242.270)
Hedge IGPM (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(240.841)	(240.841)	(240.841)
Hedge UMBND (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(360.138)	(364.792)	(369.017)
Hedge TJLP (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(994.247)	(995.212)	(996.100)
	Exposição líquida	(4.545.700)	(4.551.395)	(4.556.578)
Exposição líquida total em cada cenário		**(4.595.287)**	**(4.613.258)**	**(4.630.692)**
Efeito líquido na variação do valor justo atual		**-**	**(17.971)**	**(35.405)**

Premissas para a Análise de Sensibilidade

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
USD	3,1026	3,8783	4,6539
EUR	3,4715	4,3394	5,2072
JPY	0,0254	0,0318	0,0381
IPCA	8,89%	11,12%	13,34%
IGPM	5,59%	6,99%	8,39%
IGP-DI	6,22%	7,78%	9,34%
UMBND	0,0605	0,0757	0,0908
URTJLP	1,9741	2,4676	2,9611
CDI	13,64%	17,05%	20,46%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 30 de junho de 2015, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia e GVTPart.. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

Notas Explicativas

b) Valor Justo

A Companhia e controladas procederam uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto à seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia ou controladas não identificaram reduções significantes e prolongadas no valor recuperável de seus instrumentos financeiros.

Os quadros a seguir apresentam a composição dos ativos e passivos financeiros em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Controladora						
		Hierarquia de	Saldo contábil		Valor justo	
Ativos Financeiros	Classificação por categoria	valor justo	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	Custo amortizado		6.391.227	3.835.304	6.391.227	3.835.304
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		6.577.250	6.470.764	6.577.250	6.470.764
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	5.274	2.218	5.274	2.218
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	36.124	611.721	36.124	611.721
Não Circulante						
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		204.525	190.288	204.525	190.288
Participações societárias (nota 11)	Disponível para venda	Nível 3	6.484.171	1.232.956	6.484.171	1.232.956
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	222.042	152.843	222.042	152.843
Total de ativos financeiros			**19.920.613**	**12.496.094**	**19.920.613**	**12.496.094**

Controladora						
		Hierarquia de	Saldo contábil		Valor justo	
Passivos Financeiros	Classificação por categoria	valor justo	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Circulante						
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado		7.367.556	7.675.632	7.367.556	7.675.632
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Custo amortizado		648.509	1.509.471	818.851	1.646.869
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		768.295	755.047	1.095.335	1.053.265
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.966	568	1.966	568
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	23.662	22.443	23.662	22.443
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Custo amortizado		1.956.533	2.123.126	2.010.496	1.899.755
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		3.418.440	3.411.616	3.059.309	3.077.269
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado		351.909	-	351.909	-
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	486	-	486	-
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	11.732	24.133	11.732	24.133
Total de passivos financeiros			**14.549.088**	**15.522.036**	**14.741.302**	**15.399.934**

Consolidado						
		Hierarquia de	Saldo contábil		Valor justo	
Ativos Financeiros	Classificação por categoria	valor justo	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	Custo amortizado		7.094.667	4.692.689	7.094.667	4.692.689
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		8.001.965	6.724.061	8.001.965	6.724.061
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	5.274	2.218	5.274	2.218
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	36.124	611.721	36.124	611.721
Não Circulante						
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		313.012	299.405	313.012	299.405
Participações societárias (nota 11)	Disponível para venda	Nível 3	84.904	79.805	84.904	79.805
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	222.042	152.843	222.042	152.843
Total de ativos financeiros			**15.757.988**	**12.562.742**	**15.757.988**	**12.562.742**

Notas Explicativas

			Consolidado			
		Hierarquia de	Saldo contábil		Valor justo	
Passivos Financeiros	Classificação por categoria	valor justo	30.06.15	31.12.14	30.06.15	31.12.14
Circulante						
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado		8.033.724	7.641.191	8.033.724	7.641.191
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Custo amortizado		3.775.660	1.509.471	4.020.453	1.646.869
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		768.295	755.047	1.095.335	1.053.265
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	24.193	568	24.193	568
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	23.497	22.443	23.497	22.443
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Custo amortizado		3.220.225	2.123.126	3.070.527	1.899.755
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		3.418.440	3.411.616	3.059.309	3.077.269
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado		351.909	-	351.909	-
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	486	-	486	-
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	11.732	24.133	11.732	24.133
Total de passivos financeiros			**19.628.161**	**15.487.595**	**19.691.165**	**15.365.493**

c) Gestão de Capital e Política de Gestão de Riscos

Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o trimestre findo em 30 de junho de 2015, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia e controladas incluem na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro, contraprestação contingente e operações com derivativos (nota 20), deduzidos caixa e equivalentes de caixa (nota 4) e aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	30.06.15	31.12.14
Caixa e equivalentes de caixa	7.094.667	4.692.689
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro, contraprestação contingente e operações com derivativos (líquidos de aplicações financeiras em garantia à divida)	(11.294.775)	(7.019.168)
Endividamento líquido	**4.200.108**	**2.326.479**
Patrimônio líquido	67.118.227	44.950.095
Índice de endividamento líquido	**6,26%**	**5,18%**

Política de Gestão de Riscos

A Companhia e controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência da suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia e controladas são:

a) Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia e controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2015, 29,5% da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira (15,9% em 31 de dezembro de 2014). A Companhia e controladas contratam operações de derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R$3.295.126 e R$1.237.422 em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia e controladas visam cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US$9.400 mil e €22.200 mil a pagar em 30 de junho de 2015 e US$29.676 mil e €20.700 mil a pagar em 31 de dezembro de 2014) para minimizar seus riscos cambiais.

b) Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial*, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, que, no mês de março de 2015, decidiu aumentar para 6,00% ao ano de 1º de abril até 30 de junho de 2015. A alta da TJLP foi de 0,50 ponto porcentual em relação à taxa que vigorava, de 5,50% ao ano.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da 1ª Emissão – Minas Comunica, indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e controladas investem o excesso de disponibilidade de R$6.977.265 (R$4.628.679 em 31 de dezembro de 2014), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia ou controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia e controladas estruturam os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 20, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e controladas é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

A seguir, demonstramos um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, previstos em contratos:

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2015	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 15)	8.033.724	-	-	-	8.033.724
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 20)	3.775.660	900.327	1.956.759	363.139	6.995.885
Debêntures (nota 20)	768.295		3.390.690	27.750	4.186.735
Contraprestação contingente (nota 20)	-	-	-	351.909	351.909
Operações com derivativos (nota 33)	47.690	7.390	3.654	1.174	59.908
Total	**12.625.369**	**907.717**	**5.351.103**	**743.972**	**19.628.161**

Em 31 de dezembro de 2014	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 15)	7.641.191	-	-	-	7.641.191
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 20)	1.509.471	602.892	1.401.595	118.639	3.632.597
Debêntures (nota 20)	755.047	-	3.397.741	13.875	4.166.663
Operações com derivativos (nota 33)	23.011	11.617	8.560	3.956	47.144
Total	**9.928.720**	**614.509**	**4.807.896**	**136.470**	**15.487.595**

d) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia e controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

34) COMPROMISSOS E GARANTIAS (ALUGUÉIS)

A Companhia e controladas alugam equipamentos, instalações e lojas, prédios administrativos e *sites* onde se encontram instaladas estações rádio base, por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais.

Em 30 de junho de 2015, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

	Controladora	Consolidado
Até um ano	887.084	1.566.664
Um ano até cinco anos	3.252.906	5.336.259
Mais de cinco anos	2.007.144	4.978.750
Total	**6.147.134**	**11.881.673**

35) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PRO FORMA (NÃO AUDITADAS OU REVISADAS)

Em atendimento à Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015 e ao disposto na Deliberação CVM nº 709 de 2 de maio de 2013, a Companhia apresenta a seguir, as demonstrações dos resultados consolidadas pro forma não auditadas (“DREs”) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 e aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014.

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado Consolidada Pro Forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

	Telefônica Brasil consolidado	GVTPart consolidado	Ajustes Pro Forma	Eliminações	Total Pro Forma
Receita operacional líquida	**34.999.969**	**5.416.755**	**(20.090)**	**(178.425)**	**40.218.209**
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(17.222.675)	(2.696.453)	(62.159)	178.425	(19.802.862)
Lucro bruto	**17.777.294**	**2.720.302**	**(82.249)**	-	**20.415.347**
Receitas (despesas) operacionais	**(12.668.265)**	**(1.614.954)**	**(345.539)**	-	**(14.628.758)**
Despesas com comercialização	(10.466.725)	(1.120.526)	(320.802)	-	(11.908.053)
Despesas gerais e administrativas	(1.803.803)	(450.275)	-	-	(2.254.078)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(397.737)	(44.153)	(24.737)	-	(466.627)
Lucro operacional	**5.109.029**	**1.105.348**	**(427.788)**	-	**5.786.589**
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(361.995)	(171.377)	-	-	(533.372)
Resultado de equivalência patrimonial	6.940	-	-	-	6.940
Lucro antes dos tributos	**4.753.974**	**933.971**	**(427.788)**	-	**5.260.157**
Imposto de renda e contribuição social	182.685	(302.594)	145.448	-	25.539
Lucro líquido do exercício	**4.936.659**	**631.377**	**(282.340)**	-	**5.285.696**

Demonstração do Resultado Consolidada Pro Forma para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015

	Telefônica Brasil, consolidado para os seis meses findos em 30.06.15	GVTPart. Consolidado para o período de quatro meses findos em 30.04.15	Ajustes Pro Forma	Eliminações	Total Pro Forma
Receita operacional líquida	**18.945.203**	**1.899.513**	-	**(52.644)**	**20.792.072**
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(9.605.288)	(991.472)	(17.134)	52.644	(10.561.250)
Lucro bruto	**9.339.915**	**908.041**	**(17.134)**	-	**10.230.822**
Receitas (despesas) operacionais	**(6.922.113)**	**(564.647)**	**(131.075)**	-	**(7.617.835)**
Despesas com comercialização	(5.682.237)	(407.697)	(125.550)	-	(6.215.484)
Despesas gerais e administrativas	(961.254)	(154.155)	-	-	(1.115.409)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(278.622)	(2.795)	(5.525)	-	(286.942)
Lucro operacional	**2.417.802**	**343.394**	**(148.209)**	-	**2.612.987**
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(389.379)	(260.520)	-	-	(649.899)
Resultado de equivalência patrimonial	672	-	-	-	672
Lucro antes dos tributos	**2.029.095**	**82.874**	**(148.209)**	-	**1.963.760**
Imposto de renda e contribuição social	(579.560)	(30.492)	50.391	-	(559.661)
Lucro líquido do período	**1.449.535**	**52.382**	**(97.818)**	-	**1.404.099**

Demonstração do Resultado Consolidada Pro Forma para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2014

	Telefônica Brasil consolidado	GVTPart consolidado	Ajustes Pro Forma	Eliminações	Total Pro Forma
Receita operacional líquida	**17.228.524**	**2.624.478**	**(9.610)**	**(90.303)**	**19.753.089**
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(8.512.413)	(1.323.519)	(29.329)	90.303	(9.774.958)
Lucro bruto	**8.716.111**	**1.300.959**	**(38.939)**	-	**9.978.131**
Receitas (despesas) operacionais	**(6.240.202)**	**(775.314)**	**(168.761)**	-	**(7.184.277)**
Despesas com comercialização	(5.077.012)	(543.152)	(160.718)	-	(5.780.882)
Despesas gerais e administrativas	(943.522)	(216.542)	-	-	(1.160.064)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(219.668)	(15.620)	(8.043)	-	(243.331)
Lucro operacional	**2.475.909**	**525.645**	**(207.700)**	-	**2.793.854**
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(200.378)	157.177	-	-	(43.201)
Resultado de equivalência patrimonial	1.459	-	-	-	1.459
Lucro antes dos tributos	**2.276.990**	**682.822**	**(207.700)**	-	**2.752.112**
Imposto de renda e contribuição social	376.433	(229.734)	70.618	-	217.317
Lucro líquido do período	**2.653.423**	**453.088**	**(137.082)**	-	**2.969.429**

Notas Explicativas

Notas Explicativas para as DREs

1) Descrição das transações e base para elaboração das informações financeiras consolidadas *pro forma*

a) Base para elaboração das DREs

As informações contábeis históricas referentes à Companhia utilizadas na elaboração destas DREs, foram obtidas a partir das demonstrações financeiras históricas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e das informações trimestrais para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014.

As informações contábeis históricas referentes à GVTPart. utilizadas na elaboração destas DREs, foram obtidas a partir das demonstrações financeiras históricas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014.

Estas informações financeiras *pro forma* devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras históricas das companhias envolvidas.

As DREs refletem os efeitos da aquisição de 100% do capital social da GVTPart. e foram elaboradas e apresentadas exclusivamente para fins informativos no pressuposto da aquisição da GVTPart. ter ocorrido em 1º de janeiro de 2014.

As DREs não devem ser utilizadas como indicativo de futuras demonstrações financeiras consolidadas ou interpretadas como demonstrações do resultado e/ou posição patrimonial e financeira efetiva da Companhia.

2) Ajustes *pro forma*

As DREs foram elaboradas e apresentadas a partir das demonstrações financeiras históricas de cada sociedade e os ajustes pro forma foram determinados com base em premissas e estimativas, as quais acreditamos serem razoáveis, e incluem os seguintes ajustes:

Os ajustes demonstrados na demonstração dos resultados, refletem: i) depreciações da mais (menos) valia do ativo imobilizado; ii) amortizações da mais (menos) valia do ativo intangível; iii) amortizações da marca; iv) amortizações da carteira de clientes; v) imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) e; vi) eliminações entre as sociedades, conforme demonstrados a seguir:

	Grupo nas Demonstrações de Resultados	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2015	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2014	Exercício de 2014
Depreciação de mais (menos) valia do ativo imobilizado adquirido	(a)	(2.808)	(4.212)	(8.424)
Amortização de mais (menos) valia do ativo intangível adquirido	(a)	(5.878)	(8.817)	(17.635)
Amortização da Marca	(b)	(12.333)	-	-
Amortização da Carteira de Clientes	(b)	(110.062)	(165.092)	(330.184)
Outros		(17.128)	(29.579)	(71.545)
Tributos diferidos sobre ajustes acima	(c)	50.391	70.618	145.448
Eliminações	(d)	52.644	90.303	178.425

(a) Valores alocados como “Custos dos serviços Prestados e das Mercadorias Vendidas”;
(b) Valores alocados como “Despesas com Comercialização”;
(c) Valores de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajustes;
(d) Valores alocados como “Receita Operacional Líquida e Custos dos Serviços Prestados e das Mercadorias Vendidas”, basicamente relacionados a interconexão e uso de redes.

Notas Explicativas

36) EVENTOS SUBSEQUENTES

Direito de Recesso

Tendo em vista o encerramento, em 30 de junho de 2015, do prazo para os acionistas manifestarem a sua dissidência com relação à aquisição da GVTPart. (nota 3), bem como à incorporação de ações da GVTPart. (nota 22) pela Companhia, com a consequente conversão da GVTPart. em subsidiária integral da Companhia, conforme divulgado em 29 de maio de 2015, a Companhia, nos termos do artigo nº 137, parágrafo 3º de Lei 6.404/76, não reconsiderou as deliberações tomadas na AGE da Companhia realizada em 28 de maio de 2015 (nota 3).

Desta forma, em 8 de julho de 2015, a Companhia efetuou o pagamento aos acionistas que exerceram o direito de recesso, exceto no caso de acionistas que solicitaram o levantamento de balanço especial juntamente com o reembolso, caso em que o pagamento será efetuado no prazo e em conformidade com disposto no artigo nº 137, parágrafo 2º de Lei 6.404/76.

Juros sobre o Capital Próprio Intermediários

Em reunião realizada em 20 de julho de 2015, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas, o crédito de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício social de 2015, nos termos do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e da Deliberação CVM nº 638/12, no montante bruto de R$221.000, equivalente a R$0,122734955402 por ação ordinária e R$0,135008450942 por ação preferencial, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R$187.850, equivalente a R$0,104324712092 por ação ordinária e R$0,114757183301 por ação preferencial, apurados com base no lucro líquido apresentado no balanço de 31 de maio de 2015.

O pagamento destes proventos será realizado até o final do exercício social de 2016, em data a ser definida pela Diretoria e comunicada oportunamente ao mercado, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 31 de julho de 2015, inclusive.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Telefônica Brasil S.A.

São Paulo - SP

Revisamos as informações intermediárias, individuais e consolidadas, da Telefônica Brasil S.A. (“Companhia”), contidas no formulário de informações trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três e seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações intermediarias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2014 e revisão das informações intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2014.

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2014, apresentado para fins de comparação, foi anteriormente auditado por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 12 de fevereiro de 2015, que não conteve qualquer modificação. Adicionalmente, as demonstrações intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixas e do valor adicionado, relativas ao período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2014, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 29 de julho de 2014, sem modificação.

São Paulo, 27 de julho de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador
CRC-1SP144343/O-3

Héctor Ezequiel Rodríguez Padilla
Contador
CRC-1SP299427/O-9